



Cerrados

perspectivas e olhares

*Márcia Pelá
Denis Castilho
(Orgs)*

Cerrados: perspectivas e olhares



Conselho Editorial da Editora Vieira

Deis Siqueira

Eliane Leão

Francisco Itami Campos

Gil Perini

Ildeu Moreira Coelho

José Carlos Libâneo

Laerte Araujo Pereira

Lana de Souza Cavalcanti

Mauro Urbano Rogério

Antonio Fernandes dos Anjos
Celene Cunha Monteiro Antunes Barreiro
Denis Castilho (Org.)
Eguimar Felício Chaveiro
Elaine Barbosa da Silva
Lorraine Gomes da Silva
Marcelo Rodrigues Mendonça
Márcia Pelá (Org.)
Maria Geralda de Almeida
Romualdo Pessoa Campos Filho
Sélvia Carneiro de Lima

Cerrados: perspectivas e olhares

Márcia Pelá
Denis Castilho
(Orgs.)



Outubro
2010

© 2010 Márcia Pelá e Denis Castilho

Direitos reservados desta edição: Editora Vieira
Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial.
Sanções previstas na Lei nº 5.988, 14.12.73, artigos 122-130.

Projeto gráfico, arte da capa e diagramação:
Edson Quaresma

Revisão ortográfica:
Ludmila Derólêde / Suellen Carina Lopes

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Cerrados: perspectivas e olhares / Márcia Pelá, Denis Castilho (orgs.).
– Goiânia : Editora Vieira, 2010.

182 p. : il.

Inclui referência bibliográfica.

ISBN 978-85-89779-86-9

1. Cerrados. I. Pelá, Márcia. II. Castilho, Denis.

CDU 504

Impresso no Brasil
2010

APRESENTAÇÃO

O livro “Cerrados: perspectivas e olhares” faz parte do projeto *Ciência explicando Ciência* da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – Regional Goiás, lançado durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia que teve a sua primeira edição em 2004.

Desde então a SBPC-GO tem optado por ampliar o foco das preocupações no que diz respeito ao Cerrado, procurando aliar saberes tradicionais, conhecimento científico, popularização e interiorização da ciência. O objetivo é compreender o conhecimento como um alicerce para a cidadania e inserir na pauta política mais investimento em Ciência e Tecnologia (C&T) para melhor garantia de um desenvolvimento regional equilibrado e sustentável sem abdicar de uma preocupação fundamental: conservar o Cerrado.

Entendemos que esse domínio deve ser compreendido em toda a sua biodiversidade e sociodiversidade sem, contudo, deixar-se de considerar a importância de investimentos que possibilitem avanços sociais e o desenvolvimento seguindo padrões que garantam a defesa de sua fauna e flora. Para alcançar tal objetivo, a SBPC-GO tem procurado defender a criação de mecanismos eficientes de descentralização do conhecimento por meio de ações programadas e concretas. O Fórum de C&T do Cerrado, evento que vem sendo realizado desde 2005, tem cumprido esse objetivo.

Durante as Semanas Nacionais de C&T anteriores, foi produzido um vídeo com a trilogia “Cerrado”, documentário que analisa toda a riqueza deste domínio, sua biodiversidade e seus recursos hídricos. Elaborou-se, ainda, um caderno de textos que analisa a expansão da cana-de-açúcar em Goiás e suas consequências socioambientais.

Sabe-se que existem contradições entre o que se denomina de progresso, ciência, tecnologia e desenvolvimento. Assim, cabe-nos enfrentar um dilema: como assegurar desenvolvimento com a garantia de defesa das riquezas naturais de um bioma que tem sido fortemente agredido em nome de uma lógica que atende às necessidades que são exigidas pela sociedade e cujo suporte é sistêmico?

Nesse sentido, consideramos imprescindível a criação de mecanismos eficientes de descentralização do conhecimento em caminhos de mãos duplas entre a produção científica e tecnológica e a sua distribuição regional, com o fito de contribuir para a consolidação de uma consciência coletiva (nacional e regional) que possibilite o desenvolvimento sustentável e a distribuição equânime da riqueza gerada por meio da utilização desse próprio conhecimento.

É salutar ressaltar a importância da integração entre investimentos (federais, estaduais e municipais) para que se garanta uma política nacional de C&T. As contrapartidas dos governos estaduais e municipais devem seguir um rumo crescente, aumentando gradativamente suas responsabilidades com investimentos permanentes e definições de políticas que não se limitem a funcionar somente em determinados governos. Ou seja, é necessário que as ações se deem escoradas em políticas de Estado mediante mecanismos constitucionais que dificultem qualquer retrocesso, como o ocorrido recentemente quando os percentuais destinados à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás foram reduzidos substancialmente e, a muito custo, escalonados pelos próximos anos até retomar o patamar de 2008. Isso representou um retrocesso de cinco anos, quando deveria haver avanço

Por fim, esta publicação representa um esforço coletivo para a difusão do conhecimento sobre o Cerrado em uma perspectiva ampla. A intenção é proporcionar aos interessados maior conhecimento sobre este domínio a partir de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas por diferentes estudiosos. Assim, ressalta-se a necessidade da implementação de políticas que ajudem a equilibrar desenvolvimento e conservação ambiental. A obra tem, ainda, o objetivo de buscar aproximar as instituições de ensino superior, órgãos governamentais e a sociedade civil organizada, visando ampliar a compreensão da importância do investimento em C&T como garantia de que só assim será possível crescer economicamente, conservando a natureza.

Agradecemos, nesse sentido, a todos os pesquisadores que nos emprestaram seus “olhares” ao Cerrado, à Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência – SBPC e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que possibilitaram a realização deste projeto.

Romualdo Pessoa Campos Filho
Secretário Regional da SBPC - GO

ADENDO I

Este trabalho foi elaborado em conformidade com as novas regras gramaticais convencionadas no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa estabelecido entre os países de língua portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe) e promulgado no Brasil pelo Decreto nº 6.583/2008 e pela 5ª Edição do Vocabulário da Língua Portuguesa, VOLP, de 2009. Assim é que termos como “mão de obra” e “dia a dia” perdem os hífens; “consequência” grafa-se sem o trema; “interrelacionam”, “autoidentificação” e “semiescravo” formam um só vocábulo e “ideia” e “europeia” perdem o acento no ditongo da paroxítona.

Nos trechos onde há citações anteriores ao Acordo Ortográfico de 2008 os vocábulos mantêm-se grafados de acordo com a escrita à época vigente.

ADENDO II

Os textos publicados nesta obra são de responsabilidade única e exclusiva de seus respectivos autores e podem não expressar necessariamente a opinião dos organizadores e da Editora.

SUMÁRIO

- 11.....PREFÁCIO
- 15.....CARTOGRAFIA DE UM PENSAMENTO DE CERRADO
Eguimar Felício Chaveiro e Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira
- 35.....POR UMA ANÁLISE TERRITORIAL DO CERRADO
Denis Castilho eEguimar Felício Chaveiro
- 51..... CERRADO GOIANO: ENCRUZILHADA DE TEMPOS
E TERRITÓRIOS EM DISPUTA
Márcia Pelá eMarcelo Rodrigues Mendonça
- 71.....O MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO E AS
AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DO BIOMA CERRADO
NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI
Elaine Barbosa da Silva eAntonio Fernandes dos Anjos
- 93..... UM OLHAR GEOPOLÍTICO SOBRE A ÁGUA NO
CERRADO: APONTAMENTOS PARA UMA
PREOCUPAÇÃO ESTRATÉGICA
Romualdo Pessoa Campos Filho
- 113....DILEMAS TERRITORIAIS E IDENTITÁRIOS EM SÍTIOS
PATRIMONIALIZADOS: OS KALUNGA DE GOIÁS
Maria Geralda de Almeida

131.....	POVO INDÍGENA DO CERRADO GOIANO: OS KARAJÁ DE ARUANÃ	<i>Sélvia Carneiro de Lima</i>
155.....	CONSTRUÇÃO DO LUGAR: TRAJETÓRIAS DOS AVÁ-CANOEIRO NO CERRADO DO NORTE GOIANO	<i>Lorraine Gomes da Silva</i>
181.....	OS AUTORES	

PREFÁCIO

Mais que constatar que o Cerrado é formado por diferentes paisagens naturais que, por sua vez, desembocam numa rica biodiversidade, este livro apresenta outra acepção: uma multiplicidade de sujeitos – organizados como territorialidades, vinculados a dispositivos sociais e culturais de diferentes matizes – também formam os *Cerrados*. Por conseguinte, Cerrado não é apenas vegetação. Além de ser um ambiente natural formado por um conjunto de fatores como clima, solo, água, relevo, fauna, flora etc., ele também é um produto histórico – um território apropriado e disputado por atores sociais que o fazem a partir de suas escalas de poder, bem como de suas dinâmicas socioespaciais.

Camponeses, povos indígenas, quilombolas, empresários agrícolas, pecuaristas, trabalhadores informais de variadas estirpes, pesquisadores e outra soma igualmente grande de identidades constroem a sua vida em ambientes de Cerrado, utilizam-no, geram pressões e estabelecem conflitos em sua apropriação. No entanto, há estudos e pesquisas que desconsideram esses conflitos, como há perspectivas que os enxergam apenas pela via economicista, embora, na amálgama do discurso contemporâneo, coloquem-se como defensores de causas de preservação ou defesa de sua diversidade genética.

Isso tem desafiado as instituições que de fato se preocupam em ver, perceber e interpretar o que vem acontecendo com o Cerrado, ao entrar no jogo das intencionalidades desses discursos. Para tanto, é preciso compreender as suas fraturas e fissuras, deslindar a sua operação. Desse modo, tão importante quanto ver a lógica do desmatamento a partir da ocupação e da posição dos vários “*territórios cerradeiros*” é tecer

uma compreensão de sua dinâmica territorial. Ademais, a ocupação dos Cerrados nas últimas décadas e a sua mercantilização por via da ação do Estado nacional, dos atores hegemônicos locais e das grandes corporações internacionais têm desenhado uma ação geopolítica.

O grande corredor produtivo de grãos, bois, energia, de matéria-prima industrial e mesmo de mercadorias fabricadas que se tornaram *os Cerrados* no atual período está alicerçado no jogo e no interesse da economia internacional. Desta feita, as potências hegemônicas do mundo capitalista, em busca de alimentos e com o interesse de vender produtos tecnológicos, equipamentos, adubos, insumos, pesticidas etc., reesquadrinharam os pactos políticos com o Estado nacional. Coube a este desenvolver uma lógica espacial para, posteriormente, ceder o território cerradoeiro aos intentos dessa operação.

Contudo, a geopolítica dos Cerrados não se restringe somente à história. Se antes o solo e o relevo eram componentes naturais importantes para se ajustar ao tipo de acumulação que se estendeu nos idos de 1950, 1960 e 1970, agora a importância da água e de minérios são os novos componentes que assanham o interesse dos atores hegemônicos e recolocam os impactos ambientais e sociais no território cerradoeiro.

Há de se indagar sobre as pressões que são exercidas nos diferentes lugares da vida cerradoeira, como há que se questionar como os “povos de baixo”, especialmente quilombolas, camponeses, indígenas e outras minorias podem viver aqui sem fechar os olhos ao mundo e sem se render ao seu jeito.

O rol de pesquisadores que assinam este livro possui, de acordo com a sua perspectiva, interesse em lançar luz nestas questões. Trabalhos de campo no Sudeste, Sudoeste e Norte goianos, pesquisas junto à “Associação dos Geógrafos Brasileiros” e ao “Pontão de Cultura”, trabalhos de dissertação de mestrado e teses de doutoramento, participação em simpósios e congressos, ações coletivas junto ao Laboratório de Estudos e Dinâmicas Territoriais da Universidade Federal de Goiás – LABOTER/UFG, vontade de politizar o debate dos Cerrados, necessidade de aprimorar rumos teóricos e contatos com o movimento social formam a rede de ideias declaradas neste livro.

Cumprе sublinhar que a construção de uma consciência dos Cerrados impõe abrir-se a um diálogo sem preconceito com vários campos que produzem conhecimento sobre seus componentes

e sobre o seu lugar na nação e no mundo. Do mesmo modo, convém salientar que a pesquisa dos Cerrados, pode-se dizer, é inicial, enquanto as paisagens naturais deste domínio se mostram profundamente destruídas.

Todavia, contra uma visão alarmista que chama apenas para as lágrimas e não para a luta, é preciso enunciar o seguinte: ideias são seivas da vida, mas necessitam de punho e suor. E se há destruição (e há), é preciso dizer o nome de quem destrói e por que destrói. Também é preciso questionar por quem e para quem o Cerrado vem sendo concebido e apropriado. Se a territorialização do capital moderno vem provocar o homicídio do nosso patrimônio, a atitude política somada à valorização de suas paisagens, da memória, das dinâmicas socioculturais e da biodiversidade aliada à ciência, tecnologia e informação se tornam elementos fundamentais para a sua defesa. Por conseguinte, esperamos, com este livro, contribuir com o debate e com a postura crítica das reflexões. Que elas possam alimentar a atitude política, a vontade de luta, bem como as ações junto às múltiplas dinâmicas socioespaciais que desenham os Cerrados.

Os organizadores.

CARTOGRAFIA DE UM PENSAMENTO DE CERRADO

Eguimar Felício Chaveiro

Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira

Introdução

“Região do pau torto”, “lugar de vegetação feia, solo pobre, povo rude”, “região letárgica”, “sertão inóspito”, “espaço opaco e vazio”, “floresta de cabeça para baixo”. Ou: “celeiro do Brasil”, “caixa d’água do planeta”, “corredor produtivo”: eis duas modalidades de representação do Cerrado goiano, uma negativa e outra positiva, enunciadas por diferentes atores em momentos históricos distintos.

Certo de que o imaginário do Cerrado, sua representação e o seu conhecimento foi – e é – constituído por interesses políticos no quadro histórico em que é apropriado como fonte de riqueza, algumas perguntas acionam a presente reflexão: quais são os sentidos políticos de cada representação? Quais são as perspectivas de conhecimento que o transformam em objeto de estudo? Como as leituras do Cerrado, ao representá-lo, participam da disputa de sentido no atual período?

Um pressuposto iluminará a reflexão que segue: traçar as legendas de um pensamento do Cerrado – ou apresentar princípios de uma cartografia de seu conhecimento – contribuirá para superar uma visão dualista que ou trata o Cerrado apenas como bioma, domínio morfo-climático, sistema biogeográfico e ecossistema, ou o trata apenas como região, patrimônio cultural, fronteira ou território.

Integrar essas perspectivas supõe compreender que não basta identificar as suas características físicas ou naturais, como os tipos de seus solos, as formas de seu relevo, a sua potência hídrica, as suas fitofisionomias etc. Além das identificações e classificações torna-se salutar averiguar o modo como esse ambiente heterogêneo é apropriado, usado e impactado por um tipo de modelo econômico. Cabe, também, verificar quais são os atores que se beneficiam do uso do Cerrado. Da mesma maneira, é necessário compreender as estratégias de uso, o papel da logística espacial ou da infraestrutura, suas diferenças regionais etc. como componentes importantes para elucidar conflitos, contradições e problemas ambientais decorrentes do processo de ocupação atual.

A integração numa única perspectiva teórica dos ambientes naturais do Cerrado, juntamente com os tipos de usos e suas variáveis, nos leva a proclamá-lo como um Bioma-território. Portanto, domínio de disputas – e de conflitos – próprias da estrutura econômica que preside os usos e os interesses dos atores que hegemonizam o seu controle econômico e territorial.

Ao tomá-lo como um Bioma-território algumas condições se nos apresentam como balizas para analisá-lo: os limites político-administrativos sinalizados pelas linhas que separam as unidades federativas em que ele se localiza não nos permite universalizá-lo fora da posição territorial em que se encontra. Isso quer dizer que as características físico-territoriais em unidades federativas com posições diferenciadas possuem outros sentidos econômicos e logísticos.

Deve-se considerar que reside em qualquer leitura do Cerrado e na produção do conhecimento que o toma como objeto uma ação política com desvelo ideológico. Há, portanto, uma diferença de sentido quando, por exemplo, povos indígenas do Cerrado usam determinadas espécies para transformá-lo em chá que ajuda a conter a dor provocada pela TPM – tensão pré-menstrual, comparado aos recursos e equipamentos utilizados por pesquisadores financiados por organismos internacionais que desejam mapear o princípio ativo da mesma planta para transformá-la em mercadoria da poderosa indústria farmacológica..

Por conseguinte, pensar o Cerrado e construir a sua representação por meio da pesquisa científica põe em curso um dos núcleos

essenciais do procedimento cognitivo: conhecer um objeto é elevá-lo à consciência por meio de uma visão política do mundo. Pensar é, então, agir politicamente com a consciência sobre o real, transformando-a não apenas num instrumento de dizer o real, mas de construí-lo mentalmente. Esta construção irmana à ação, ou limita-a, possibilita-a, destina os seus sentidos e participa, decisivamente, dos conflitos sociais de determinados tempos onde ocorre.

Isso posto, configura-se um vislumbre: a construção de uma imagem negativa do Cerrado feita por agentes externos aos povos do local, tal como foi incidida até a década de 1970, supôs que os povos que aqui existiam, seu modo de vida, sua economia, a sua cultura, por não pertencerem a uma racionalidade econômica hegemônica, eram uma espécie de parias da nação. Todavia, se os povos eram destituídos da racionalidade desenvolvida, o ambiente era preservado.

A construção de uma imagem positiva do Cerrado, edificada a partir da década de 1970, é paralela ao uso intenso dos componentes do bioma, coordenado por atores externos. Território dinâmico, integrado àquela racionalidade, tem seus componentes impactados e destruídos. Além disso, o dinamismo é desigual entre as regiões, apropriadas diferenciadamente pelos atores, o que nos leva a interrogar: qual é a lógica que nega o Cerrado e o abandona num momento, mas o mantém preservado? E qual é a lógica que o transforma, o insere na economia nacional e mundial, o faz peça do *marketing* e o destrói?

Conflitos de representação do Cerrado goiano: desenhos de uma periodização

Tal como foi destacado anteriormente, uma informação que altera a qualidade da análise quando se pensa o Cerrado deve ser feita: a territorialização do bioma por meio das características de suas fitofisionomias e ecossistemas ultrapassam os limites políticos e administrativos da organização territorial – ou das regionalizações políticas – em que o bioma se situa.

Por isso, sempre convém dispor de um recorte espacial para que a análise ganhe um caráter abrangente e, a partir daí, possa gerar uma contextualização histórica aferente ao recorte espacial. Todavia, isso

não impede e nem invalida o esforço de compreender os termos. Esse esforço foi realizado pelo professor Coutinho (2006) que pesquisou desde a origem semântica e o sentido etimológico do termo 'bioma' até, com as próprias mãos, lavrar uma síntese. Ele diz que

O termo bioma (do grego Bio = vida mais OMA = grupo ou massa), segundo Colinvaux (1993), foi proposto por Shelford. Segundo Fonte Quer (1953), este termo teria sido criado por Clements. Em ambos os casos, a diferença fundamental entre formação e bioma foi a inclusão da fauna neste novo termo. Enquanto formação se referia apenas à vegetação, bioma referia-se ao conjunto de vegetação e fauna associada. Talvez por isto certos autores tenham sido levados a considerar bioma e biota como sinônimos. No glossário do livro de Clements (1949) encontra-se a seguinte definição para bioma: "Biome – A community of plants and animals, usually of the rank of a formation: a biotic community". Ele se caracteriza pela uniformidade fisionômica do climax vegetal e pelos animais de maior relevância, possuindo uma constituição biótica característica. (Coutinho, 1996, p. 15)

Essa constituição de plantas e animais distribuída pelas diferentes fitofisionomias que, segundo o autor aludido, é a primeira impressão causada pela vegetação, em outros autores engloba elementos diversos. Ao destacar o avanço do conceito, o autor narra que

Para Walter (1986), "um bioma, como ambiente, é uma área uniforme pertencente a um zonobioma, orobioma ou pedobioma". Considerado como um ambiente, este conceito é fundamentalmente ecológico, levando em consideração não apenas o clima, mas também a altitude e as características do solo. Ele considera todo o ecossistema. Além disto, este conceito permite classificar e identificar o tipo de bioma, uma vez que o próprio nome do bioma em questão já indica o tipo de ambiente, inclusive quais os seus principais determinantes. (Coutinho, 1996)

A inserção de componentes do relevo, do clima e do solo conduz à reflexão do conceito de bioma para aproximá-lo do conceito de ambiente. Isso avança quando se estabelece a classificação de suas fitofisionomias. O autor diz que

Modernamente, o Cerrado é considerado como sendo uma savana. Este termo aceita dois conceitos: um de natureza meramente fitofisionômica e outro referente a um grande tipo de ecossistema, com seu tipo particular de vegetação. Segundo Adámoli & Azevedo (1983, apud Goedert, 1987), a fisionomia savânica ocupa 67% da área do Cerrado, dando unidade geográfica à região. Os campos Cerrados, os campos sujos e os campos limpos, não incluídos na fisionomia savânica, perfazem 12%. Os cerradões cobrem 10%. Adicionando os campos Cerrados e os campos sujos à fisionomia savânica, já se chega a mais de 70%, talvez próximo aos 80%. Este amplo predomínio da fisionomia savânica justificaria considerar-se o Cerrado como bioma de savana, do ponto de vista fitofisionômico, caso se queira ser absolutamente fiel ao conceito de bioma adotado pelos diversos autores mencionados. (Coutinho, 1996, p. 20)

A classificação das fitofisionomias, que se encontra num debate aberto, e a sua qualificação a partir de um composto formado de diferentes ambientes têm conduzido diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento a sintetizarem elementos importantes que ajudam a compreender a potência ecológica e as diferenças desses ambientes. Geralmente, são enunciados os seguintes componentes:

- características da fauna e da flora de cada fitofisionomia;
- tipos e formas de relevo de acordo com as fitofisionomias;
- fronteira e ligação do bioma com outros biomas e ecossistemas;
- organização da drenagem, dispersão dos divisores de água, direção das bacias em relação à altimetria e/ou hipsometria;
- diferenças climáticas de acordo com a localização das fitofisionomias e sua relação com o relevo e com o solo, entre outros.

A heterogeneidade de ambientes do Cerrado é vislumbrada pela diferença conceitual entre bioma, domínio e ecossistemas. De acordo com Estevam (2008), Oliveira (2005) e Teixeira Neto (2008), a heterogeneidade de ambientes participa do ritmo e do modo diferenciados da ocupação do Cerrado. Com base nesse dispositivo, deflagra-se um conflito de representação fundado no conflito provocado pelos usos. Por exemplo: os povos indígenas do Cerrado goiano, como os Karajá no vale do Araguaia, os Avá-canoeiro no Norte e Nordeste goianos e

os Tapuio no Noroeste goiano possuem níveis de conflitos no uso do Cerrado de acordo com o contexto espacial em que se situam.

As pastagens e o turismo que pressionam os Karajá, a monocultura de cana que assola os Tapuio e as usinas hidrelétricas que adentram o território dos Avá-canoeiro demonstram que a planície fluvial do vale do Araguaia e o próprio rio, ao serem apropriados por um *ethos* de uma economia moderna, intercedem na vida e nos costumes Karajá; assim como o uso das lavouras para o plantio de cana-de-açúcar e o uso do solo para as pastagens transformam a terra dos Tapuio num objeto de conflito; do mesmo modo que a importância atual do hidronegócio repercute no território dos Avá-canoeiro.

Dessa maneira, os componentes como água, solo, relevo, geologia, vegetação participam diretamente dos usos e desdobram em conflitos que, por sua vez, colocam em cena as representações e a ideologização do Cerrado. Ora, o que é o Cerrado para povos que vivem da caça, da coleta e da pesca em relação aos atores que o utilizam para gerar a renda territorial por meio de produtos de exportação em conformidade com os ditames da economia internacional?

O espaço encarna o tempo: por uma proposta de periodização

Autores como Chaveiro (2008), Mendonça (2004) e Gomes (2008), assim como Estevam (2008), ao tratarem as transformações de Goiás, têm se esforçado para construir um método de leitura do Cerrado. É parte importante da construção metodológica o esforço para definir uma matriz espacial que seja capaz de apresentar um ponto de apoio histórico-espacial que elucidie os fundamentos das transformações.

Ao concordar com autores contemporâneos que identificam a modernização do território como a matriz fundamental das transformações do Cerrado, mas criticando-os por enxergarem apenas a investida do capital em forma de incorporação de fronteiras, Mendonça (2004) acrescenta que há que se ver a ação do trabalho. Ora, num território em que o processo de modernização é visceral, acelerado, embora desigual e diferenciado nas várias regiões, o trabalho

necessariamente reage. Por esse motivo o Movimento dos Sem Terra e o Movimento Barrageiro, em Goiás, são significativos em termo de grandeza, liderança e capacidade organizativa diante da realidade do país.

Além disso, mesmo que o processo de modernização tenha transitado num acordo “por cima” – enlaçado por atores como o capital internacional, o Estado nacional e as oligarquias locais – a ação de resistência no campo da política, municida pelos povos cerradeiros, os signos e os símbolos culturais desses povos não se dissiparam.

Chaveiro (2008) dirá que, ora convergindo, ora conflitando, ora se superpondo, os símbolos desse povo de “fala terrosa” se colocam vivos nas feições dos espaços que se urbanizaram a partir da modernização, tal como a cidade de Goiânia que tem como a sua maior festa a exposição agropecuária e é chamada de ‘a capital da música urbaneja do país’, ou a metrópole com mais pamonharias etc.

Além disso, preocupado com uma análise que não separa os componentes do bioma dos componentes econômicos, políticos e culturais, tratou de expor que o que se chama modernização do território, projeto aventado no final do século XIX e repercute com a construção de Goiânia, com a estrada de Ferro Mogiana e com a Marcha para o Oeste, tem uma fase que o autor alcunha de “antecipação da modernização conservadora”. Este processo avança com a “modernização da agricultura” de forma conservadora, desigual e diferenciada no tempo e no espaço.

Essa consolidação nada mais é que uma operação que visava transformar o uso do Cerrado da economia baseada na troca simples para inseri-lo numa lógica de uma economia diretamente afeita à troca acumulada capitalista. Assim, a modernização não foi completa, pois a tradição não se erradicou e, embora se mantendo, a hegemonia foi da modernização. Modernização que, mesmo hegemônica, não se impôs por inteiro e que, apesar de não se impor integralmente, não deixou de, indiretamente, alcançar todos os lugares. Na convergência, no conflito ou em regime de adaptação, a tradição, representante da troca simples, e a modernização, representante da troca acumulada, são matrizes para se pensar a diferencialidade espacial do Cerrado goiano, os conteúdos dos lugares, suas diferenças, sua estrutura demográfica, sua renda, o PIB – produto interno bruto dos municípios etc.

Ao avançar na reflexão, Gomes (2008) incorpora em sua análise o papel central da divisão internacional do trabalho. Ao situar as transformações do Cerrado goiano diante de estratégias globais do capital, o professor e pesquisador sintetiza o processo por meio de uma leitura espaço-temporal. Ele assevera que

(...) no transcurso dos últimos quarenta anos, ocorreram profundas transformações econômicas, demográficas e socioculturais no conjunto do território nacional, que se acentuaram a partir da ascensão dos militares ao controle do Estado brasileiro, principalmente nas décadas subsequentes ao golpe de 1964, com o advento do modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal. Com segurança, pode-se afirmar ser a nova matriz ambiental/territorial resultante da convergência de três estratégias preestabelecidas pelo capitalismo internacional pós Segunda Guerra Mundial, que impôs aos países considerados “subdesenvolvidos” uma nova divisão internacional do trabalho (NDIT) e, conseqüentemente, do espaço geográfico. No caso do Brasil, o objetivo pretendido foi incorporar o campo à lógica do capital financeiro – oficial e privado – internacional. Inicialmente, no final da década de 1940, os ideólogos pragmáticos da NDIT colocaram em prática a chamada “Revolução Verde”, financiada por governos e instituições internacionais, a exemplo as fundações Ford e Rockefeller, do Instituto Kellong e outras que passaram a utilizar como laboratórios experimentais os espaços regionais favoráveis de determinados países dependentes de capitais, ciência e tecnologia, com o intuito de avaliar o alcance dos resultados das pesquisas científicas e tecnológicas implementadas pós guerra (...). (GOMES, 2008)

Ao colocar no centro da análise a divisão internacional do trabalho e ao demonstrar como o processo de incorporação do Cerrado goiano se deu mediante estratégias deliberadamente calculadas para tais fins, o pesquisador ajusta a reflexão do uso do Cerrado a um novo paradigma. Esse paradigma alimentaria, em nível mundial, os intentos da economia capitalista por meio de uma acumulação monopolizada. Além disso, o professor se ocupa em explicar por que o Cerrado goiano esteve na mira dessa estratégia.

Depois de apresentar os números do aumento do PIB goiano e, igualmente, o aumento na taxa de exportação que transformam o Cerrado, de fato, numa mercadoria internacional, demonstra os fato-

res locais favoráveis ao processo. Resumidamente, aponta de início “os fatores naturais” a partir da facilidade do relevo plano-ondulado, das boas condições climáticas, da aeração do solo de acordo com a natureza das rochas, da riqueza dos recursos hídricos, da vastidão de terras, além de outros; em seguida, apresenta os “fatores econômicos”, tais como o tamanho do alqueire goiano, o seu preço ínfimo comparado ao das regiões hegemônicas do país, a boa oferta de mão de obra com preços módicos; por fim, apresenta os “fatores financeiro-comerciais” destacando os subsídios das esferas governamentais, o cinturão comercial formado por Goiânia-Anápolis-Brasília etc.

A par dessas reflexões – e de tantas outras – que ganharam força no atual momento da pesquisa geográfica brasileira e goiana e que procuram compreender as transformações do Cerrado goiano, a busca por uma matriz explicativa e o desejo de construir um método, faz uso de várias contribuições.

Entre essas contribuições há alusões como a de Estevam (2008) que, dono de uma narrativa solta e esteticamente invejável, utiliza a inspiração da obra de Hugo de Carvalho Ramos e, motivado por uma visita no Memorial do Cerrado da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, mostra que o percurso das tropas e boiadas, além de atender aos objetivos econômicos, constituía-se exemplo de uma rica cultura do sertanejo, envolvendo elementos da subjetividade, de sua percepção, dos seus saberes, do papel das vilas, dos pousos, dos arraiais etc.

Teixeira Neto (2008), ao intentar fazer uma narrativa livre, apregoa que há uma íntima relação entre a ocupação, o sujeito e a cultura. Demonstra também que as formas das paisagens e as significações existenciais e econômicas mediante as quais decorre o processo são inclusos num único jogo social. Então, ele desenha:

Atualmente, são as zonas de Cerrado o habitat preferido da expansão das novas fronteiras econômicas, tendo como ponto de apoio os velhos arraiais coloniais – Catalão, Luziânia, Silvânia, Niquelândia, Porangatu, entre outros – e os antigos povoados dos fazendeiros – Rio Verde, Jataí, Caiapônia, Cristalina, Morrinhos, Goiatuba, Uruaçu etc. – dos séculos passados, que hoje viraram cidades. Esse avanço em direção ao Cerrado se dá como se fosse uma disputa entre dois ambientes que se opõem,

pelo menos geomorfológicamente: o vale, onde em geral viceja o mato grosso – a floresta tropical ou de galeria –, tradicionalmente fértil e carregado de muito simbolismo, e a chapada enorme, a grande barreira invisível que, no passado, separava os homens e os lugares e que criou nos habitantes de nossa terra uma espécie de síndrome de isolamento, mas que, economicamente, foi o grande pasto natural que deu sustentação e vida à pecuária tradicional. (Teixeira Neto, 2008, p. 237)

A ligação da ocupação, dos sujeitos, da cultura e dos ambientes do Cerrado, no que depois foi alcunhada de “ocupação dos currais”, “fazenda goiana”, “economia dos brejos”, é registrada com maestria por Oliveira (2005). O autor mostra, numa espécie de “voo virtual”, que a região sudoeste é marcada pelos chapadões extensos e por chapadas residuais e tornou-se, por conta dessa condição, a região preferida pelo agronegócio.

Demonstra em detalhe que as faixas de sentido Sudoeste-nordeste, opondo-se o Sul, o Oeste e o Noroeste do estado, com as maiores altitudes, ao Sudoeste, Sudeste, Centro-leste e Nordeste, exceto o Vão do Paraná, com as menores altitudes, foram “(...) determinantes na função do território goiano como grande divisor de águas de algumas das maiores bacias hidrográficas do país (...)”. (Oliveira, 2005, p. 193)

Numa direção próxima a esta, mas mais inclinada a focar a expansão de fronteiras do espaço no Cerrado goiano, Miziara (2006), depois de tratar o assunto com tirocínio teórico, apresenta uma periodização ao que ele denomina “Expansão de fronteiras em Goiás”. O autor assinala e caracteriza cinco etapas de expansão, a saber:

- primeira etapa – ocupação do ouro a partir de 1720, século XVIII;
- segunda etapa – ocupação do sul pelos Geralistas a partir do século XIX;
- terceira etapa – estrada de ferro a partir da segunda década do século XX;
- quarta etapa – Marcha para o Oeste a partir da década de 1940, com a criação da CANG;
- quinta etapa – expansão da fronteira agrícola a partir dos meados da década de 1970.

Depois de apresentar as etapas demonstra que o uso do solo do Cerrado, a partir da última etapa, é prevaiente com a pecuária. Explica que essa ocupação é diferenciada entre as regiões, portanto o seu efeito econômico e os seus impactos ambientais seguem essa diferenciação.

Dos primeiros períodos da ocupação, passando pelo importante processo modernizador de 1970 até hoje, outras alterações ocorreram, como a mudança no uso da água, por exemplo, da fazenda goiana às usinas de álcool ou às hidrelétricas; a função dos rios no lazer urbano e a privatização de suas margens; o papel fundamental da infraestrutura e do denominado “espaço herdado”; a centralidade do território goiano e o lume histórico da ocupação do território nacional; as mudanças no modo de vida e da cultura, bem como sua incorporação em lógicas da indústria cultural etc. Demanda-se, por certo, reconhecer quem definiu, executou e alimentou as estratégias de ocupação. Decisivamente, o encontro da política com o bioma é o elemento central que o transforma em território. Cabe, pois, verificar a ação da política territorial ou das políticas de governo, o pacto de poder entre Estado nacional e governo local para inserir o Cerrado como importante território na economia nacional e internacional.

O Cerrado goiano: uma reinvenção da política territorial

É comum escutar e ler que o Cerrado foi, de 1930 até o atual momento, o Bioma-território mais atravessado pela política territorial ou pela política governamental. Os exemplos são indubitáveis, tais como a construção de Goiânia, de Brasília e de Palmas, a construção da BR-153 e de seus troncos complementares e, mais recentemente, a construção da Ferrovia Norte-Sul. Todas essas obras juntam-se aos inúmeros projetos para integrar o país de norte a sul e de leste a oeste, colocando o Cerrado como célula estratégica da expansão do capitalismo brasileiro e de sua consolidação.

Dessa feita, a conquista do Cerrado pelo capital teria que se fundar por um golpe geopolítico. A imensidão de suas terras e a sua eterna promessa de riqueza, a localização como uma ponte entre o sul-sudeste e o imenso território amazônico teriam que receber uma

atenção dos atores hegemônicos em nível mundial ou das nações que, no contexto do uso capitalista do solo cerradoeiro, tratariam de incorporá-lo ao padrão de acumulação capitalista.

Uma primeira ação geopolítica foi aproveitar o imaginário negativo do Cerrado sublinhado desde o final do século XIX até 1930, especialmente pelos chamados ‘viajantes naturalistas do velho mundo’. Esse imaginário negativo efetivou-se como uma sentença de verdade de que havia dois Brasis – um do litoral e outro do sertão; um superior e outro do interior, um integrado ao progresso do mundo desenvolvido e outro desintegrado.

Por conseguinte, no bojo desse imaginário foram costuradas as operações que fundaram as políticas territoriais, desde a criação da Fundação Brasil Central que projetou o plano Marcha para o Oeste, assim como a construção da Estrada de Ferro, a elaboração do projeto de Colônia Agrícola – CANG, a construção de Goiânia e, posteriormente, de Brasília, além da enormidade de vias estabelecidas pelo PND I e PND II. Além disso, outras importantes iniciativas no campo da pesquisa funcional e economicista foram desenvolvidas, como a criação da ACAR (1948) – Associação de Crédito e Assistência Rural; do IPEA (1960) – Instituto de Pesquisas Agrícolas; da SUDECO (1967) – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste; do PIN (1970) – Programa de Integração Nacional; do PRODOESTE (1971) – Programa de Desenvolvimento do Centro-oeste e da EMBRAPA (1973).

Para que isso fosse executado, a operação ideológica teve que contar com vários pactos políticos. O Estado nacional teria que vencer as oligarquias locais da necessidade de mudanças no território cerradoeiro. Todavia, essas mudanças, além de dinamizarem economicamente esse território, dariam-lhes mais sobrevida política. Assim é que estendeu-se essa ideia: o sertão é o Brasil profundo e original, diferente do litoral que é contaminado pelas forças exteriores. Mas esse Brasil profundo precisa ser mudado pelo exemplo externo, de maneira que o que é original não serve e o que é externo é espúrio, mas necessário.

Além do pacto entre a elite local e o Estado nacional, a investida geopolítica teria que colocar em cena os atores hegemônicos exteriores, como é o caso do PRODECER. Inocêncio (2010, p. 123) explica que

Os “espaços da pressa”, no Cerrado, incorporados pelo PRODECER, possuem um conjunto de redes que permitem, no primeiro momento, a instalação dos projetos de colonização. Tais áreas funcionam sob um regime obediente à lógica distante, Japão, externa em relação à área da ação. Mas essas lógicas internas, regulações locais ou nacionais só foram passíveis de realização porque o aparelho estatal criou as condições necessárias para sua instalação.

Todos esses programas contaram com a intervenção dos atores hegemônicos. No caso do PRODECER, a disputa pelo comércio de grãos entre EUA e Japão lançou o governo japonês para interferir no sistema produtivo do Cerrado. Esse sentido geopolítico explica duas configurações do modelo: os atores hegemônicos do local, mesmo com pendor tradicional no campo da ação política ligado ao coronelismo, ao patrimonialismo e ao populismo mantiveram-se no controle econômico e político de todo o processo que dinamizou o Cerrado. Embora o processo tenha transformado o Cerrado num cinturão produtivo importantíssimo, principalmente para a balança comercial do país, ao gerar bens de exportação, houve uma concentração de terras, um aumento da desigualdade social e uma concentração espacial, especialmente fundada na urbanização desigual que espelha um território urbanizado e cheio de problemas. Segue, junto, um campo produtivo, mas vazio de gente e da cultura do local.

Em síntese: a operação da política territorial e de seu amparo geopolítico não deixou de criar as contradições próprias do interesse de quem os criou – e nem de estimular os conflitos de quem se subordinou, forçosamente, ao processo, como os povos cerradeiros.

Um pensamento de Cerrado em disputa

Deve-se perguntar: por que, de repente, o Cerrado se tornou tão interessante para diferentes grupos de pesquisadores alinhados em campos de saber mais diversos? Além disso, por que há tantos eventos de matizes culturais, como a Feira do Cerrado, festivais gastronômicos, festas, encontro de parteiras, raizeiras, benzedeiros e benzedeiças etc., assim como eventos econômicos, como feiras agropecuárias; polí-

ticos, como encontro de povos cerradeiros; caminhadas pelo Cerrado; organização de agentes da economia solidária; esotéricos, religiosos, bucólicos?

É certo que o Cerrado ocupa importante lugar na economia do país, assim como continua sendo uma promessa de riqueza, especialmente com os rompantes de novos vetores econômicos baseados na transgenia e na indústria farmacocômica. É certo também que a riqueza de suas águas e de sua diversidade genética, bem como o rico acervo da cultura de povos indígenas, camponeses, quilombolas, possuem, ainda, um registro que pode ser ‘ressignificado’ – e usado – para diferentes fins. Mas é igualmente verdadeiro que em cada um dos eventos ou em cada modalidade de pesquisa há uma disputa de sentido do uso do Cerrado e no modo de vê-lo e representá-lo.

Pode-se, ao investigar essa disputa, apresentar uma síntese do modo de ver o Cerrado.

A marca Cerrado e o Cerrado marcado

Nomes de bares com a palavra ‘Cerrado’, como de escolas, eventos, festivais, exposição fotográfica, fabricação de camisetas ou disputas de universidades para serem identificadas como “Universidades do Cerrado” e mesmo a autoidentificação de cidades como “capitais do Cerrado” não deixam dúvidas que este Bioma-território é uma marca aceita pelo imaginário contemporâneo. Mais que aceita é, de fato, uma palavra da qual se pode utilizar para diferentes fins e interesses.

Um aparente paradoxo ressalta esse agenciamento: o Cerrado torna-se marca no momento que é marcado por grandes problemas ambientais e sociais. Pode-se dizer que é apenas um paradoxo porque a contradição essencial é: o mesmo modelo econômico que o transformou numa fonte de riqueza de alguns atores destruiu componentes de seu bioma e de seus ecossistemas. Apesar de destruir, incursionando numa ideologia ambientalista, se coloca favorável a ele no intuito de não discutir o modelo que gera a destruição.

A transformação do Cerrado em marca não demonstra quem – e como – o Cerrado foi marcado. Pode-se, inclusive, patrocinar pesquisas, participar de campanhas ou aceitar o plano formal de leis que

o protegem. Todavia, não se pode repartir a riqueza que o modelo produziu, nem alterar os sentidos econômicos da destruição. Assim, a ideologização do Cerrado como marca torna-se, também, importante componente político.

Algumas considerações

De acordo com a abordagem anterior, as pesquisas que estudam os impactos ambientais sem levar em consideração o modelo econômico que sustenta as ações dos agentes que os geram ou as que certificam quem utiliza o Cerrado e não esclarecem as intencionalidades que os levam a utilizá-lo; o mapeamento sofisticado de problemas ambientais ou mesmo de tipos de fitofisionomia; a identificação da lógica da drenagem e de sua importância; a demonstração das relações entre geologia, relevo e solo tipificando modelos e padrões de paisagens etc., assim como outras vertentes que geram representações do Cerrado a partir de um “esquecimento deliberado da política e do Estado” cumprem um papel ideologizador central: supor uma neutralidade desse pensamento.

Ou, então, supõem tratar de questões simples para, também, postularem um tipo de recompensa acadêmica e financeira ao fazê-lo. Isso quer dizer que pensar o Cerrado impõe um compromisso político e não se esquivam de postular, no método e nos procedimentos que o embasa, o ingresso no campo da disputa.

A mais eficiente modalidade ideológica de não discutir o modelo é pensar o Cerrado apenas pelo prisma da natureza por meio dos conceitos de bioma, ecossistema e domínio. Ao se proceder à separação de sociedade e natureza ou, no caso concreto do pensamento de Cerrado, ao se separar o estudo das suas feições morfológicas, as potencialidades hídricas e pedológicas, o papel do relevo e da diversidade genética da flora e fauna etc. do modo com que foi incorporado no rol da economia nacional e internacional, revitaliza-se um determinismo natural, além de se contribuir para celebrá-lo como uma marca que promete mais riqueza para quem o hegemoniza.

Para sair dessa vertente de interpretação, outra forma foi identificá-lo como uma região por meio dos conceitos de expansão, fron-

teira, incorporação, integração econômica etc. Apesar de haver um avanço dessa forma de abordagem comparando-a a apenas de bioma, corre-se sempre o risco de se compreender os processos gerais, geopolíticos, o papel do Estado e a incorporação de capital, mas de não identificar as diferencialidades espaciais, os lugares e as singularidades dos diversos agentes e suas diferenças. Por exemplo: o processo de incorporação capitalista impetrado pela modernização do Cerrado atinge de maneira diferente camponeses, fazendeiros tradicionais, povos indígenas. E essa diferença é maior ao se observar os diferentes lugares e a escala de poder das forças locais.

Por conta disso, sem se desfazer da importância dos estudos do bioma e dos ecossistemas, bem como dos que fazem a abordagem por meio da categoria região, propõe-se pensar o Cerrado pelo prisma de um Bioma-território. Esse prisma intenta envolver numa única perspectiva as dimensões físico-territoriais, as socioeconômicas e as culturais e simbólicas.

A parceria com pesquisadores do LABOTER – Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais – e a interlocução constante com orientandos em nível de mestrado e doutorado têm nos convocado a interpretar as pressões que sofrem os povos indígenas do Cerrado goiano e a sua resistência. Destacam-se, nesse sentido, os trabalhos feitos por Gomes e Lima (2010), publicados nesta obra.

O mapeamento digital constituído por pesquisadores, estagiários, professores e bolsistas do LAPIG – Laboratório de Geoprocessamento, bem como as dissertações de mestrado e teses de doutoramento têm ajudado a revelar dimensões importantes como o desmatamento, as áreas prioritárias, a relação entre os remanescentes e o processo de ocupação, entre outros.

Cabe destacar, ainda, as análises rigorosas sobre o avanço da indústria sucroalcooleira no território do Cerrado desenvolvidas por pesquisadores, estagiários e parceiros do LABOGEF - Laboratório de Geologia e Geografia Física. Além das reflexões sobre o sentido da ocupação, os trabalhos vêm acompanhados de alertas ambientais mapeados, medidos e detalhadamente enunciados em forma de projeções e cenários.

Vários pesquisadores e agentes dos movimentos sociais reconhecem que é momento de enriquecer a pesquisa do Cerrado do

mesmo modo que politizá-la. A aglutinação de uma teoria com força interpretativa a uma metodologia que capte informações, dados e representações da realidade diversa e múltipla do Cerrado tem, hoje, uma grande oportunidade para facultar bons trabalhos que resultem neste objetivo.

Referências

- ALMEIDA, M. G. de. RATTI, A. J. P. (Orgs.) *Geografia: Leituras Culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003.
- _____. (Org.) *Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002.
- _____. *Tantos Cerrados*. Goiânia: Vieira, 2005.
- _____. Diversidade paisagística e identidades territoriais e Culturais – Brasil Sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Orgs.). *Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares*. Goiânia: Vieira, 2008.
- ARRAIS, T. P. A. *Geografia Contemporânea de Goiás*. Goiânia: Vieira, 2004.
- BARREIRA, C. C. M. A. *Região da estrada do boi: usos e abusos da natureza*. Goiânia: UFG, 1997.
- BARBOSA, Altair Sales. *Andarilhos da Claridade: os primeiros habitantes do Cerrado*. Goiânia: UCG, 2002.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício (Org.). *A Captura do Território Goiano e a sua Múltipla Dimensão Sócio-espacial*. Catalão-GO: Gráfica e Editora Modelo, 2005
- _____. A Dinâmica Demográfica do Cerrado: o Território Goiano Apropriado e Cindido. In: GOMES, Horieste (Coord.). *Universo do Cerrado*, vol. II, Goiânia: Ed. UCG, 2008a.
- CALAÇA Manoel; BORGES Mônica C. S. A dinâmica demográfica de Goiás. Goiânia: Ellos, 2009. *Ateliê Geográfico - EDIÇÃO ESPECIAL* Goiânia-GO. v. 1, n. 9, fev/2010, p. 64-83.
- CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. *Hotspot Revisitados*. 2005. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/HotspotsRevisitados.pdf>>. Acesso em: 12 de maio, 2008.
- COUTINHO, Leopoldo Magno. *O Conceito de Bioma*. São Paulo: Acta Botânica Brasileira, vol. 2. 2006. p. 13-23.

DEUS, J. B. de. As atuais transformações estruturais na economia goiana e os seus desdobramentos nas mudanças socioespaciais. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002.

ESTEVAN, L. Cerrado das tropas e boiadas (Ensaio histórico – literário). In: GOMES, H. (Org) *Universo do Cerrado*, vol. 2, Goiânia: Editora da UCG, 2008. p. 479-516.

GOMES, H; TEIXEIRA NETO, A; BARBOSA, A. S. *Geografia: Goiás / Tocantins*. 2. ed. Goiânia: UFG, 2005.

GOMES, Horieste. A Nova Matriz Espacial do Território Goiano. In GOMES, Horieste (Coord.). *Universo do Cerrado*, vol. II, Goiânia: UCG, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter P. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HAESBAERT, R. PORTO-GONÇALVES, C. W. *A nova desordem mundial*. São Paulo: UNESP, 2006.

INOCÊNCIO, M. E. *O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2010. 279 fls.

LIMA, S. C. de. *A permanência do estranho: os Karajá, os Tori e as disputas territoriais do Cerrado goiano*. (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás, 2010.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *A urdidura do capital e do trabalho no capital do Sudoeste goiano*. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia - UNESP - Presidente Prudente - SP, 2004.

MIZIARA, F. VII Expansão de fronteiras e ocupação do Espaço no Cerrado: o caso de Goiás. In: GUIMARÃES, L. D; SILVA, M. A. D; ANACLETO, T. C. (Orgs.). *Natureza Viva: Cerrado – caracterização e conservação*. Goiânia: UCG, 2006, p. 169-196.

OLIVEIRA-FILHO, Eduardo Cyrino; MEDEIROS, Flávia Natércia da Silva. Ocupação humana e preservação do ambiente: um paradoxo para o desenvolvimento sustentável. In: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Cerrado: desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável*. Planaltina (DF): Embrapa, 2008.

OLIVEIRA, I. J. de. Os chapadões de(s) Cerrados: a vegetação, o relevo e o uso das terras em Goiás e no Distrito Federal. In: ALMEIDA, M. G. de. (Org.) *Tantos Cerrados*. Goiânia: Ed. Vicira, 2005. p. 177-204.

PELÁ, Márcia. Cerrado Goiano: um território em disputa. In: *Revista Mirante*, v. 1, n° 02, 2007.

RIGONATO, Valney Dias. *O Modo de vida das populações Tradicionais e a Inter-relação com a paisagem do Cerrado da Microrregião da Chapada dos Véadeiros: O distrito da Vila Borba*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós - Graduação em Geografia - IESA-UFG, 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Elaine Barbosa. *Taxas de desmatamento anuais no Bioma Cerrado: uma análise a partir de dados modis para o período de 2003 a 2007*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás, 2008.

SILVA, L. G da. *Avá-Canoeiro: a resistência dos bravos em conflitos territoriais no Cerrado do Norte Goiano*. (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia - Universidade Federal de Goiás, 2010.

TEIXEIRA NETO, A. O território goiano-tocantinense no contexto do Cerrado. In: GOMES, H. (Org.) *Universo do Cerrado*, vol. 1, Goiânia: Editora da UCG, 2008. p. 231-270.

WALTER, Bruno Machado Teles; CARVALHO, Arminda M.; RIBEIRO José F. O Conceito de Savanas e de seu Componente Cerrado. In: SANO, Sueli. M; ALMEIDA, Semíramis. P; RIBEIRO, José. F. *Cerrado, Ecologia e Flora*. Brasília, (DF): Embrapa Cerrados, 2008.

POR UMA ANÁLISE TERRITORIAL DO CERRADO

Denis Castilho

Eguimar Felício Chaveiro

Introdução

O Cerrado, nos últimos anos, tem sido objeto de investigação em um número crescente de pesquisas. Tanto a diversidade de temas como o reconhecimento da importância deste domínio em uma escala mundial são alçados justamente no momento em que as suas paisagens naturais se mostram profundamente alteradas. Embora muitas abordagens se coloquem como defensoras da biodiversidade, das culturas tradicionais ou da economia sustentável, os conflitos, as imposições de poder e a dimensão política do processo de apropriação do Cerrado são, na maioria das vezes, negligenciados.

As caracterizações dos componentes naturais, genéticos e simbólicos do Cerrado; a inspeção ao modo como esse patrimônio tem sido utilizado; a espacialização de dados e informações que dirimem diferentes paisagens e ambientes próprios do domínio; a crítica ao padrão econômico que utiliza o solo cerradeiro; a atenção ao modo como a cultura e os símbolos do e no Cerrado são apropriados; a apresentação dos modelos de gestão; a definição de áreas prioritárias para a preservação; o custo socioambiental que pode causar os níveis de extinção de espécies da fauna e da flora e tantas outras informações requerem que se pense em duas questões básicas: que conflitos per-

meiam o Cerrado no modo como se dá o seu uso e que tipo de análise deve ser feita para que a pesquisa científica ou acadêmica entre no rol do conflito com postura política?

No âmbito desse trabalho costura-se a seguinte ideia: uma análise do Cerrado deve considerá-lo como um espaço disputado por um vetor economicista e por reações políticas que, contra o economicismo, o defende como patrimônio de vida capturado pelos componentes da economia globalizada, mas afeita a novos rumos que se desdobram nas fendas dessa economia. Por isso, é um território integrado ao mundo, mas desigual e cindido em sua particularidade. Esse processo integra, numa mesma lógica, diferentes campos da vida, desde os naturais, genéticos e simbólicos, passando pelo econômico e social, até o cultural e político. Cabe, em decorrência dessa consideração, enxergar as suas metamorfoses e os agentes que a executam. Daí, o que se deseja é mais que conhecê-lo, mas produzir sentido com o conhecimento.

No plano metodológico implementamos um diálogo com diferentes abordagens para situar a análise do Cerrado como um território em disputa, enxergando-o de maneira integrada. Assim, foram feitos trabalhos de campo em municípios do Norte, Sudeste e Centro goianos conduzidos por diferentes apoios, parcerias e intercâmbios institucionais. Registramos aqui o apoio das ONG's Cidade, Cultura e Arte e Jacarandá da Pedra; do NUPEAT – Núcleo de Pesquisas e Estudos em Educação Ambiental e Transdisciplinaridade, do projeto “Biodiversidade do Cerrado”, dos trabalhos realizados pela pesquisa “O mapa simbólico e cultural de Goiás” e das pesquisas junto à Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Goiânia.

No cerne das discussões repousa o seguinte: o Cerrado é um território que se descobre interessante à produção de grãos, gado, energia e produtos industriais e promete riqueza futura a partir de intentos da engenharia genética e da nova espacialidade da economia intensiva; todavia, mostra a precarização desse modelo exatamente naquilo que é a sua essência: a sociodiversidade e os ambientes que o formam.

Por conseguinte, cabe indagar de que maneira ocorreu e ocorre o processo de apropriação em ambientes de Cerrado. E mais: como as transformações resultantes desse processo de ocupação se insta-

lam nesse ambiente constituindo novas lógicas, novas contingências e novas estruturas espaciais? Em síntese: que dinâmica socioespacial resulta desse processo?

Este artigo propõe debater essas questões por meio do que temos denominado de “análise ou abordagem territorial”. No primeiro momento apresenta-se as diferentes abordagens do Cerrado. No segundo, são levantadas algumas considerações do Cerrado a partir das fitofisionomias e apresenta-se uma discussão sobre a questão da modernização e dos impactos ambientais. Também é exposta uma proposta analítica tendo sido travada, no terceiro momento, uma discussão sobre os aspectos sociais, econômicos, políticos e tempo-espaciais, os quais contribuem com uma efetiva leitura da complexa dinâmica territorial no Cerrado.

As diferentes abordagens do Cerrado: ideias em disputa

O Cerrado é visto, em geral, como ambiente natural. E tem sido enxergado, especialmente pela baliza geográfica e antropológica, como região e cultura, ambiente apropriado etc. Antes dessas duas maneiras de se considerar o Cerrado, houve também o modo de apropriá-lo pelo “desprezo”. Explicar-se-á que o Cerrado, pela posição estratégica que ocupa no país e na região Centro-Oeste e por ser apropriado por sujeitos sociais e/ou atores hegemônicos, é um território com várias territorialidades.

A partir do século XVIII, com os mineradores e, mais tarde, com os agropecuaristas, o Cerrado foi representado a partir de uma insígnia de “desprezo”, haja vista os relatos do naturalista francês Auguste de Saint’Hilaire ao passar pela “província de Goyaz” (SAINT-HILAIRE, 1975).

A cultura que se desenvolvia em ambientes cerradeiros carregava consigo valores de fora. Os símbolos, já no período “agropecuário”, podem ser sintetizados no gado bovino, na enxada e na pequena roça. Tais elementos participavam de uma dinâmica socioespacial típica do campo. As relações sociais de produção se (re)produziam no espaço rural e nas contingências da estrutura da troca simples ou do que se denominou de economia de subsistência.

A apropriação do ambiente e a construção de uma cultura significavam a negação do Cerrado enquanto ambiente natural ou o seu desprezo na visão economicista que o via. A questão é: os fatores biogeográficos foram influentes na constituição da identidade, todavia não foram determinantes. Isso porque a vida social instaurada em ambientes cerradeiros foi uma reprodução a partir de valores trazidos de fora. É, portanto, que num primeiro momento o Cerrado é identificado a partir do 'pré-conceito' e do desprezo. Por conseguinte, têm-se, também, abordagens que o tratam apenas como ambiente natural.

Também pode-se mencionar as abordagens que consideram o Cerrado enquanto região. Considera-se, aqui, a política, a economia, as transformações decorrentes do avanço do capital etc., mas se valorizam principalmente as particularidades e as dinâmicas que ocorrem no domínio do Cerrado. Tenta-se, portanto, identificar o que é particular e singular ou a forma como os elementos universais se particularizam "nessa região".

Calha mencionar, ainda, o trabalho de Rosa (1988), que retrata o regionalismo do Cerrado a partir do sertanejo, das ocupações, dos conflitos etc. As paisagens são apresentadas numa abordagem em que aparecem tanto aspectos naturais como sociais. Aqui, não obstante, somam-se abordagens fundamentais sobre ambiente e apropriação do Cerrado. Em todos os casos pode-se dizer que existem diferentes maneiras de se abordar o Cerrado. Ou seja, há uma diferenciação entre o vivido, o percebido e o concebido. Nos diferentes discursos, é importante questionar o fundamento e os critérios que cada análise utiliza. Uma das formas de abordar o Cerrado pelos seus componentes naturais é a seguir analisada

O Cerrado enquanto ambiente natural: as fitofisionomias

Em extensão, o domínio do Cerrado é o segundo maior do Brasil. Sua área original era de dois (2) milhões de quilômetros quadrados. Abrange grande área da região Centro-Oeste brasileira como também partes do Norte, Nordeste e Sudeste. O clima é subtropical, semiúmido com duas estações definidas: uma úmida (verão chuvoso) e outra seca (inverno seco). O solo, em grande parte, é deficiente em

nutrientes, porém rico em ferro e alumínio. Esses fatores, sobretudo o clima, influenciam um tipo de vegetação peculiar.

As paisagens naturais, os tipos de vegetação (ou as fitofisionomias) do Cerrado não são homogêneos. Diferenciam-se conforme as localizações e os fatores clima, temperatura, umidade, aspectos físicos e químicos do solo, relevo etc. Ribeiro e Walter (1998) apresentam onze (11) tipos principais de vegetação para o Cerrado, enquadrados em *formações campestres* (Campo Limpo, Campo Sujo e Campo Rupestre), *savânicas* (Cerrado sentido restrito, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda) e *florestais* (Cerradão, Mata Seca, Mata Ciliar e Mata de Galeria). Segundo os autores, esses onze tipos principais podem apresentar vinte e cinco (25) subtipos (RIBEIRO E WALTER, 1998). Da composição desses tipos de vegetação, Rizzini (1963) relacionou 537 espécies de árvores e arbustos. Com novas pesquisas, Castro *et al.* (1999) apresentaram uma lista mais densa, com o registro de 1.709 espécies.

Existem diversos critérios para classificações da vegetação do Cerrado, como exemplo daquelas que vão além dos aspectos fitogeográficos. Nesse sentido, o Cerrado também é considerado como um *Sistema Biogeográfico* (BARBOSA, 1996), *Domínio Fitogeográfico* (AB'SABER, 1971), *Região Fitoecológica* (MAGNAGO, SILVA e FONZAR, 1983), *Província Vegetacional* (EITEN, 1993), *Bioma* (RIBEIRO e WALTER, 1998), entre outros.

Ressalta-se a importância de se trabalhar, no contexto do ensino fundamental e médio, as classificações fitofisionômicas apresentadas acima (RIBEIRO E WALTER, 1998), também trabalhadas em Chaveiro e Castilho (2007), de cunho didático; de incentivar estudos que interrelacionam os tipos de Cerrado com os modos de vida das populações tradicionais (RIGONATO, 2004) e de incrementar os trabalhos que abordam a diversidade paisagística e as manifestações territoriais no “Brasil sertanejo” (ALMEIDA, 2008).

Assim, em um esforço de síntese das classificações fitofisionômicas, pode-se considerar os seguintes tipos de Cerrado: *Campo Limpo*, *Campo Sujo*, *Campo rupestre (ou Campo de Altitude)*, *Campo de Murundu*, *Campo Cerrado (ou Cerrado Ralo)*, *Cerrado Stricto Sensu (sentido restrito)*, *Cerradão*, *Mata de Interflúvio (Seca-Decídua ou Estacional-semidecídua)*, *Mata Úmida (de Galeria e Ciliar)*, *Vereda*, *Palmeiral* e *Cerrado Rupestre*. O Cerrado *stricto sensu* ou sentido restrito é o mais representativo

do domínio (70% da área), mas também aquele que sofreu maiores degradações para a formação de pastagens e para a plantação de grãos, cana-de-açúcar etc. Estima-se que, da sua formação original, esse tipo de vegetação não passa de 5% de preservação.

Importante ressaltar que as *matas de interflúvio*, também conhecidas como *formações florestais*, não podem ser confundidas com a Floresta Amazônica ou com a Mata Atlântica, mesmo aquelas mais densas semidecíduas ou perenifólias. Isso porque, conforme Barbosa (2005, p. 11), “tratam-se de florestas subúmidas” com uma história evolutiva totalmente diferenciada da Mata Atlântica e Floresta Amazônica. Importante, também, ressaltar que as matas possuem algumas espécies distintas dos tipos mais baixos de Cerrado e estão relacionadas a solos mais profundos e ricos em nutrientes (latossolo). Essas formações são mais encontradas em algumas áreas da mesorregião Centro Goiano. Segundo Gomes, Teixeira Neto e Barbosa (2005), o Centro Goiano quase se confunde com a região que era denominada de zona fisiográfica do Mato Grosso Goiano, uma extensa região florestal situada na parte centro-sul do estado de Goiás.

Conforme Chaveiro e Castilho (2007), no domínio do Cerrado há chapadas (ex.: Chapada dos Veadeiros em Goiás, Chapada dos Guimarães no Mato Grosso e Chapada Diamantina na Bahia); serras (Serras Dourada, da Mesa, de Caldas em Goiás, da Canastra em Minas Gerais etc.) e extensas áreas planálticas. Além das serras, das áreas planas e dos chapadões há também vales onde o solo é fértil e regiões mais baixas como as planícies do rio Araguaia. E ainda, metaforicamente, o Cerrado é considerado como a caixa d’água do Brasil. Isto porque é o berço de importantes bacias hidrográficas como do Araguaia/Tocantins, Platina e São Francisco.

Segundo Pinto e Diniz-Filho (2005), estima-se que o Cerrado possui 10 mil espécies de plantas, das quais 4.400 são endêmicas (que só existem neste domínio). A fauna é constituída por 837 espécies de aves (29 endêmicas), 194 espécies de mamíferos (19 endêmicos), 185 répteis (24 endêmicos) e 150 anfíbios (45 endêmicos). Estudos apontam que o Cerrado abranja 14.425 espécies de invertebrados.

Os números colocam o Cerrado como um dos domínios com maior riqueza de Biodiversidade e um dos maiores em diversidade de espécies endêmicas. Todavia, essa riqueza vem sendo destruída pela

forma como a modernização avança pelo Cerrado. Isso justifica os intensos debates por todo o mundo acerca deste domínio, que já é considerado um *hotspot*¹. No período de intensificação do processo de ocupação de extensas áreas de Cerrado pelo capital moderno, principalmente com os planos e políticas para produção agrícola (a exemplo das pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA na década de 1970, tornando possível a alta produção nos solos cerradeiros), muitos estudiosos, pesquisadores e administradores, em nome da “modernização agrícola”, ignoraram a preocupação ambiental no Cerrado.

Existe até um discurso falacioso de que “escolheram” produzir (sacrificar) o Cerrado para “proteger” a Amazônia. Logicamente o avanço da produção no Cerrado sem uma responsabilidade socioambiental foi fato, mas afirmar que tal postura foi fruto de uma “escolha” que se justificou em nome da Amazônia é absurdo, mesmo porque o avanço da agricultura e da pecuária já alcançou a Floresta Amazônica e devastou grandes áreas deste domínio e quase toda sua extensão de transição com o Cerrado.

Ademais, seria, então, simplesmente uma questão de escolha? Imagine-se um cenário que, mesmo absurdo do ponto de vista biogeográfico, pode auxiliar uma reflexão: se a Amazônia ocupasse o planalto central (região estratégica e de ligação entre outras regiões do território brasileiro) também não estaria com mais de 80% de sua área natural degradada? A questão é: trata-se muito mais de fatores históricos, de formação territorial, da posição do Cerrado no território brasileiro (sua localização) e do cruzamento de elementos provenientes da modernização do que uma mera escolha.

Houve e há uma tendência de localização das modernas formas de produção que parte das regiões Sudeste e Sul do Brasil, passa pelo Centro-Oeste (formando a região denominada por Santos e Silveira (2001) de *Região Concentrada*), por áreas do Nordeste (especialmente no oeste da Bahia, no sudoeste do Piauí e sul do Maranhão) e por localidades da região Norte deste país, onde a fronteira agrícola já alcançou

¹ O termo foi criado em 1988 pelo ecólogo inglês Norman Myers. Hotspot corresponde toda área prioritária para conservação, isto é, de alta biodiversidade e ameaçada no mais alto grau. É considerada hotspot uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original. Em uma tradução livre para o português, hotspot significa ponto quente. No Brasil há dois hotspots: a Mata Atlântica e o Cerrado (www.conservation.org.br).

a Floresta Amazônica em grandes áreas do Mato Grosso, de Rondônia e do Pará. Isso tem gerado conflitos de diversas ordens, assim como questões geopolíticas de amplitude internacional.

Como se observa, mesmo que tenha havido essa “escolha”, os seus atores foram enganados. Isso indica que a posição estratégica do Cerrado no território nacional, além das suas condições naturais (solo, relevo, clima etc.) e dos insumos de tecnologia e ciência foram condições históricas para a intensificação do seu desprezo tanto do ponto de vista natural como sociocultural. Também não se pode, na perspectiva de uma análise integrada, romantizar as comunidades tradicionais. A grande questão é que as ocupações “modernas”, que vieram ocorrer com vários processos de colonização, trouxeram uma maneira de produção socioespacial que nega o Cerrado enquanto ambiente natural. E aqui inicia-se a discussão acerca do território enquanto proposta analítica.

Uma proposta analítica

A partir dos elementos enunciados, a abordagem territorial do Cerrado segue um caminho fundado em fatos concretos, segundo os quais pode-se enriquecer a análise ou, ao menos, colocá-la perante as contradições que modelam o que hoje chamamos de Cerrado.

O caminho da análise passa, inicialmente, pela sua *paisagem*. É o Cerrado visto pela primeira instância da análise; é o seu âmbito formal em evidência. Nesse momento deve-se considerar tanto os ambientes naturais (a exemplo das fitofisionomias) como os símbolos culturais. A análise pela paisagem valoriza a dimensão formal do espaço e se constitui importante indicador da dinâmica atual que ocorre no Cerrado. Mas a sua explicação perpassa o sentido histórico de sua produção – ou seja, a *formação territorial*. Aqui deve-se considerar os períodos em que ocorreram transformações importantes do ponto de vista da constituição territorial, o que leva a igualmente considerar as divisões territoriais do trabalho, assim como as determinações das principais transformações que se processaram nos lugares ao longo do tempo.

As transformações ocorridas em ambientes cerradeiros concorreram para as atuais dinâmicas ou para o que Santos (1994) chama de

configuração territorial. Assim, além de se analisar a *paisagem* e a *formação territorial*, impende atentar, sobretudo, para os atores que influenciam a natureza do território no Cerrado, como exemplo o próprio Estado ou as empresas que utilizam este ambiente para reproduzir suas escalas de poder.

A tríade economia-política-cultura analisada têmporo-espacialmente também é fundamental. Nesse sentido, a abordagem territorial do Cerrado permite identificar as lógicas hegemônicas ou modernas que cortam este ambiente, assim como as resistências e tradições. Por conseguinte, o estudo das determinações do poder, seja local ou proveniente “das lógicas distantes”, possibilita apontar o sentido do conflito que desenha o território. Isso, somado à *posição*, caracteriza-o enquanto histórico e geográfico.

Com isso deixa-se de considerar o Cerrado apenas enquanto ambiente natural para entendê-lo como produto da história social, sobretudo um ambiente que se localiza; que foi e é apropriado; que possui lógicas atuais, culturas diversas ou resistências; que está em movimento e que possui um sentido socioespacial proveniente do cruzamento das variáveis internas e externas que se configuram e desenharam-no enquanto território.

O Cerrado, frisando o levantado na introdução, integra, numa mesma lógica, diferentes campos da vida, desde os naturais, genéticos e simbólicos, passando pelo econômico e social, até o cultural e político. Ele é um território em disputa, motivado por um vetor economicista e por reações políticas (os movimentos sociais e as resistências) que, contra o economicismo, o defende como patrimônio da vida, capturado pelos componentes da economia globalizada, mas afeita a novos rumos que se desdobra nas fendas dessa economia e que, por isso, é um território integrado ao mundo, mas desigual e cindido em sua particularidade.

Assim, se num passado próximo a modernização em ambientes cerradeiros ocorria pela infraestrutura, posteriormente, por meio de mecanização, insumos e créditos, agora, por ciência e informação está colocado um novo vetor: o uso de sua biodiversidade para a engenharia genética e sua ligação com as estratégias mercantis da economia globalizada. As mudanças das formas e dos conteúdos de uso relocalam o valor dos diferentes ambientes do Cerrado como desafiam o

pensamento de pesquisa que deseja ler o território a partir da densidade histórica e social.

O Cerrado enquanto território

As transformações no Cerrado (do ambiente natural para o ambiente apropriado) se intensificaram nos últimos 60 anos, já que se verificou nesse período um aumento dos conteúdos provenientes do processo de modernização. Por conseguinte, se a constituição da cultura em ambientes cerradeiros não teve e nem tem relação “direta” com o Cerrado enquanto ambiente natural, o que então lhe atribui identidade?

A partir das dinâmicas naturais, das ações de tempos remotos, de fusões e evoluções etc. é que se constituiu a compreensão do Cerrado como natureza. Por diferenciação e por particularidade das paisagens é que o Cerrado apareceu aos olhos do Geógrafo Leo Waibel (1948) não como uma Savana americana, mas como único – como Cerrado.

As ocupações se deram. As formas de apropriações dos povos pré-históricos, dos horticultores e ceramistas pouco alteraram o Cerrado enquanto ambiente natural. Todavia, os “tempos modernos” trouxeram consigo um modo de vida baseado na (re)produção e afirmação das lógicas distantes. Os elementos locais, ou o que Santos (1996) chama de variáveis internas, participaram e participam da dinâmica de produção do espaço; no entanto, são as variáveis externas que se constituem hegemônicas. Ou seja, a ocupação contemporânea, com suas raízes nos mineradores e agropecuaristas é que vai, por via têmporo-espaçial, produzir no Cerrado um território sob hegemonia das variáveis externas, moldadas pelos atores que controlam a reprodução do capital. Esse processo transforma a sua condição de ambiente natural para um ambiente capturado por relações ditadas pelas classes hegemônicas.

Deve ser acrescentado que a cultura que se desenvolveu no Cerrado esteve ligada aos elementos típicos deste ambiente, mas a hegemonia sempre esteve ligada às variáveis externas e aos sujeitos que, na disputa pela apropriação, com armas mais poderosas, lograram-se vencedores, como é o caso dos colonizadores em contraposição aos horticultores e ceramistas (povos indígenas). Por isso, os principais

símbolos que afirmam as culturas cerradeiras não são advindos do modo de vida sustentado pelos elementos naturais, mas dos elementos históricos e socioespaciais.

De acordo com Machado (1997), pensar o território significa entendê-lo como um produto da história da sociedade e que, portanto, está em constante mudança. Desta feita, por ser apropriado por determinados grupos sociais, há de se considerar o Cerrado enquanto território que passa a ser um produto histórico, apropriado e disputado por agentes sociais que o fazem a partir do seu poder econômico, cultural, político, de informação, de capacidade estratégica, de resistência etc.

Para Raffestin (1993), o território é um espaço onde se projetou um trabalho e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O autor acrescenta que ao se apropriarem de um espaço, concreta ou abstratamente, os atores, isto é, os sujeitos sociais “territorializam” o espaço. Torna-se importante destacar o papel das empresas e do Estado que, por meio de recortes, implantações e ligações constituem-se instituições produtoras de territórios, especialmente a partir do século XX.

Neste ponto concentra-se um elemento primordial: o Estado. No período contemporâneo, é ele quem vai construir as possibilidades para a reprodução do capital. Por meio de projetos, políticas públicas etc. institui-se no Cerrado uma lógica hegemônica implantada pelos atores que defendem a modernização. Grandes áreas do Cerrado passaram a ser urbanas; sinônimo de alta produção; lugar da ação de mercadorias; da reprodução e da circulação de capital. E isso só foi possível a partir da constituição dos meios de produção. Podemos citar a infraestrutura, as ferrovias, as rodovias, a urbanização dos ambientes possibilitadas pela inserção do que Santos (1996) chama de meio técnico-científico-informacional.

A questão, frisa-se, é que essa transformação é regida por dinâmicas que nega o Cerrado enquanto ambiente natural. Conforme Haesbaert (1997, p. 44), “o mundo moderno das territorialidades contínuas regidas pelo princípio da exclusividade (cada Estado com seu espaço e suas fronteiras bem delimitadas frente ao território do outro)” estaria cedendo lugar hoje ao mundo das múltiplas territorialidades ativadas de acordo com os interesses (econômicos), com o momento e com o lugar em que nos encontramos.

Portanto, numa escala regional, o Cerrado é influenciado por uma lógica territorial em que o Estado, as empresas e o capital moderno desempenham papéis primordiais. Mas também há os múltiplos territórios ou territorialidades constituídos pelas relações de poder que se estabelecem numa escala local. É o nível em que se estabelecem as multiterritorialidades, as quais se constituem como resistências frente à modernização. Por isso, o Cerrado, além de ambiente transformado, também é um ambiente onde os movimentos sociais se contrapõem ao modelo econômico implantado.

Melo (2005) comenta que as lógicas da globalização dão outro sentido ao espaço, modificam o seu conteúdo, estabelecem nele diferentes formas. Assim, as novas técnicas possibilitam maior rapidez num ambiente que antes era dominado pelo tempo lento. O resultado é um espaço mais fluido, incorporado pelo tempo veloz, que se contrai com rapidez e se coloca para novos projetos de apropriação. Diante disso, deve ser ressaltado que as transformações modernizadoras não se dão por completo e nem de modo homogêneo por todo o Cerrado, inclusive porque ele ocupa grande extensão do território brasileiro, mas especialmente porque a sua apropriação é medida pela rentabilidade do território e isso não acontece de maneira homogênea em todos os seus lugares.

E se o Estado é um elemento forte na sua constituição enquanto território, isso também contribui para que ele seja diferenciado, haja vista as políticas e planos para modernização das regiões, como foi o caso do Centro goiano dinamizado por Goiânia e Brasília, e da porção sul do estado goiano, com predomínio econômico da soja, do milho, da cana-de-açúcar e de indústrias transformadoras. Menciona-se, ainda, as mineradoras no Sudeste e Norte desse território, além dos abatedouros que se concentram principalmente na região Noroeste e Centro goianos, e as beneficiadoras de grãos, que representam a força econômica da agropecuária. Ou seja, mesmo havendo uma tendência ou direção do capital, isso é dirigido pelos interesses dos atores hegemônicos por meio do Estado e de outras ferramentas de ações territoriais.

Nos últimos anos, o que ocorreu com algumas regiões de Goiás e Minas Gerais vem ocorrendo com outros estados, como Bahia, Tocantins, Piauí, Maranhão, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde a produção de grãos, cana-de-açúcar, gado bovino etc.

avançam por extensas áreas de Cerrado. No Mato Grosso é ilustrativo o caso de Alto Araguaia, onde vêm se desenvolvendo indústrias de peso (óleo e biodiesel) que se beneficiam da logística (Ferronorte) e da alta produção de grãos da região.

O espaço rural desse e de outros municípios são fortemente alterados e as cidades se re-funcionalizam para atenderem às novas formas de produção, servindo inclusive como morada da mão de obra. Verifica-se aqui o determinismo territorial de cunho nacional a partir de um movimento tendencioso que se expande por diferentes regiões do país, considerando a intensificação da produção agrícola e sua expansão por áreas de Cerrado no Sul maranhense, Sudoeste piauiense e Oeste baiano, com planos, inclusive, de criação de novas cidades ligadas ao agronegócio, a exemplo do projeto de Treviso no município de Correntina-BA. Isso evidencia que a reprodução territorial no Cerrado não tem limites: extrapola os limites naturais e se dilui diante do avanço territorial.

Por conseguinte, a territorialização do capital moderno no Cerrado representa a sua negação enquanto ambiente natural como também de sua existência para a vida. Nesse caso, o Cerrado, hoje, é movido pelo cruzamento de variáveis internas e externas – sob hegemonia das últimas. Na medida em que os elementos da modernização penetram o espaço cerradoeiro, o seu conteúdo é alterado e re-funcionalizado. Trata-se de um processo perigoso, movido por uma ganância produtiva, pela geração de “riqueza” restrita a poucos e pelo cerceamento dos símbolos e manifestações socioculturais.

Entretanto, além da visão exclusivamente economicista, há também as resistências e/ou os movimentos sociais que lutam e se posicionam a favor de um Cerrado pela vida. Logicamente que o debate político requer uma contraposição, desde a raiz, da forma como a modernização é concebida, mas também não podemos poetizar as comunidades tradicionais e até mesmo as consequências mais graves da atualidade, como a pobreza, a fome e a miséria, por meio de resistências e de lutas que, na verdade, não transformam. Por conseguinte, as relações estabelecidas no Cerrado revelam um movimento profundamente contraditório, onde os conflitos se estabelecem a partir de diferentes escalas de poder e de interesses por meio das múltiplas territorialidades.

Para não encerrar...

No início deste artigo apresentou-se a variedade de produções feitas colocando como centro da temática o Cerrado. Mostrou-se que além da variedade de temas e de abordagens, as publicações revelam a riqueza do Cerrado como realidade que integra campos como a genética, a geologia, a pedologia, o relevo, os componentes hídricos, hidrográficos e hidrológicos, além de elementos históricos, econômicos, sociais, políticos e culturais.

Viu-se que o Cerrado se constitui um território profundamente disputado em torno do qual se instalam duas grandes vertentes de intenções: usá-lo por um critério economicista ou tratá-lo como um componente da vida. A abordagem aqui proposta vem nos ensinar: o território ou os territórios no Cerrado se instalam pela via da economia mundial ou em confronto com ela, embora sem perder características que decorrem do cruzamento de variáveis externas e internas por meio de um embate, de uma adaptação de conveniência ou de sua recriação, inclusive no campo imaginário e da produção da consciência que o representa.

Dessa forma, a análise aqui feita tem como proposta enxergar o Cerrado para além do determinismo ambiental. Assim, este ambiente é visto como um ente político e histórico tecido por relações de poder e que, assim, está em constante transformação. Significa dizer que as áreas de Cerrado tiveram diferentes dinâmicas que mudaram e mudam conforme os contextos históricos. Configura-se no Cerrado o que Santos (1996) chama de tempo espacial, o qual nos permite identificar as nuances contemporâneas. Esse tempo não é o mesmo em todo território cerradoeiro. Portanto, ele é o elemento particularizante dos pontos onde as variáveis externas confluem e hegemonomizam os lugares. Isso ocorre pelo fato de a configuração espacial ser heterogênea conforme os processos históricos de formação e de elementos como sistema produtivo, posição, função etc.

Em outros termos, hoje, o que nos possibilita entender o Cerrado pelo viés socioespacial é a “posição”, não somente do ponto de vista cartográfico, mas principalmente do ponto de vista histórico e territorial. Ou seja, trata-se de entender que posição o Cerrado ocupa levando em consideração as estratégias territoriais. Portanto, ver o

Cerrado a partir de suas diversas esferas (naturais, políticas, culturais, econômicas e sociais) é o caminho necessário. É por esse rumo que se pode desvelar o que está posto e concebido. Esse é um passo importante. O que nos levará a uma transformação da natureza para a reprodução da vida é um caminho sonhado e preciso. Em todos os casos, só não podemos perder de vista a existência política, inclusive na consideração dos fatores naturais.

Referências

AB'SABER, Aziz. N. A organização natural das paisagens inter e subtropicais brasileiras. In: *Simpósio Sobre o Cerrado*. São Paulo: Edgard Blucher/Ed. Da USP, 1971. p. 1-14.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M. G. de; CHAVEIRO, E. F; BRAGA, E. da C.; *Geografia e Cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida*. Goiânia: Vieira, 2008. p. 47-74.

BARBOSA, Altair S. *Sistemas biogeográficos do Cerrado: alguns elementos para sua caracterização*. Goiânia: UCG, 1996.

BARBOSA, Altair S. Prefácio – Cerrado: a dor fantasma. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). *Tantos Cerrados*. Goiânia: Vieira, 2005. p. 11-20.

CHAVEIRO, E. F; CASTILHO, D. Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico. In: *Mirante - Revista On Line*. Pires do Rio, GO: Universidade Estadual de Goiás, Ano 1, n. 2, jul. 2007.

EITEN, G. Vegetação do Cerrado. In: NOVAES PINTO, M. (Org.) *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*. (2. ed). Brasília: Ed. UniBrasília, 1993.

GOMES, H; TEIXEIRA NETO, A; BARBOSA, A. S. *Geografia: Goiás / Tocantins*. (2. ed. rev. e ampl.) Goiânia: UFG, 2005.

GOMES, H. A nova matriz espacial do território goiano. In: _____ (Coord.). *Universo do Cerrado*, vol. II. Goiânia: UCG, 2008. p. 353-376.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EdUff, 1997.

MACHADO, M. S. Geografia e Epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. In: *GEO UERJ*. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia. n. 1, jan. 1997.

MAGNAGO, H.; SILVA, M. T. M.; FONZAR, B. C. Vegetação: as regiões fitoecológicas, sua natureza e seus recursos econômicos. In: *Projeto RADAM-BRASIL*. Rio de Janeiro: 1983.

MELO, S. C. de. O território na era da globalização. In: *Guanicuns: revista da Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns - GO*. vol. 2, p. 141-151, jun. 2005.

PINTO, Miriam Plaza e DINIZ-FILHO, José Alexandre Felizola. Biodiversidade no Cerrado. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. *Tantos Cerrados*. Goiânia: Vieira, 2005. p. 115-128.

RAFFESTIN, C. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIGONATO, Valney Dias. *O Modo de vida das Populações Tradicionais e a Inter-relação com a paisagem do cerrado da Microrregião da Chapada dos Veadeiros: O distrito da Vila Borba* (Dissertação de mestrado). Goiânia: IESA-UFG, 2004.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 29. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. de. *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina-DF: EMBRAPA-CPAC, 1998. p. 89-116.

RIZZINI, C.T. A flora do Cerrado: análise florística das savanas centrais. In: *Simpósio sobre o Cerrado*. São Paulo: EDUSP, 1963. p. 125-177.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975. [1819].

SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O BRASIL: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WAIBEL, L. A vegetação e o uso da terra no Planalto Central. In: *Revista Brasileira de Geografia*. vol. 10, n. 3, 1948. p. 335-380.

<http://www.conservation.org.br>, acessado em 20/08/2009.

CERRADO GOIANO: ENCRUZILHADA DE TEMPOS E TERRITÓRIOS EM DISPUTA

Márcia Pelá

Marcelo Rodrigues Mendonça

Introdução

Há uma pluralidade de valores frente ao Cerrado que nos faz afirmar que a natureza é um conceito plural. Para uns, Cerrado é ecossistema, para outros é capital. Há aqueles que defendem o Cerrado pela beleza de suas paisagens, o sacralizam, ufanam-se de um entorno em equilíbrio que outros já consideram caóticos (ALMEIDA, 2005).

Várias pesquisas realizadas com interfaces entre os saberes geográficos, antropológicos, biológicos, pedagógicos e de outras ordens têm sido o objeto de esforço de um grupo de pesquisadores envolvidos com atividades da graduação e da pós-graduação na Universidade Federal de Goiás. Essas pesquisas recuperam análises enunciadas por Almeida (2005), compreendendo o Cerrado como ecossistema; como região de incorporação ao capital; como cenário paisagístico; como mito; como cultura; como expressão de formas de vida cerradeiras etc.

Embora existam todas essas compreensões, há grande esforço na análise do desenvolvimento econômico e a preservação ambiental como duas expressões de força imaginária e ideológica na atualidade quando o assunto é o Cerrado. Assiste-se à implantação de programas por parte dos setores público e privado que intentam promover

ações e iniciativas que apresentem produção/productividade e avanços econômicos capazes de desenvolver as projeções da balança comercial, bem como a exportação, incrementando o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e tantos outros índices almejados, que levem o estado de Goiás a se inserir no mercado globalizado. É a partir dessa conexão mercantil que a ideia de sustentabilidade, descrita na Agenda 21, está sendo implantada. Assim aponta um expoente do agronegócio:

O agronegócio é a mais expressiva fonte de renda dos cidadãos goianos. Ele faz girar a roda da economia e representa mais de 70% do Produto Interno Bruto – PIB de nosso Estado. Constitui-se na mais importante fonte geradora de empregos e é o principal item da pauta de exportação. [...] Todo este processo gera emprego e renda para a população goiana [...] As condições para a produção agrícola e pecuária dos Cerrados, cuja exploração foi iniciada pelos goianos, têm sido decantadas pelas maiores autoridades mundiais que afirmam ser este o único lugar do mundo em que uma civilização transformou solo pobre em produção e acima de tudo enriquecendo-o. Imbuídos do propósito de contribuir decisivamente para a continuidade deste processo de consolidação de Goiás como Celeiro do Brasil e do mundo, estamos lançando este Anuário Estatístico [...] (ANUÁRIO ESTATÍSTICO AGROPECUÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS, 2005).

De acordo com as ideias expostas acima, os usos do Cerrado para as atividades econômicas baseadas no agronegócio é o expediente de sustentabilidade. Mas ao contrário disso, os territórios do Cerrado goiano são alvos de várias significações, empreendidas por outras visões de mundo. Deve ser observado que, segundo dados estatísticos da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado do Goiás (2005), o Cerrado compreende a segunda maior riqueza em diversidade biológica do país, abrigo de vários cursos d'água formadores das maiores bacias hidrográficas sul-americanas.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar os fatores que possibilitaram a alteração de conceito e de importância do Cerrado goiano, bem como a relação destes fatores com as transformações socioespaciais que foram ocorrendo no processo de ocupação e apropriação nas últimas décadas do século XX. Para isso, entende-se que

qualquer estudo e/ou pesquisa que abordar este tema terá que considerar a importância da construção de uma leitura do Cerrado a partir do material e do imaterial, considerando as práticas socioculturais como fundantes no processo de apropriação do espaço e, consequentemente, na produção dos territórios.

Nesses territórios encontram-se, além da rica biodiversidade, os principais aquíferos subterrâneos, o que os torna indispensáveis para a segurança hídrica de milhões de pessoas, garantindo a produção da vida em grande parte da América do Sul. Entretanto, até meados do século XX era considerado um bioma com solos pobres e improdutivos, vegetações deformadas e feias e o lugar dos tempos lentos¹ que deveriam ser transformados conforme as necessidades da modernidade. Silva (2005, p. 24) afirma:

Devido às duras condições climáticas, edáficas e hídricas que determinam a existência do Cerrado, criou-se um dogma que este é apenas um tipo de vegetação pobre, constituída somente de árvores tortas sobre terras secas e áspersas. Esta idéia de pobreza e rusticidade do solo do Cerrado, de certa forma, influenciou a percepção de vários habitantes deste ecossistema que, desde o período colonial, foi retratado como um lugar de atraso que deve ceder à modernização.

A predicação negativa sobre o Cerrado e suas gentes foi construída pelo imaginário economicista, em que este aparecia como um bioma pobre e improdutivo que se caracterizava por uma ocupação onde se desenvolvia, basicamente, pecuária extensiva aliada à agricultura de subsistência². Esse construto sociocultural permitiu as condições materiais e imateriais à ocupação moderna, racional e indiscriminada, ocasionando uma degradação social e ambiental sem precedentes. A acelerada devastação e os problemas socioam-

¹ Segundo Santos (2001) [...] tempo rápido é o tempo das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônica e tempo lento é o tempo das instituições, das firmas e dos homens hegemônizados. A economia pobre trabalha nas áreas onde as velocidades são lentas. Quem necessita de velocidades rápidas é a economia hegemônica, são as firmas hegemônicas.

² Segundo Estevam (2004, p. 16) “Agricultura e pecuária em Goiás não podem ser vistas, no contexto do século XIX, como atividades estanques ou separadas. A agricultura explorada no território era a agricultura camponesa caracterizada pela fraca utilização de insumos e pela predominância do trabalho familiar”.

bientais decorrentes, além de preocuparem alguns cientistas que elegeram o Cerrado como um dos *hotspots* de biodiversidade do planeta, levam à seguinte indagação: quais os efeitos espaciais gerados por esta ocupação modernizante nos povos que já habitavam as áreas de Cerrado?

Para se alcançar esta compreensão demanda-se a construção de um olhar espacial abrangente, de natureza transdisciplinar e capaz de enxergar além das fronteiras impostas pela fragmentação entre o físico e o humano e a natureza e a sociedade. Temos chamado essa perspectiva de ‘visão integrada do Cerrado’. É esse olhar espacial integrado que permite deparar-se com o local e o global, com as contradições entre normas e vidas. São essas teias urdidas no cotidiano – resultantes da conflitualidade, força motriz das (Re)Existências, compreendidas na relação com os de dentro e com os de fora – que asseguram práticas socioculturais, expressões corporais e estéticas, constituindo novos saberes e fazeres dos Povos Cerradeiros.

Para nós, Povos Cerradeiros se referem aos sujeitos sociais trabalhadores/produtores que historicamente viveram nas áreas de Cerrado e constituíram formas de uso da terra a partir das diferenciações naturais-sociais experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, que denotam relações sociais de produção muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas práticas socioculturais.

Assim compreendemos a (Re)Existência enquanto um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo. Nesse sentido, as (Re)Existências são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, na luta contra a construção desenfreada e injustificada dos empreendimentos hidrelétricos que expulsam milhares de famílias de seus lugares de existências, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento.

À medida que se organizam forjam uma consciência de classe que se evidencia no fazer-se, conforme Thompson (1987); porém,

parcelas desses sujeitos não se engajam nos movimentos sociais e, tampouco, deixam de ser considerados sujeitos políticos. O que ocorre é que não se fazem no processo de construção da ação política coletiva. Entretanto, o que os particulariza, além da perspectiva de se manterem na terra constituindo modos de ser e de viver, é a ação política na defesa da terra de trabalho, da reforma agrária, da água, a partir de diversos elementos, entre eles a cultura, determinante de ações políticas que buscam nas (Re)Existências, frisa-se, as condições necessárias para manter e lutar pelos territórios da vida.

Olhar integrado: o olho que olha implica o objeto olhado

“Distinguir a essência nas aparências...” (Marx).

Interessante observar que a perspectiva integrada do Cerrado, quase que uma cosmovisão, aparece de forma elucidativa entre os indígenas e os camponeses que vivenciam outras racionalidades e mantêm uma relação diferenciada com a natureza. Na sociedade capitalista contemporânea, permeada pela velocidade crescente na busca permanente das condições de produção do lucro, a natureza exteriorizada é vista apenas como produtora de mercadorias. Para os sujeitos cerradeiros e aqueles que partilham da perspectiva integrada, a natureza é una, pois não há separação ente o material e o imaterial, mas um permanente e incessante diálogo que assegura a vida plena.

Compreender a processualidade sociohistórica implica perceber o enredamento desses territórios, com suas raízes e valores, nas complexas relações globais, garantido pelo *marketing* territorial. Não são apenas as formas de uso da terra, os sentidos da terra, as práticas socioculturais que estão em disputa, mas substancialmente as leituras sobre o Cerrado e os Cerradeiros.

A valoração das condições naturais-sociais-culturais torna o território aberto às inovações, ao progresso, que indubitavelmente atinge a todos, seja na rearticulação das classes hegemônicas e das relações de poder, seja enquanto potencializador das mazelas sociais para parcela significativa da população. O capital é portador do progresso que, ao

ser ideologizado pelas políticas estatais e seus setores que o sustentam, se efetiva enquanto materialidade capitalista.

Por isso deve-se considerar os aspectos negativos desse progresso, uma vez que forja um pacto de alianças entre as classes hegemônicas, não apresentando as contradições que são, inclusive, condição para a operacionalização do “progresso capitalista”. Todavia, evidenciar as contradições não é suficiente. É preciso entranhar o universo dos sujeitos pesquisados e compreendê-los como tramas que grafadas no território asseguram o bem viver.

A compreensão de que o olho que olha implica o objeto olhado nos faz conceber o olhar integrado, considerando que os efeitos dos impactos gerados no processo de ocupação do Cerrado goiano, no século XX, afetaram as riquezas materiais e imateriais. Parte-se do entendimento de que o Cerrado não é composto apenas de biodiversidade, mas também da sociodiversidade³ e que, por conseguinte, não foram apenas as suas riquezas naturais e biológicas que sofreram alterações, mas a cultura e a memória dos povos que ali habitavam. O que era rural transformou-se em agrícola alterando, desta forma, as estruturas materiais e as socioespaciais em um período histórico denso e curto. Estevam (2004, p. 185) esclarece:

O êxodo rural em Goiás foi espantoso na década de 1980, mesmo com relação ao fenômeno em nível nacional, e a sua urbanização, embora em ritmo mais acelerado, refletiu tendência constatada no país. A redistribuição urbano/rural foi mais intensa no estado em função da adoção de formas capitalistas de produção na agricultura, da valorização das terras, da apropriação fundiária especulativa e ainda tendo em vista a legislação que institui direitos trabalhistas para os antigos colonos levando os fazendeiros a preferir “expulsá-los” a obedecer às normas legais.

Essas transformações não alteraram apenas o modo de produção e de trabalho, mas o modo de ocupação e de vida de grande parcela da população cerradeira, já que estas, além de migrarem do campo para as cidades, tiveram o seu antigo lugar de moradia – o campo – apropriado, em grande parte por migrantes de outras paragens.

³ Este termo é usado por Santos (2000) no livro *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*.

Vê-se assim uma reconfiguração socioespacial do território goiano em que se alteram não apenas as estruturas materiais – como o modo de produção, de trabalho e de serviços, mas também a estruturas imateriais. É a estrutura do tempo lento se misturando ao tempo rápido, em que tanto os migrantes do campo como os migrantes dos outros estados – além de implementarem e implantarem outra estrutura produtiva e de trabalho – transportam com eles, independentemente do lugar a ser ocupado, as suas práticas socioculturais e simbólicas, as suas memórias e dilemas, saudosismos e os seus modos de vida por meio dos quais nutrem suas visões de mundo.

Por esta perspectiva pode-se dizer que não existe um processo desterritorializador completo e acabado (HAESBAERT, 2004), pois os sujeitos sociais não zeram a sua história, a sua memória, a sua cultura, os seus símbolos. Eles as carregam consigo e ao ocupar outros territórios, promovem adaptações, interações e integrações de suas práticas socioculturais e, de efeito, se reterritorializam e constituem novas teias.

Por esta via propõe-se o pensar e o refletir sobre a relação entre as dimensões política e cultural na constituição dos territórios modernos nas áreas de Cerrado, vez que imprescindíveis à compreensão da reconfiguração socioespacial do Cerrado goiano e, ainda, o averiguar do sentido social de suas disputas. Desse modo, considera-se que o Cerrado é um mosaico de territórios, mais que palcos onde se manifestam as relações sociais.

O Cerrado se transforma em territórios disputados⁴ por diversos grupos sociais, políticas e visões de mundo. Esses sujeitos mesclam

⁴ Esse conceito de território disputado pode ser entendido a partir de Haesbaert (2002, p. 121), quando afirma que [...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Sendo assim, o território seria o resultado do entrecruzamento de múltiplas relações de poder, sejam aquelas mais diretamente ligadas a fatores econômicos-políticos, isto é, de ordem mais material, sejam aquelas relacionadas às questões de caráter mais cultural, com ênfase no poder simbólico. Essa perspectiva, de acordo com Haesbaert (2004), somente é possível a partir da compreensão do espaço como um “[...] híbrido entre natureza e sociedade, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, numa complexa interação tempo-espaço” (p. 79) e, portanto, um espaço múltiplo e nunca indiferenciado. Desse modo, essa abordagem relacional do território conforma-se enquanto tal não apenas pela definição deste dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também por abarcar uma complexa relação entre processos sociais e espaço material.

suas territorialidades e se hibridizam, constituindo práticas socioculturais, sentidos e significados que se cristalizam no tempo e no espaço. Por conseguinte, é na materialização da territorialidade, produzida por um longo processo histórico que envolve as mais variadas formas de relações humanas, que desdobram os vários sentidos da disputa do Cerrado. Esses componentes são utilizados pela política territorial da gestão do espaço, sendo precedida de elementos culturais.

Prioritária ou não, antecedendo ou não a política, a dimensão cultural sempre esteve presente nos processos de formação territorial. A carga identitária ou simbólica, naquilo que Anderson (1989) denominou “comunidades imaginadas” (mas nunca somente imaginadas), apareceria hoje com uma ênfase raramente vista. Os territórios modernos por excelência, os do Estado-nação, estariam marcados por uma “comunidade imaginada” calcada na figura de um indivíduo nacional-universal capaz de impor-se sobre as diversas “comunidades” baseadas na diferenciação étnica dos grupos sociais. Lado a lado, porém, se reinventam símbolos e identidades nacionais, estruturados para consolidar a homogeneização da nova “nação-Estado”. Daí que a criação dos Estados-nações modernos e, conseqüentemente, das sociedades nacionais, é, do ponto de vista cultural, da mesma forma como vimos para a dimensão política, um movimento ambivalente, concomitantemente desterritorializador e reterritorializador (HAESBAERT, 2004, p. 215).

Outros modos de vida de diferentes estirpes vão sendo esculpidos nos territórios do Cerrado e, buscando percebê-los através da paisagem, compreendida enquanto um cumulativo de tempos, pode-se identificar os lugares e o cotidiano dos sujeitos. A paisagem é, acima de tudo, seletiva quanto ao nosso afeto e identidade cultural. Ou seja, não é a paisagem do lugar que nos atrai ou retrai, é o modo de olhar o espaço, muitas vezes egocêntrico, seletivo e desigual, que nos aponta para se querer como “nosso lugar”.

Segundo Santos (2002), a paisagem representa as ações humanas cristalizadas no espaço. Com isso, é movimento. Então, entendê-la não é apenas descrever e identificar as questões físicas que a compõem. É também saber decifrar suas cores, seus cheiros, suas vozes, seus olhares, enfim, a vida que pulsa e que, muitas vezes, está encoberta pela fumaça refinada da contemporaneidade. Fumaça que,

se não formos observadores atentos, pode levar à cegueira e impossibilitar a visão de um espaço abrigando vários territórios e, por conseguinte, múltiplas funções conforme as diferentes formas de uso e ocupação.

Esses princípios – que oferecem elementos para uma análise integrada e mais próxima das realidades existentes no cotidiano desses espaços – instigam à reflexão sobre as contradições e as disputas existentes no Cerrado goiano. Essas ações buscam compreender as tramas espaciais a partir da necessidade de uma intervenção qualificada, considerando um aprendizado coletivo com os sujeitos pesquisados. Isso implica considerar os olhares, o gestual, as falas, as expressões como elementos essenciais para a pesquisa. Dessa forma, utiliza-se de Primavesi (2007), quando ressalta o papel do equilíbrio natural-social:

[...] na natureza há muitas coisas para as quais não temos respostas e para muitas respostas dizemos: “isso não é científico!” Nesses casos, pode até ser que as nossas ciências ainda não descobriram as respostas, mas a natureza tem tal dinâmica há milhares de anos e vai continuar com esse jeito de trabalhar. Porém, este equilíbrio natural não pode ser mantido pela agricultura química. Quando se usa agrotóxicos, por exemplo, nas folhas de feijão, mata-se o parasita, mas a folha fica doente. O parasita não vem em primeiro grau, o primeiro é a deficiência. Depois é que vem o parasita comer a substância que a deficiência não consegue ou permite formar.

Como exemplo desta prática podemos citar o resgate do cultivo e da cultura de sementes crioulas, uma alternativa socioeconômica e ambientalmente adequada na medida em que implementa práticas de produção e trabalho e não utilizam agrotóxicos, de acordo com as condições sociais e edafoclimáticas.

Entretanto, essas lições sequer são propagadas pelos agentes do capital. Os capitalistas são portadores do progresso que, ao ser ideologizado pelas elites, efetiva-se como verdade absoluta e a única materialidade possível. Por isso, enquanto pesquisadores devemos desvelar estas ações e expor que existe um pacto de alianças que não apresenta as contradições que são, inclusive, condição para a sua operacionalização; que a insistência de interpretar o Cerrado goiano apenas pela ótica

oficial pode aniquilar a história dos Povos Cerradeiros, bem como proporcionar uma verdadeira amnésia socioespacial e histórica sobre parte da memória. Como adverte Abreu (1988, p. 86),

(...) as classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes. Por essa razão, os documentos que se encontram nessas instituições, e que são também invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de “memória urbana”, são eles também expressões de poder. Como afirmou Foucault (1969), os documentos não são uma matéria-prima objetiva. Eles expressam também o poder da sociedade sobre a memória e sobre o futuro.

Isso, contudo, não acontece como se o espaço e os seus lugares fossem estáticos. Suas rugosidades, os signos incrustados na memória de seus sujeitos, passados de geração para geração, as comunicações de suas formas e de seus fixos entram nas práticas socioculturais e alçam movimento nas funções, o que gera o matizamento de sua especificidade – e das possibilidades de, em seu seio, produzir a vida. Compreender essa especificidade é fonte primordial para o sujeito que deseja deliberar sobre a sua ação, sobre a sua intervenção no mundo pelo espaço e a representação que faz sobre o outro e sobre si mesmo.

O sentido histórico da disputa do Cerrado goiano

O capitalismo é imediatista, ou seja, visa o lucro quase que instantaneamente em detrimento dos impactos socioambientais que poderão ocorrer a partir de suas investidas (MENDONÇA, 2004).

A intensificação da produção e da produtividade está intrinsecamente relacionada aos interesses do capital. Exemplo disto é a segunda metade do século XX – um marco no processo de ocupação e apropriação do Cerrado goiano – pois o território goiano, que era, até então, caracterizado por uma ocupação rural dispersa e atividades produtivas centradas na pecuária extensiva e na agricultura de auto-

consumo, evidencia a tradicional fazenda goiana⁵ sendo transformada pela modernização capitalista do território.

Vê-se, então, a partir de 1930 com a política de integração do governo Vargas, a ocupação do Centro-Oeste como uma prioridade nacional. Era o Brasil integrando o sertão ao litoral por meio da Marcha para o Oeste. Era a possibilidade de modernização de Goiás, que poderia sair do “adormecimento” e tornar-se o coração pulsante do Brasil. A apropriação e ocupação do Cerrado ocorre de maneira planejada e com interesses e funções políticas e econômicas bastante definidas. O projeto, no âmbito regional, buscava articular as regiões produtivas do estado de Goiás principalmente às suas regiões sul e sudoeste e, no âmbito nacional, adequar o país a um novo ritmo de produção capitalista.

A viabilização desse projeto requisitou inúmeras estratégias de natureza espacial destacando-se a construção de Goiânia (1937), o Plano de Metas de JK (1956-1961), a construção de Brasília (1960), entre outras. De acordos políticos e econômicos a campanhas publicitárias que tinham como objetivo difundir a necessidade da modernização capitalista, tudo deveria aparentar o novo e tudo aquilo que expressasse o tradicional deveria ser rejeitado, pois era atrasado e, assim, não contribuiria para o desenvolvimento econômico.

Para isso era necessário um projeto arrojado e moderno que vislumbrasse a integração e o desenvolvimento, assegurando a inserção dos tempos modernos no sertão. O Goiás das “Tropas e Boiadas”, de Hugo de Carvalho Ramos, deveria se render ao traçado de Versalhes, de Atilio Correia Lima.

A criação deliberada de novos objetos e equipamentos técnicos, que incorporados ao meio aparecem como objetos geográficos, possibilitou mudanças bruscas nas formas de produzir. Os efeitos sobre as atividades tradicionais foram intensos e os problemas socioambientais

⁵ Segundo Estevam (2006, p. 64) [...] a fazenda goiana apresentava [...] características peculiares; não se utilizava predominantemente do trabalho servil e a escravatura [...] A organização não apresentava características básicas de formação de classes e não promovera até então, divórcio entre meios de produção e a força de trabalho. Com esses elementos característicos [...] contrastava com a fazenda cafeeira, unidade básica mercantil. Também diferentemente da fazenda açucareira de rígida hierarquia tradicional, as fazendas tradicionais goianas organizaram-se de maneira peculiar, engendrando uma ordem social bastante singular.

decorrentes foram mascarados sob pena de comprometer o avanço do capital e de incentivar os movimentos sociais e ambientalistas para as causas sociais e ambientais do Cerrado.

Essas mudanças que tiveram como objetivo tornar o Cerrado produtivo e lucrativo alteraram de forma significativa a configuração socioespacial dos territórios. As antigas paisagens do Cerrado foram sendo modificadas e transformadas predominantemente em campos despovoados de gentes, mas povoados de densas técnicas, malhas, redes representadas por meio das monoculturas (soja, cana-de-açúcar, eucaliptais e outros), agroindústrias, empreendimentos barrageiros etc.

O solo que até então era considerado “de baixa produtividade”, com os incrementos técnicos científicos (calcários, máquinas agrícolas de última geração, pivôs etc.) se transformou em terra de primeira e, conseqüentemente, tornou-se um “paraíso” para a implantação do agronegócio.

Vale ressaltar os subsídios e as facilidades propiciadas pelo Estado mediante linhas de créditos específicas, incentivos fiscais, infraestruturas, entre outras. Vê-se, assim, pela lógica do mercado de consumo global e do capital transnacional a mais brusca transformação socioespacial do Cerrado goiano. A transformação do rural em agrícola mecanizado em um período histórico tão curto gerou impactos econômicos, sociais, culturais e espaciais que podem ser claramente percebidos. Pode-se dizer que o Cerrado goiano, no início do século XXI, presencia vários tempos em um mesmo espaço.

Em trabalhos de campo realizado no Sudoeste e Sudeste goianos pudemos presenciar a faces ocultas da modernização. A ‘ema’, figura principal do Parque Nacional das Emas, agora vive nas lavouras de soja. Presencia-se em cidades como Mineiros e Jataí uma enorme disparidade socioeconômica que antigamente era característica exclusiva das grandes metrópoles. Nem se mencione a criação de cidades verticalizadas, como o caso de Chapadão do Céu e das empresas transnacionais com tecnologia de ponta e intensa mecanização, algumas já robotizadas, que concentram a maior parte de sua produção para o mercado externo. A geração de empregos em grande escala, como comumente anunciada, é mais um dos inúmeros factoides que se cria para atrair mão de obra barata das áreas mais empobrecidas do país.

Ao analisar as imagens (Figuras 1, 2, 3 e 4) que demonstram as disparidades socioeconômicas vivenciadas na cidade de Minas Gerais, pode-se dizer que o Cerrado se conforma em territórios disputados e que essa disputa é desigual e contraditória. Uns disputam o poder de concentrar riquezas e de explorar mais e mais a terra e a mão de obra, outros disputam um lugar ao sol, para poder ter o direito de ser.



Figuras 1 e 2 - Bairro em Minas Gerais conhecido popularmente por “bairro dos baianos”.

Fonte: Pelá, 2007.



Figuras 3 e 4 - Casas de luxo em Minas Gerais, conhecidas popularmente por condomínio aberto.

Fonte: Mendes, 2007.

Já no município de Campo Alegre, próximo à cidade de Catalão, pode-se presenciar o que se denomina hoje por empresa moderna “familiar”. São agroempresas com imensas plantações de grãos (milho, café e soja) e algodão em região de fronteira (entre os estados de Goiás e Minas Gerais) que empregam tecnologia de ponta na produção, visando à intensificação e maximização do lucro.

A busca incessante por superar os índices de produção e produtividade, já elevados, obriga o uso intensivo da terra e da água. Agora, como mercadorias são subordinadas aos ditames do mercado que não estabelece limites e não conhece nenhuma outra lógica que não seja a de ampliar, significativamente, as condições de geração do lucro. Não importa se os solos estão sendo mortos, se há trabalho escravo, se as águas estão sendo contaminadas. Mas em que se relaciona este processo com as questões imateriais e as práticas socioculturais?

Uma das formas de responder a esta indagação é partir da premissa de que as práticas socioculturais se transformam em práticas espaciais em um movimento constante e dialético, ou seja, as questões materiais incidem diretamente nas questões imateriais e vice-versa. O morar e as práticas alimentares, comumente caracterizados pelo sentimento de pertencimento, bem como as práticas socioculturais são tratados plasticamente nas agroempresas e na maioria das vezes só existem por imposições normativas⁶. Assiste-se assim à reprodução de verdadeiras vilas operárias nas “antigas fazendas” e à construção de alojamentos que reportam à organização militar e ao modelo fordista de produção.

Barthes (2001, p. 208) ao se referir à semântica dos objetos diz que o objeto é o homem agindo sobre o mundo, modificando o mundo, estando no mundo de maneira ativa; o objeto é uma espécie de mediação entre a ação e o homem e, portanto, não é inócuo, sempre fornece sentidos. Nessa perspectiva, ao se analisar as Figuras 5 e 6 percebe-se que, muito mais que um estilo arquitetônico moderno, essas construções simbolizavam um novo modelo de vida. É a tentativa de normatização da vida por meio dos modelos arquitetônicos. É a sobreposição sociocultural. É a forma moderna tentando se impor e se contrapor aos padrões e valores tradicionais conforme as formas espaciais, materializadas nos novos modelos de moradias, nas práticas alimentares, entre outros.

⁶ A referida agroempresa há cinco anos foi notificada por trabalho semiescravo pelas precárias condições que abrigavam os seus trabalhadores. Esta notificação influenciou entre outras coisas na imagem comercial da empresa, o que implica menos lucratividade.



Figuras 5 e 6 - Vila operária e tanques no alojamento na Agrofava.

Fonte: Pelá, 2008.

Neste sentido, ao se avaliar as transformações materiais e imateriais de acordo com os trabalhos de campo pode-se afirmar que os territórios em Goiás são ao mesmo tempo ricos e miseráveis, tradicionais e contemporâneos, lentos e rápidos. Enfim, as contradições do capital estão nítidas em suas paisagens e em suas espacialidades. Mas como essas transformações influenciaram o imaterial? Qual a consequência destas transformações na cultura e na memória dos chamados Povos Cerradeiros? Por que o Cerrado goiano configura-se como território em disputa?

Por conta da chegada de migrantes de várias partes, destacando-se aqueles oriundos do Sul do país; da transformação do modo de produção, decorrente da reestruturação produtiva do capital que exige novas matrizes espaciais; da mudança do rural para o agrícola, aliada ao processo de urbanização da contemporaneidade, entre outros fatores, o Cerrado (população e paisagem – objetos e ações) se constitui território em disputa. A aparência pode ser moderna e cosmopolita, mas a essência ainda é tradicional. Há, aqui, a fusão de tempos desiguais num mesmo território. É uma encruzilhada de tempos.

Essa encruzilhada de tempos pode ser observada na reinvenção das práticas socioculturais dos camponeses e trabalhadores da terra que, expulsos dela se reterritorializam nas áreas urbanas. É comum nas cidades goianas, principalmente nas áreas periféricas, os festejos de “folias de reis”, procissões em devoção aos santos, fogueiras e festas juninas, fogões a lenha etc. Usos, costumes, tradições, crenças e modos de vida passando pelo processo de desterritorialização e reterritorialização. Esse processo também acontece com os migrantes e com

as populações que já eram consideradas urbanas. Há um movimento constante de trocas, mudanças e enraizamentos. Existe um embate cotidiano entre o local e o global, como também níveis distintos de integração e até a fusão em determinados momentos.

E é por isso que apesar de a modernização dos territórios cerradeiros ter promovido uma avassaladora homogeneização espacial, persistem práticas socioculturais cheias de símbolos: rurais, tradicionais, modernos, que imbricados constituem teias e tramas complexas.

Essa reflexão é fundamental para a Geografia, pois o que está em jogo é a defesa dos territórios (camponês, indígena, quilombola, ribeirinho, seringueiro, cerradeiro etc.). A defesa das condições de vida e de relações adequadas à natureza é possível a partir da garantia da permanência e do acesso à terra a partir de uma reforma agrária sustentável, que efetivamente assegure dignidade aos trabalhadores/camponeses e consiga incorporar os saberes da vida. Assim, deve-se levar em conta as especificidades do solo, do clima, dos recursos hídricos e, principalmente, os saberes/fazer, as experiências e vivências dos sujeitos cerradeiros.

Considerações finais

O cruzamento dos saberes adquiridos nos estudos e pesquisas com as vivências de campo possibilitaram que este artigo fosse produto dessas atividades simultâneas e integradas. Com efeito, a sua realização nos proporcionou entender que as leituras sobre o Cerrado não podem ser feitas de maneira fragmentada ou parcial. Um olhar integrado que possa contemplar o material e o imaterial é imprescindível para que se entenda a dinâmica socioespacial, pois oferece elementos para uma análise mais próxima das realidades existentes no cotidiano.

A ocupação e apropriação do Cerrado goiano são resultantes das relações humanas que por conseguinte espelham as suas histórias de vida, grafando-as nos territórios. E, assim, ora o Cerrado goiano é objeto de exploração, ora é objeto de preservação; ora é tradicional, ora é contemporâneo, demonstrando as contradições entre normas e vidas. Assiste-se claramente a essa transformação.. Primeiro explo-

rou-se exaustivamente a terra; agora a exploração ocorre também com as práticas socioculturais dos Povos Cerradeiros e como o processo é dialético existem contradições e existem (Re)Existências.

Essa análise leva-nos a sintetizar que o Cerrado goiano encontra-se em uma encruzilhada de tempos e é um mosaico de territórios em disputa, onde se assiste a estratégias diversas dos setores hegemônicos do capital e as (Re)Existências. Estudar o processo de ocupação e apropriação é se deparar com o tradicional e o moderno, com o local e o global, com o valor de uso e o valor de troca, enfim, é perceber que existem divergentes e diversas forças em movimento. Que os conceitos de produtivo ou improdutivo instaurados no seio da sociedade normalmente estão carregados de símbolos, signos, significados e significantes e, por conseguinte, não nascem do esmo e ao surgirem se disseminam por toda a sociedade como uma verdade absoluta e única.

Temos insistido em elaborar algumas indagações. Mas, afinal, será possível inserir o Cerrado goiano no mercado globalizado e preservar suas riquezas respeitando a cultura e a memória dos Povos Cerradeiros? Será que este modo de produção almejado é compatível com os programas de sustentabilidade? Até que ponto as “preocupações”, tanto dos setores públicos como da iniciativa privada, com a preservação das riquezas naturais são reais?

Diante disso questiona-se esta lógica ‘ilógica’ de produção de ideias e ideais que ao insistir em mascarar o passado, a história e a memória legitima as materialidades capitalistas como verdades absolutas. É o ‘milagre’ do novo em que “basta” um estalar de dedos para que a vida se renove do nada. Entretanto, até para escrever estas breves palavras requer-se história e memória.

Desta forma, é necessário conhecer os diferentes usos e as formas de exploração da terra, contrapondo-se ao discurso hegemônico do agrohidronegócio centrado na incorporação das terras “improdutivas”, e na potencialização da produção e da produtividade e que não reconhecem outros usos da terra. Esse discurso precisa ser avaliado e ao fazê-lo é urgente reafirmar a viabilidade social e econômica de políticas públicas que assegurem a produção de alimentos para a população local/regional de forma saudável para os agricultores/trabalhadores e a preservação do ambiente.

Referências

ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia I Série*, vol. XIV, Porto, 1998, p. 77-97.

ALMEIDA, M. G. (Org.). *Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a bio-diversidades e singularidade cultural*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

BARTHES, R. *A aventura semiológica*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CHAVEIRO, E. F. Símbolos das paisagens do Cerrado goiano. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). *Tantos Cerrados*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p. 47-62.

DUARTE, L.M.G.; SANTANA, M. L. (Org.) *Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Desterritorialização entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ESTEVAM, Luís. *Tempo da transformação: estrutura e dinâmica econômica de Goiás*. Goiânia: UCG, 2004.

GOIÁS. Governo de Goiás. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Anuário Estatístico Agropecuário do Estado de Goiás – 2005*. Goiânia: SEAGRO, 2005.

GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. Ano de 2005. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/>>. Acesso em: 24, junho de 2007.

MENDONÇA, M. R.; OLIVEIRA, A. L. *O modelo energético brasileiro: ameaça ao bioma Cerrado e aos Povos Cerradeiros*. Disponível em: <www.observatorioegoias.com.br>. Acesso em: 10, agosto de 2007.

PRIMAVESI, A. M. *Agroecologia: práticas e saberes*. Conferência de Abertura do I Simpósio Sobre Agroecologia do Sudeste Goiano, realizado em abril/2007 na UFG/Campus Catalão.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, C. A. Antigos e novos olhares viajantes pelas paisagens do Cerrado. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). *Tantos Cerrados*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

THOMAZ JR, A.; OLIVEIRA, A. M. S.; GONÇALVES, M. A. (Org.) *Geografia e trabalho no século XXI*. v. 3. 1. ed. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2007.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

O MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO E AS AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DO BIOMA CERRADO NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Elaine Barbosa da Silva

Antonio Fernandes dos Anjos

Introdução

Com mais de dois milhões de km² em área, distribuídos em 10 Estados da federação e no Distrito Federal (IBGE, 2004), o Cerrado tem o título de segundo maior bioma da América do Sul. Devido à variabilidade de espécies endêmicas da fauna e da flora, adaptadas ao clima sazonal, é considerado também a savana neotropical mais rica em biodiversidade no mundo (MYERS *et al.*, 2000). Outro aspecto relevante do Cerrado é o seu alto potencial hídrico, tendo em vista que esse bioma é responsável por 15% da vazão que flui pelos rios do país.

Características como a do relevo suave com predomínio de chapadões, aliadas aos investimentos públicos em infraestrutura, principalmente viária, e programas de incentivo à produção agropecuária resultaram no intenso processo de ocupação nas últimas quatro décadas. Com todas estas condicionantes, a região passou a ser considerada um grande celeiro agrícola, com a constante ampliação das monoculturas, a exemplo da soja e do milho, além do crescimento da bovino-cultura (Sano *et al.*, 2002), culminando em um intenso processo de perda de vegetação e, conseqüentemente, em diversos impactos sobre a fauna, a flora e outros recursos naturais.

No entanto, estudos sobre o desmatamento e ações de preservação do Cerrado são recentes e começaram a ampliar apenas no século XXI. Em 1998, final do século XX, a importância biológica e social do Cerrado começou a ser reconhecida por meio do projeto Ações Prioritárias para a Conversão da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal (Brasil, 1999).

Outras iniciativas que merecem destaque são os mapeamentos da cobertura vegetal, realizados no âmbito do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) – numa conjugação de esforços do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Fundo Mundial para Meio Ambiente (GEF) – (SANO *et al.*, 2008); o Sistema Integrado de Alerta de Desmatamentos (SIAD) (Ferreira *et al.*, 2007), pioneiro na geração de dados de alertas de desmatamento para o bioma Cerrado, e a recente iniciativa do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IBAMA), que lançou em 2008 o Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite (PMDBBS), iniciado pelo bioma Cerrado (BRASIL, 2009).

Além disso, há projetos de lei voltados para a conservação desse bioma, com destaque para o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) de número 51 de 2003, conhecida como PEC Cerrado e Caatinga, com a intenção de tornar o bioma Cerrado um patrimônio nacional brasileiro. Essa emenda foi votada pelo Senado no dia sete de julho de 2010 e deve ser analisada pela Câmara dos Deputados em breve.

Com o intuito de discorrer sobre a situação atual da vegetação do Cerrado, neste trabalho aborda-se o diagnóstico da vegetação realizado pelo Probio em 2002 e os alertas de desmatamentos gerados pelo Siad no período de 2003 a 2007. Posteriormente, apresentam-se as taxas de desmatamento geradas para o bioma Cerrado, espacializadas por bacias hidrográficas.

A importância do bioma Cerrado e as ações em prol de sua conservação

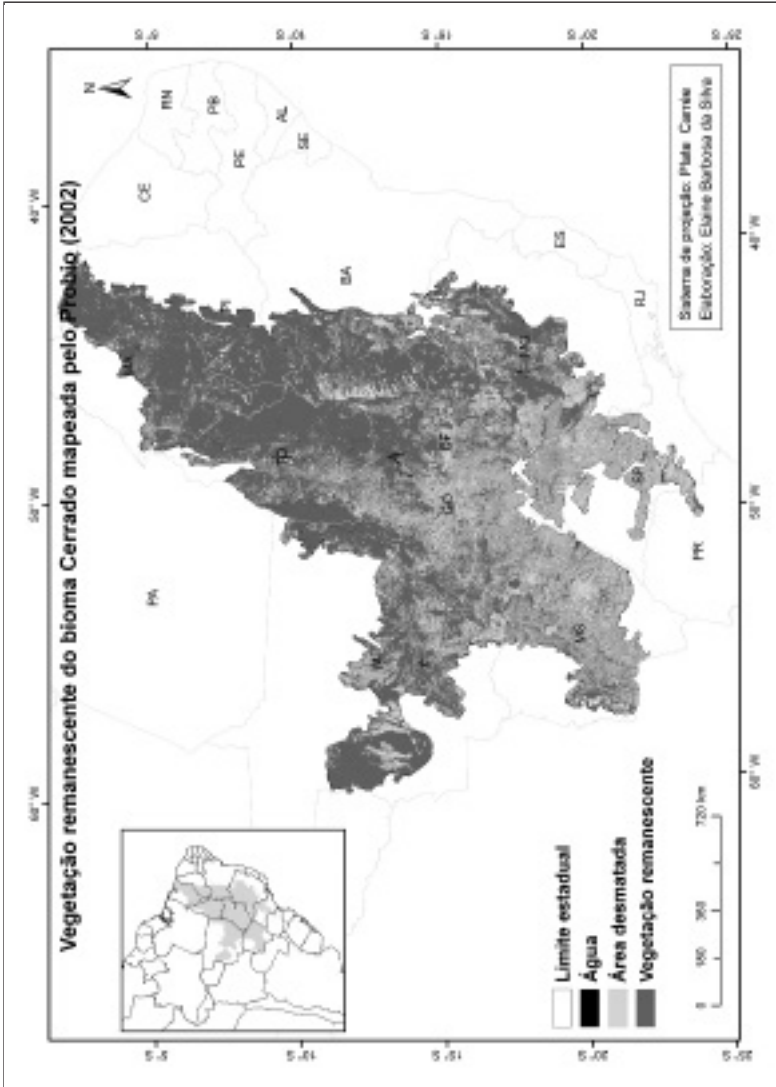
O ambiente natural do bioma Cerrado, com ênfase no clima, nos solos, no potencial hídrico e no relevo, em que predominam declividades de até 8%, associado à infraestrutura governamental, principalmente viária (NUNES, 1984; ESTEVAN, 1998) e aos programas de expansão agropecuária, a exemplo do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), implantados a partir da década de 1970, levaram à expansão das monoculturas mecanizadas no campo e ao crescimento demográfico das principais cidades, ocasionando uma rápida e devastadora ocupação do bioma Cerrado, em pouco mais de 30 anos.

Esse grande impacto sobre a biodiversidade, provocado pela ocupação – desmatamento e urbanização que deram ao Cerrado o título de um dos *hotspots* mundiais – pode ser analisado na Figura 1 (página seguinte).

O conceito de *hotspot* foi inicialmente elaborado pelo ecólogo Myers em 1988 (Conservação Internacional, 2005). Posteriormente, em 1996, o conceito foi reavaliado por Myers e pela Organização Não Governamental Conservação Internacional (CI) (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2005), que o definiram como “toda área prioritária para conservação, isto é, de alta biodiversidade e ameaçada no mais alto grau” (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2005, p. 3). Ainda de acordo com a CI, para “qualificar-se como *hotspot* uma região deve preencher pelo menos dois critérios: abrigar no mínimo 1.500 espécies de plantas vasculares endêmicas e ter 30% ou menos da sua vegetação original (extensão da cobertura do habitat histórico) mantida.” (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2005, p. 3). O objetivo da identificação do Cerrado como um *hotspot* é que, uma vez enquadrada nessas condições, essa área entra para a listagem de áreas prioritárias para a conservação global (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2005).

Figura 1 -
Vegetação
remanescente do
bioma Cerrado
mapeada pelo
PROBIO.

Fonte: Sano *et al.* (2007).



A CI informa que aproximadamente um quarto de todo grão produzido no Brasil vem do Cerrado. Uma estimativa sobre a vegetação natural remanescente indica que o Cerrado sofreu um grande impacto. Cerca de 78,7% de sua área estão sob alguma forma de uso pelo homem, o que significa que apenas 21,3%, ou 432.814 km², ainda se conservam intactos (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2005, p. 3).

Mesmo com intenso processo de exploração e redução da biodiversidade, o Cerrado é alvo de projetos de expansão de monoculturas, principalmente para produção de biocombustíveis com o cultivo de cana-de-açúcar para a produção de etanol. Em entrevista concedida ao Jornal CREA-DF e publicada pela Rede Cerrado em 25 de março de 2008, o pesquisador da Embrapa Cerrados, Engenheiro Agrônomo Edson Lobato, deixa clara a visão de que o Cerrado deve tornar-se o celeiro do mundo, mesmo que isso implique perda de grande parte de sua rica biodiversidade, como pode ser visto neste trecho:

JC – E quais perspectivas para o Cerrado brasileiro nos próximos 10 anos?

EL – As condições do nosso Cerrado são únicas no mundo quanto à possibilidade de aumentar muito a oferta de alimentos, fibras e energia não só para o país mas para exportação. Podemos aumentar a produção pelo aumento das produtividades e pela incorporação de novas áreas ao processo produtivo. Hoje temos cerca de 14 milhões de hectares cultivados com grãos (onde se colhe cerca de 54% da produção nacional), 3,5 milhões de hectares com culturas perenes e 61 milhões de hectares com pastagens cultivadas, das quais 60 a 70% apresentam algum estágio de degradação. Um terço dessas pastagens degradadas, se recuperadas e bem manejadas, poderia abrigar o rebanho atual, liberando cerca de 28 milhões de hectares para a produção de grãos, carne, fibras ou energia. Além disso, 60,5 milhões de hectares de área virgem poderiam ser utilizados para a produção agrícola. Ainda restariam 65 milhões de hectares (aproximadamente 32% da área total) para preservação da flora e fauna regionais (REDE CERRADO, 2008).

Veja-se que a CI reconhece que apenas 25% da produção nacional de grãos está no Cerrado, enquanto o pesquisador afirma ser este percentual de 54%. Não se pretende aqui discutir essas divergências.

Em face de toda essa intensa exploração e perspectivas de aumento de novas áreas, propiciadas pelo modelo político-econômico do país, emergem preocupações de vários segmentos sociais (universidades, ONGs etc.) em preservar o meio ambiente natural, tendo como desafio desenvolver uma política de exploração do potencial natural sem colocar em risco a sua existência.

Embora o Cerrado tenha todo esse histórico de exploração e o recente reconhecimento de sua importância biológica, poucas são as áreas destinadas à conservação da biodiversidade. De toda a extensão do bioma apenas 5,5% estão protegidas na forma de unidades de conservação, sendo as áreas mais relevantes os parques Chapada dos Guimarães, Grande Sertão Veredas, Serra da Canastra e Emas (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2004). A CI informa ainda que, em parceria com municípios e empresas, possui um programa em andamento visando à proteção e ao gerenciamento do Corredor Emas – Taquari, considerado uma das mais importantes áreas do bioma. A Figura 2 mostra a espacialização das unidades de conservação e as áreas de proteção ambiental do Cerrado.

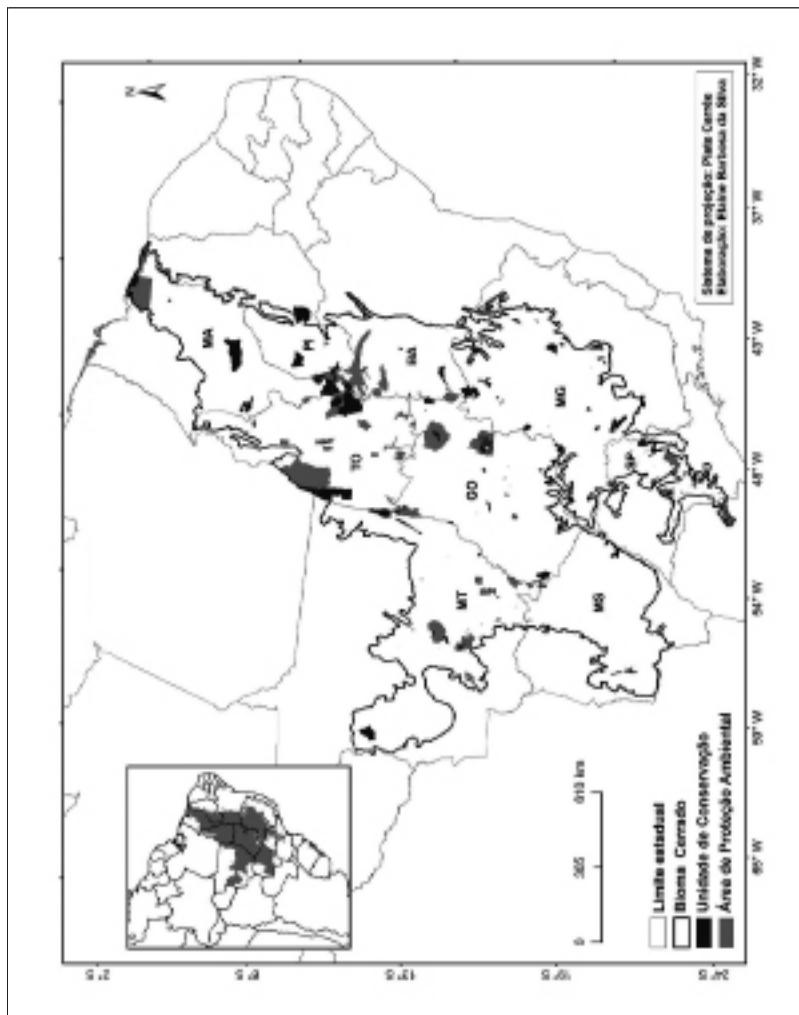
Especificamente em relação a Goiás, único estado da federação totalmente inserido nos limites fisiográficos da região núcleo do bioma Cerrado, a situação é ainda mais preocupante, com aproximadamente 63% da vegetação natural já substituídos em função da atividade agropecuária (SANO *et al.*, 2008).

Unidades de Conservação do Bioma Cerrado e Áreas de Proteção Ambiental

Com a retomada da chamada “fronteira agrícola”, além da demanda crescente por biocombustíveis, que encontra no bioma um ambiente particularmente favorável, o acompanhamento de dados de desmatamento em diferentes áreas de Cerrado passa a ser um fator imprescindível à análise de tendências e cenários de ocupação a médio e longo prazos.

Figura 2 -
Espacialização
das Unidades de
Conservação e da
Áreas de Proteção
Ambiental do bioma
Cerrado (2008).

Fonte: Brasil, (2008).



O Monitoramento dos Desmatamentos do Bioma Cerrado

O monitoramento de desmatamentos é uma ação de grande importância para subsidiar ações de preservação da biodiversidade. Assim, a utilização das técnicas de sensoriamento é indispensável para a obtenção de dados de maneira rápida e com menores custos. Nesse contexto, o Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (LAPIG) do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) tem efetivado ao longo de sua trajetória diversas parcerias para o desenvolvimento de projetos de monitoramento do Cerrado.

Entre as iniciativas do LAPIG, destaca-se a geração de alertas de desmatamentos do bioma Cerrado para a qual foi desenvolvido o Sistema Integrado de Alertas de Desmatamentos (SIAD) (FERREIRA *et al.*, 2007). Trata-se de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) que realiza o monitoramento da cobertura vegetal do Cerrado na plataforma do ArcGis por meio da geração automática de polígonos de alertas de desmatamentos.

A geração de polígonos de alerta de desmatamento tem início com o mapeamento automático das áreas com possíveis ocorrências de desmatamentos, efetuado por meio da comparação de imagens obtidas pelo sensor Modis (produto MOD13 Q1, imagens NDVI com resolução espacial de 250 m) em datas distintas (Huete *et al.*, 2002). A comparação entre as imagens é realizada “pixel a pixel”, a partir de uma seleção baseada em um determinado limiar de mudança na imagem NDVI, que aponta possíveis focos de redução da biomassa (Figura 3).

Após o mapeamento automático, é realizada rigorosa inspeção visual com vistas a impedir que os falsos desmatamentos, também conhecidos como falso-positivos ou erros de comissão, sejam incluídos na geração de alertas. Para tanto, são utilizadas imagens dos sensores CBERS-2B - CCD, com resolução espacial de 20m, e Landsat 5 TM, com resolução espacial de 30 m, a partir das quais se procede a validação dos polígonos gerados no processo automático.

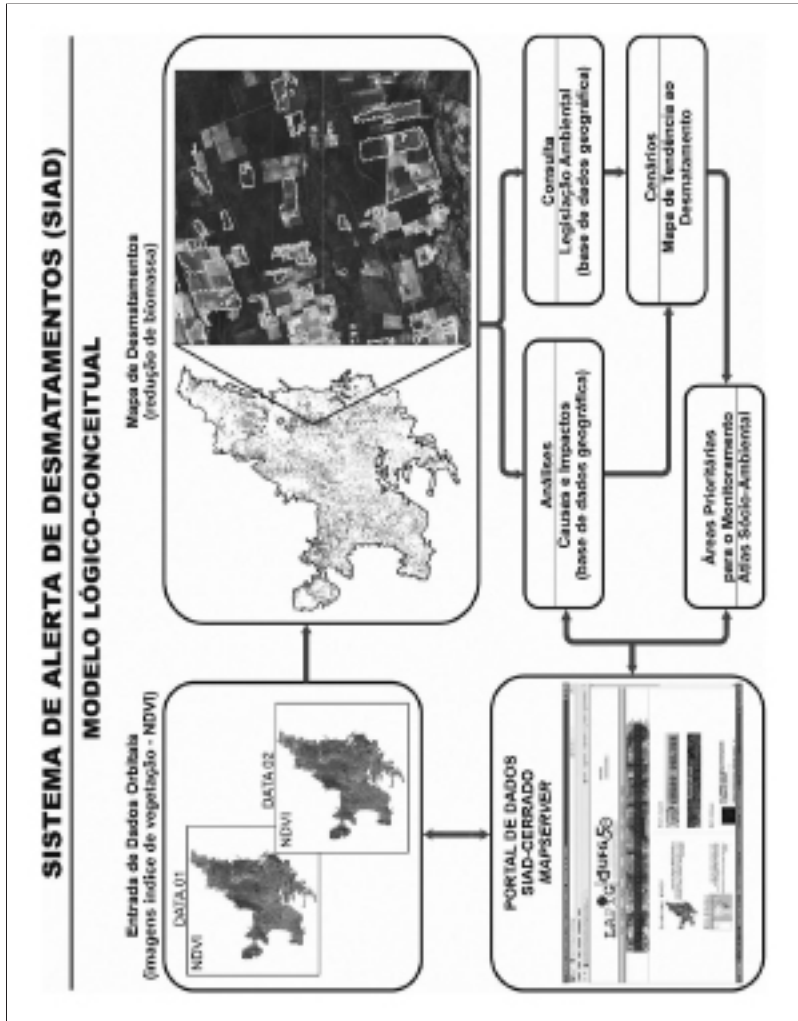


Figura 3 -
Modelo conceitual
do Sistema Integrado
de Alerta de
Desmatamentos (Siad).

Fonte: Ferreira, et al. (2007).

Devido à metodologia do SIAD, que considera apenas a ocorrência de desmatamentos novos, ou seja, mudança na vegetação, é necessário que se tenha um mapeamento de áreas antropizadas e de remanescentes (máscara). Para tanto, é utilizado o mapeamento dos remanescentes do bioma Cerrado realizado pelo PROBIO (Figura 4). Esse mapeamento foi realizado na escala de 1/250.000 e utilizou-se de imagens do satélite Landsat ETM+ dos anos de 2001 e 2002 (SANO *et al.*, 2008).

Com os dados dos alertas de desmatamento gerados pelo SIAD, disponibilizados pelo site LAPIG (www.lapig.iesa.ufg.br), e com o mapeamento de remanescentes de vegetação realizado pelo PROBIO em 2002 foi possível obter taxas de desmatamento para o bioma Cerrado para o período de 2003 a 2007. As taxas obtidas foram espacializadas por bacias hidrográficas, visando à verificação da intensidade de conversões de remanescentes nas mesmas, tendo em vista que a escassez hídrica resultante de danos ambientais, que tem início com a prática de desmatamento, é atualmente um dos principais problemas ambientais vivenciados no Cerrado.

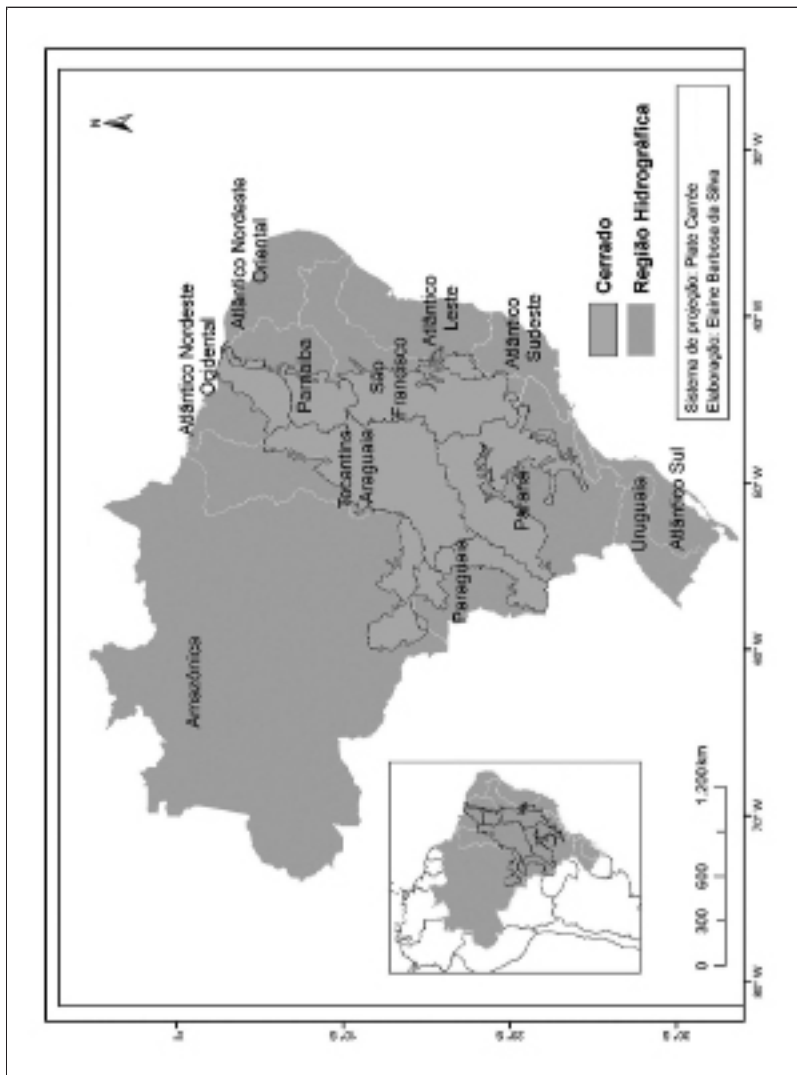
Antes, porém, da apresentação dos dados relativos às taxas de desmatamento geradas será abordada a problemática hídrica brasileira com ênfase no Cerrado e o método de divisão de bacias adotado pela Agência Nacional de Águas (ANA).

A divisão do Cerrado em regiões hidrográficas e ottobacias

O Brasil possui elevado potencial ambiental, em termos mundiais, sendo os recursos hídricos os de maior relevância. De toda a água proveniente de vazão de rios do planeta (42.600 km³/ano), aproximadamente 19% – o que corresponde a 8.130 km³/ano – fluem dos rios brasileiros (Lima, 2008). Embora o Brasil tenha todo este potencial hídrico, enfrenta, semelhantemente a outros países, problemas relacionados à escassez hídrica. Isto se deve ao fato de que as maiores concentrações populacionais nem sempre estão nas áreas com maior oferta de água.

Figura 4 -
Localização do
bioma Cerrado
e das regiões
hidrográficas
brasileiras.

Fonte: Agência Nacional de
Águas - ANA (2008).



Os problemas relativos à questão hídrica são escassez e degradação. A escassez é resultante do crescimento populacional, que demanda água para o consumo direto e indireto, ou seja, relativo à produção de alimentos, bens e serviços. No caso da degradação, o desmatamento e a contaminação do solo, da água e da atmosfera alteram o ciclo hidrológico; conseqüentemente, a disponibilidade hídrica e qualidade são comprometidas (OLIVEIRA-FILHO, 2008; BONNET *et al.*, 2006). Atendendo a esta complexidade, a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, instituiu no Brasil uma nova Política Nacional de Recursos Hídricos organizada por meio do Sistema Nacional de Gestão por Bacias Hidrográficas.

Tabela 1 - As Grandes Regiões Hidr. Brasileiras, Contribuição Hídrica Superficial do Cerrado.

Rg. Hidrog.	Área total**		Q. Total**		Á. do Cerrado		Q. Cerrado		Q. Esp. (L/s.km ²)
	(km ²)	%	(m ³ /s)	%	(km ²)	%	(m ³ /s)	%	
Amazônica	3.869.953	45,35	131.947	73,54	210.000	5,4	5.051	3,8	24,05
Tocantins-Araguaia	921.921	10,80	13.624	7,59	590.000	64,0	8.392	61,6	14,22
Atlântico Nordeste Ocidental	274.301	3,21	2.683	1,50	60.000	21,9	232	8,6	3,86
Parnaíba	333.056	3,90	763	0,43	220.000	66,1	807	105,8	3,67
São Francisco	638.576	7,48	2.850	1,59	300.000	47,0	2.674	93,8	8,91
Atlântico Leste	388.160	4,55	1.492	0,83	60.000	15,5	314	21,0	5,23
Paraná	879.873	10,31	11.453	6,38	375.000	42,6	5.485	47,9	14,63
Paraguai	363.446	4,26	2.368	1,32	225.000	61,9	3.214	135,7	14,29
Atlântico Nord. Oriental	286.802	3,36	779	0,43	-	-	-	-	-
Atlântico Sudoeste	214.629	2,52	3.179	1,77	-	-	-	-	-
Uruguai	174.533	2,05	4.121	2,30	-	-	-	-	-
Atlântico Sul	187.522	2,20	4.174	2,33	-	-	-	-	-
Total 12	8.532.772	100,00	179.433	100,00	2.040.000	23,9	26.169	14,6	12,83

Q - Quantidade.

* Dados referentes apenas à fração da região hidrográfica inserida em território brasileiro.

** Agência Nacional de Águas - ANA (2005).

Fonte: Lima *et al.*, (2008).

Especificamente em relação aos recursos hídricos, o Cerrado ocupa aproximadamente 24% do território brasileiro e é responsável por 15% ($26.169 \text{ m}^3 \cdot \text{s}^{-1}$) da vazão que flui pelos rios do país ($179.433 \text{ m}^3 \cdot \text{s}^{-1}$), contribuindo para oito das doze grandes regiões hidrográficas brasileiras (Lima *et al.*, 2008), conforme apontam a Figura 4 e Tabela 1.

Para maior compreensão das bacias hidrográficas brasileiras, a ANA, que é detentora da maior e principal base de dados relativos aos recursos hídricos do Brasil, utiliza-se do método de codificação, denominado *ottobacia*. As *ottobacias* são áreas de contribuição dos trechos da rede hidrográfica codificadas segundo o método elaborado no final da década de 1980 por Otto Pfafstetter, do extinto Departamento Nacional de Saneamento (DNOS) (Brasil, 2008). Neste método, as bacias são agregadas em níveis que vão de 1 a 4¹, sendo o primeiro nível composto pelas grandes bacias hidrográficas brasileiras e os níveis seguintes pelas subdivisões do primeiro. Assim, cada bacia possui um código numérico único. Esta codificação auxilia na identificação das bacias e na espacialização de fenômenos ambientais nas mesmas.

O Cerrado é composto pelas *ottobacias* iniciadas pelos números 4, 6, 7 e 8, que indicam, respectivamente, as regiões hidrográficas: Amazônica, Tocantins, Costa Atlântico Nordeste (São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental e Atlântico Sudeste) e Paraguaia (Paraná e Paraguaia). A cada subdivisão em níveis, aumenta-se o número de bacias e conseqüentemente é alterado o valor de sua área. A figura 4 representa as regiões hidrográficas brasileiras que também podem ser identificadas como *ottobacias* de nível 1, enquanto a Figura 5 (página seguinte) apresenta a subdivisão em *ottobacias* de nível 3 para o Cerrado. Nesse nível, as regiões hidrográficas do Cerrado são divididas em 102 bacias hidrográficas.

¹ Esta metodologia permite a subdivisão das regiões das *ottobacias* até a discretização do último trecho da rede de drenagem, gerando *ottobacias* de nível “n”. No ato desta pesquisa, havia dados disponíveis para apenas 4 níveis.

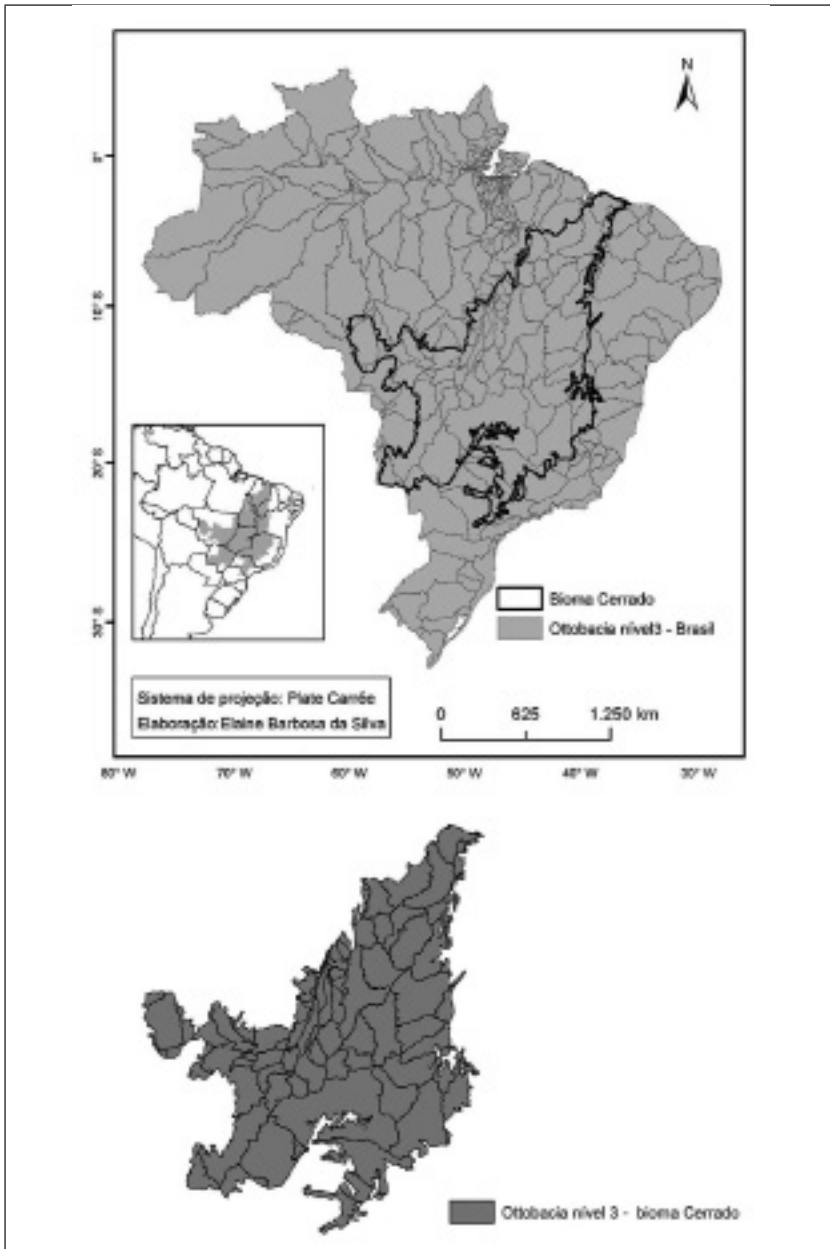


Figura 5 - Delimitação das ottobacias de nível 3 - Brasil e Cerrado.

Fonte: Agência Nacional de Águas - ANA (2008).

Esse método de subdivisão é feito com base em elemento “natural”, ou seja, com base no relevo da superfície. Desta forma, facilita-se o estudo por bacias hidrográficas em várias escalas.

As taxas de desmatamento recentes

Neste trabalho apresentam-se os dados relativos às taxas de desmatamento para o período de 2003 a 2007, espacializados por ottobacia de nível 3, e os dados por regiões hidrográficas. A escolha da espacialização em ottobacias de nível 3 se deu em função da tentativa de minimizar a generalização dos dados. O recorte temporal foi estabelecido em função da disponibilização dos dados no ato da realização desta pesquisa.

O dado inicial, que tornou possível gerar as taxas de desmatamento, foi a quantificação de remanescentes de vegetação existentes no Cerrado. Esses remanescentes foram mapeados no âmbito do Probio – o qual teve por base imagens Landsat ETM+ – no período de 2001 a 2002, possibilitando a adoção de um tempo inicial (T_i) em 2003 para estudo de perda de vegetação.

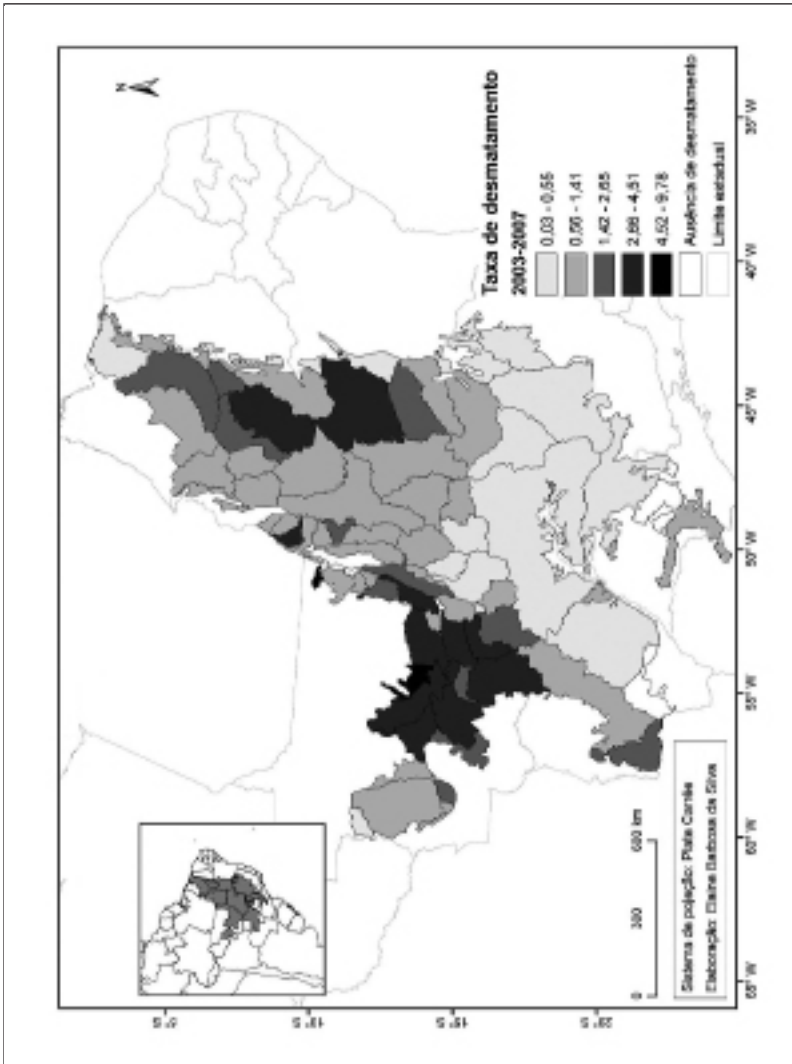
Os dados utilizados para a elaboração das taxas para as ottobacias de nível 3 foram obtidos de acordo com a descrição apresentada abaixo:

1. Base de remanescentes para o Cerrado mapeados no âmbito do projeto PROBIO, disponibilizada pelo MMA;
2. Alertas de desmatamento gerados pelo SIAD, disponibilizados pelo LAPIG;
3. Base de dados relativos às ottobacias, disponibilizada pela ANA.

A Figura 6 (página seguinte) mostra a espacialização das taxas de desmatamento para o período de 2003 a 2007.

Figura 6 –
Distribuição
espacial das taxas
de desmatamento
em ottobacias de
nível 3 do bioma
Cerrado para o
período de 2003 a
2007.

Fonte: Sano et al., (2008),
Lapig (2008).



Em termos gerais, observa-se que as taxas de desmatamento tendem a se concentrar e formar manchas homogêneas que extrapolam o limite das ottobacias de nível 3 e das próprias regiões hidrográficas. Assim, tem-se uma mancha onde se concentram baixas taxas de desmatamento, na qual insere-se a região hidrográfica do Paraná; duas manchas onde se concentram altas taxas de desmatamento, sendo uma nos limites das regiões do Tocantins, Paraguai e Amazônica e a outra definindo uma área entre as regiões do Parnaíba e do São Francisco; e uma quarta mancha correspondente à dispersão das bacias com taxas médias de desmatamento, que se concentram em toda a porção centro-leste e nordeste da região do Tocantins. Essa “regionalização” do desmatamento no Cerrado mostra que há diferentes ambientes e diferentes processos de ocupação e conversão do bioma.

Quando comparadas com o mapa de remanescentes (Figura 3), percebe-se que a mancha de baixas taxas de desmatamento corresponde a uma área do bioma que já está em processo acelerado de desmatamento, com déficit de remanescentes. Isto, por um lado, significa, em termos absolutos, que há atualmente nestas localidades uma menor perda de remanescentes. Contudo, a situação ambiental nestas áreas já é bastante crítica e vem se tornando ainda pior.

Esse mesmo mapeamento mostra, para as manchas com altas taxas de desmatamento, duas situações distintas. A mancha que ocorre entre as regiões Amazônica, do Paraguai e do Tocantins é uma área de conversão acelerada que, em termos absolutos, contribui para a elevação da taxa de desmatamento geral do bioma. Já a mancha que se estende da região do Parnaíba até a do São Francisco apresenta a situação mais alarmante, visto que as altas taxas estão ocorrendo onde está a maior concentração de remanescentes. Isto significa que, na realidade, o bioma está perdendo muito dos seus remanescentes nessa área. A mancha dispersa, formada por taxas médias de desmatamento, ocorre tanto em áreas de poucos remanescentes quanto em áreas mais preservadas.

Tabela 2 - Desmatamento por Região Hidrográfica no bioma Cerrado para o período de 2003 a 2007.

Regiões hidrográficas	Código	Desmatamento km²	Taxa
Amazônica	4	2902,38	2,64
Costa Atlântico Nordeste*	7	8048,30	1,73
Paraguai	8	2828,85	1,30
Tocantins	6	5197,22	1,28
Total		18.976,75	

* Costa Atlântico Nordeste (São Francisco, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental e Atlântico Sudeste).

Dentre os danos ao ambiente causados por todo este desmatamento (aproximadamente 19.000 km² entre 2003 e 2007) destaca-se a demanda por água, em quantidade e qualidade. Segundo a ANA (2002), a região do Atlântico Nordeste, pertencente à Costa Atlântico Nordeste, que obteve taxa de desmatamento de 1,73% no período apresenta grande demanda de água para fins de dessedentação animal, fator que pode ser apontado como possível foco de conflito, visto que nesta área ocorrem fenômenos de seca. Parte dessa região de conflitos está localizada no Cerrado. No caso da bacia do Rio Parnaíba, na área de Cerrado, ocorre variabilidade hidrológica significativa e a produção hídrica superficial é baixa e insuficiente para o abastecimento da população local (ANA, 2002).

A região do São Francisco, que também é abrangida pela região da Costa Atlântico Nordeste, enfrenta vários problemas, entre eles a disputa pelo uso da água para fins de geração de energia hidroelétrica e irrigação, além da poluição hídrica gerada pela área urbana e pelas atividades industriais e minerais, como é o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Lima *et al.*, 2001).

A Bacia do Atlântico Leste tem como principais problemas a alta concentração de sedimentos nos corpos hídricos, o que é potencializado pelas atividades de mineração e de agricultura. Em consequência do volume de sedimentos, os reservatórios podem ser danificados e ser aumentado o efeito de cheias que já ocorrem na região (ANA, 2002).

Na Região Hidrográfica do Tocantins, que obteve taxas predominantes de 2,63% na divisão por ottobacias, os problemas hídricos são diversos, como a alta demanda para irrigação, o atendimento de apenas 60% da população com água tratada e de 6% com coleta de esgoto, com tratamento de apenas 5% desse esgoto, e alta suscetibilidade à erosão (ANA, 2002).

Algumas considerações

A abordagem da problemática vivenciada no Cerrado em função do intenso e contínuo processo de desmatamento nas últimas quatro décadas chama a atenção para os graves problemas ambientais desencadeados a partir desta prática. Tendo em vista que em função do desenvolvimento de atividades econômicas o uso do bioma tem ocorrido na maioria das vezes de forma predatória, impedindo a manutenção da biodiversidade e causando desequilíbrio ao ambiente, faz-se necessária a ampliação do número de unidades de conservação com vistas à manutenção da biodiversidade e, ainda, o estabelecimento de políticas públicas direcionadas à manutenção dos remanescentes de vegetação existentes, uma vez que não há necessidade de ampliação das áreas destinadas à agropecuária, tendo em vista que a mesma já é uma das maiores do país.

Em relação à questão hídrica, ressalta-se que a conversão de remanescentes do Cerrado prejudica não apenas os recursos hídricos do próprio bioma como também os de todas as áreas que se estendem à jusante das bacias que recebem contribuição das áreas de Cerrado, o que inclui boa parte do Brasil e até de outros países, como é o caso das bacias dos rios Paraná e Paraguai que atingem Uruguai, Bolívia, Paraguai e Argentina.

Relativamente às taxas de desmatamento apresentadas, considere-se que as mesmas, quando analisadas isoladamente de fatores socioeconômicos que interferem na dinâmica do desmatamento, podem levar a previsões errôneas de cenários futuros. Neste estudo, essas taxas foram utilizadas com o intuito de alertar para o agravamento de situações dos remanescentes no Cerrado, já considerando um dos *hotspots* mundiais.

Referências

- ANA, Agência Nacional de Águas. *Regiões hidrográficas do Brasil: recursos hídricos e aspectos prioritários*. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/CDOC/CatalogoPublicacoes_2002.asp>. Acesso em: 10 out. 2008.
- BONNET, Bárbara R. P., FERREIRA, Laerte G., LOBO, Fábio C. Sistema de Reserva Legal Extra-Propriedade no Bioma Cerrado: Uma Análise Preliminar no Contexto da Bacia Hidrográfica. In: *Revista Brasileira de Cartografia*, 2006.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Programa Desenvolvimento dos Cerrados*. 2001. Disponível em: <<http://www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?id=164&cod=CREND>>. Acesso em: 05 nov. 2008.
- CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. *hotspot* Revisitados. 2005. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/HotspotsRevisitados.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2008.
- ESTEVAM, Luis. *O tempo da transformação – estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: ed. do autor, 1998.
- FERREIRA, N. C.; FERREIRA Jr., L. G.; HUETE, A. R.; FERREIRA, M. E. An operational deforestation mapping system using MODIS data and spatial context analysis. *International Journal of Remote Sensing*, 28 (47-62), 2007.
- HUETE, A.R.; Lui, H.Q.; Batchily, K.; Van Leeuwen, W. A comparasion of vegetation indices over a global set of TM imagens for EOS-MODIS. *Remote Sensing of Environment*, v. 59, p. 440-451, 1997.
- IBGE. *Vocabulário Básico de Termos Técnicos e Meio Ambiente*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <[ww.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/vocabulario.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/vocabulario.pdf)>. Acesso em: Jun. 2009.
- LIMA, J. E. F. W.; Silva, E. M. da.; Juscelino, A. de A. Uso racional da água na agricultura. In: Parron, L. M.; Aguiar, L. M. de S.; Duboc, E.; Oliveira Filho, E. C.; Camargo, A. J. A de.; Aquino, F. de G. (Ed. Tec.). *Cerrado: desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável*. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. Cap. 3, p. 63-91.
- MYRES, N.; MITTERMEYER, R. A.; MITTERMEYER, C. G.; FONSECA, G. A.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservantion priorites. *Nature*, n. 403, p. 853-858, 2000.
- NUNES, Heliane Prudente. *A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961)*. (tese de mestrado). (mimeo). Goiânia: UFG, 1984.

OLIVEIRA-FILHO, Eduardo Cyrino; MEDEIROS, Flávia Natércia da Silva. Ocupação humana e preservação do ambiente: um paradoxo para o desenvolvimento sustentável. In: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Cerrado: desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável*. Planaltina: Embrapa, 2008.

PFAFSTETTER, Otto. *Classificação das bacias*. Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/ottobacias.asp>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

REDE CERRADO. Celeiro do Mundo Vocação ou Maldição? In: *Boletim da Rede do Cerrado*, março de 2008. Disponível em: <<http://redecerrado.blogspot.com/2008/03/celeiro-do-mundo-vocao-ou-maldio.html>>. Acesso em: 10 dez 2008.

SANO, E. E.; BARCELOS, A. O.; BEZERRA, H. S. Assessing the spatial distribution of cultivated pastures in the Brazilian savanna. *Pasturas Tropicales*, v. 22, n. 3 (2-15), 2002.

SANO, E. E.; ROSA, R.; BRITO J. L.; FERREIRA, L. G. Mapeamento semidetalhado (escala de 1:250.000) da cobertura vegetal antrópica do bioma Cerrado. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, v. 43, n. 1 (153-156), 2008.

UM OLHAR GEOPOLÍTICO SOBRE A ÁGUA NO CERRADO: APONTAMENTOS PARA UMA PREOCUPAÇÃO ESTRATÉGICA

Romualdo Pessoa Campos Filho

*“Águas escuras dos rios
Que levam
A fertilidade ao sertão.
Águas que banham aldeias
E matam a sede da população...”
Guilherme Arantes*

Introdução

Uma das características do Cerrado brasileiro o torna estrategicamente importante na disputa por ampliação de áreas para produção de alimentos. A rica hidrografia, aliada às situações climáticas bem definidas, sem as grandes alterações que ocorrem em outras regiões, fazem deste bioma um objeto de cobiça disputado por grandes empresas agrícolas. E em um mundo cuja perspectiva de produção alimentar é de intensas disputas para garantir abastecimento de populações urbanas em acelerado crescimento, o Cerrado torna-se um alvo em potencial dos interesses econômicos, mas ao mesmo tempo liga o sinal de alerta quanto à aceleração da sua devastação.

As pesquisas têm demonstrado como as riquezas que nos últimos tempos vêm transformando a maneira como se olha o Cerrado

também são a principal razão para alteração da sua fisionomia e para a impactação da biodiversidade de forma intensa. Em função dessa contradição, o Cerrado foi considerado um dos dois *hotspots* brasileiros, juntamente com a Mata Atlântica, pela *Conservation International*¹.

Bem servido por uma rica hidrografia, fundamental para a formação das principais bacias brasileiras, o Cerrado também é considerado um imenso reservatório hídrico.

“No dizer de Guimarães Rosa, o Cerrado é ‘uma caixa-d’água’. Um dos conflitos ambientais mais intensos vividos nessas regiões do Planalto Central está relacionado à questão da água, não pela sua escassez, haja vista ser abundante, mas sim aos conflitos de classe por apropriação e expropriação de terras e de águas. Ali, a água captada nas chapadas pelos pivôs centrais rebaixa o lençol freático, fazendo secar rios, lagoas, brejos e *pântanos*, onde uma rica biodiversidade e (agri)cultura camponesa se desenvolvem historicamente”. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 428)

Além, portanto, de características que o tornam propício à agricultura mecanizada, está a grande quantidade de água, inserindo o Cerrado no objetivo geoeconômico central de um sistema que exige a produção de toneladas de alimentos para atender à demanda da economia mercantil que, de sua feita, requer o abastecimento de milhões de pessoas que se concentram nas grandes cidades não somente do Brasil, mas de todo o mundo.

No mercado internacional, intensifica-se o interesse na produção de *commodities* e o sistema de grandes latifúndios que caracteriza a produção agrícola no Cerrado passa a atender a esses investimentos, acelerando o processo de ocupação desse bioma e ao mesmo tempo acentuando a sua devastação.

Isso torna o Cerrado alvo de outro tipo de esgotamento de seus recursos. A água afigura-se um elemento indispensável a essa necessidade de intensificação da produção agrícola e até mesmo da pecuária, servindo não somente à dessedentação dos animais, mas também como “matéria-prima” indispensável nas indústrias agroalimentares.

¹ <http://www.biodiversityhotspots.org/xp/Hotspots/Cerrado/Pages/default.aspx>.

Sem dúvidas, o maior percentual hídrico utilizável no Cerrado, como na maior parte do mundo, é na agricultura. A irrigação tem sido a técnica que está possibilitando a ampliação da produção de alimentos, principalmente em regiões que têm como característica a baixa fertilidade e alta acidez, como no caso dos latossolos que predominam no Cerrado e que correspondem a 46% da área do bioma. Mas isso se reverte pelo fato de serem solos antigos e de ótima drenagem assentados em relevos planos ou levemente ondulados (SANTOS, 2010, p. 6). Embora historicamente considerado solo de baixa fertilidade, a tecnologia agregada ao uso intensivo da água na irrigação transformaram a paisagem do Cerrado ao ponto de ser alterada uma lógica que impunha certo grau de aventureirismo à sua ocupação.

As águas no Cerrado

O Brasil se vê em uma situação bastante peculiar quando o assunto é água. Aparentemente está em uma posição confortável, visto que concentra do total de água doce existente no planeta algo em torno de 12,5%, além de possuir uma das maiores bacias hidrográficas do mundo numa área que conserva o maior depósito de biodiversidade do planeta: a Amazônia. Contudo, a água está distribuída de forma irregular por todo o território nacional.

O estado de Goiás situa-se numa posição estratégica, tendo na água um bem relativamente abundante. Em pleno Cerrado, no Planalto Central, região que abrange boa parte do território goiano, além da importante Bacia do Araguaia-Tocantins uma boa quantidade de rios que ali nascem correm em direção às principais bacias brasileiras, sendo por isso o Cerrado conhecido como o “berço das águas” ou “caixa-d’água do Brasil”.

Apesar disso a questão da água constitui-se também um problema na medida em que o estado tem no agronegócio sua principal economia. O uso descontrolado da água materializado num número crescente de pivôs centrais para irrigar grandes projetos agrícolas tem levado a uma cobrança crescente para que seja limitada a quantidade de uso para tal fim. Por ser Goiás um estado de economia agrária,

essa água pode carregar consigo para os reservatórios subterrâneos boa parte da poluição química gerada pelo uso excessivo de agrotóxicos. Isso também representa, tanto em Goiás como em outras partes do Brasil e do mundo, mais um dos fatores que têm contribuído para aumentar a escassez de água.

Embora por todo o estado haja realidades semelhantes, como na região Sudoeste (municípios de Rio Verde e Santa Helena), é no município de Cristalina, na microrregião que compreende o entorno de Brasília, que se situa a área com maior quantidade de hectares irrigados na América Latina, título que é ostentado com orgulho pelo município, assim identificado logo em placa de acesso à entrada da cidade.

“Cristalina se destaca hoje como o maior município irrigante de Goiás, tendo 570 pivôs em uma área de 47 mil hectares. É o maior produtor de batata, trigo, milho doce e alho irrigados do Brasil e maior produtor de cebola e café irrigados de Goiás. Além destas culturas, a cidade tem grande relevância na produção de feijão, cenoura, beterraba, milho doce, semente e comum, tomate, maracujá, cabutia, soja-semente, citros, brócolis, couve-flor, espinafre, vagem verde e ervilha”².

Essa condição, embora tenha tornado Cristalina um dos municípios com maior produtividade agrícola e o colocado na liderança da produção por irrigação, gera também as mesmas consequências citadas nos exemplos que levam à escassez de água em outras partes do mundo: Mar de Aral, Lago Chade, Bacia de Murray-Darling, Rio Colorado.

O uso excessivo das águas, no entanto, poderá vir a se transformar em outro grave problema a acelerar a degradação do Cerrado. Em Goiás, por exemplo, calcula-se a existência de mais de 2.500 pivôs centrais a alimentarem um método de irrigação altamente dispendioso, em que a água jorra intensivamente acentuando a salinização do solo e desperdiçando um percentual em torno de 30% por meio da evaporação. E tem sido essa a principal alternativa buscada para aumentar a produção nas regiões cerradeiras. Em dados mais precisos, até o ano de 2008, segundo o 1º Anuário de Irrigação da Federação da Agricultura

² <http://www.agroquima.com.br/novidades-interna.php?id=5232Cristalina/GO>.

do Estado de Goiás (FAEG, p. 21), existiam em Goiás 2.465 pivôs em uma área de 192.247 hectares irrigados.

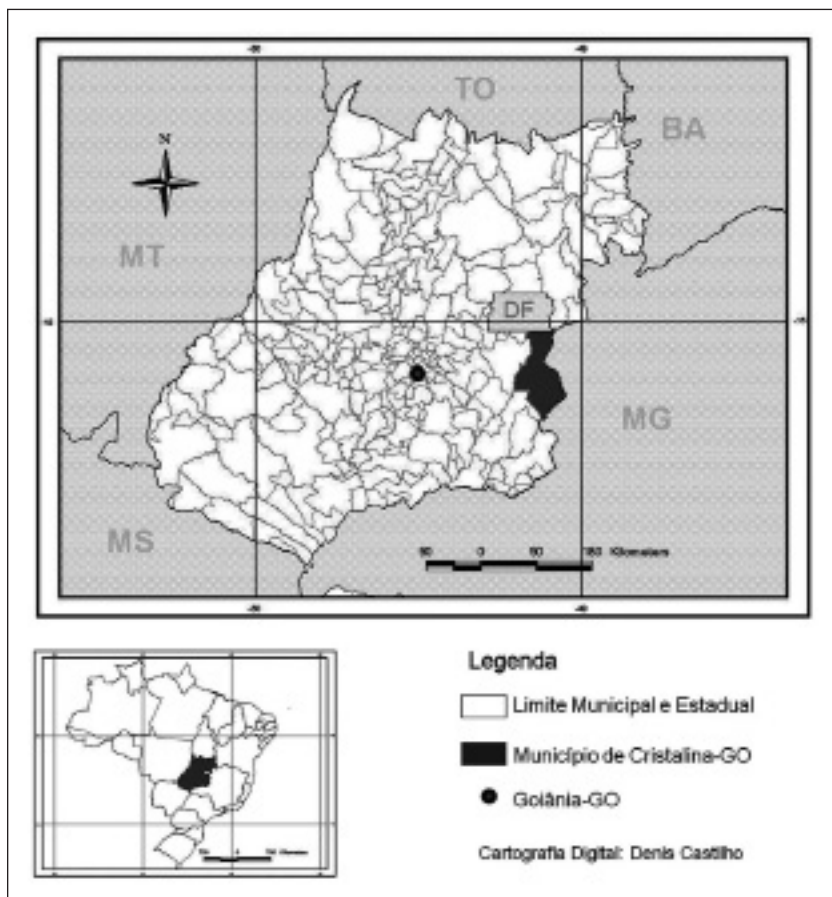


Figura 1 - Localização do município de Cristalina no Estado de Goiás - Brasil.

Fonte: IBGE (2009).

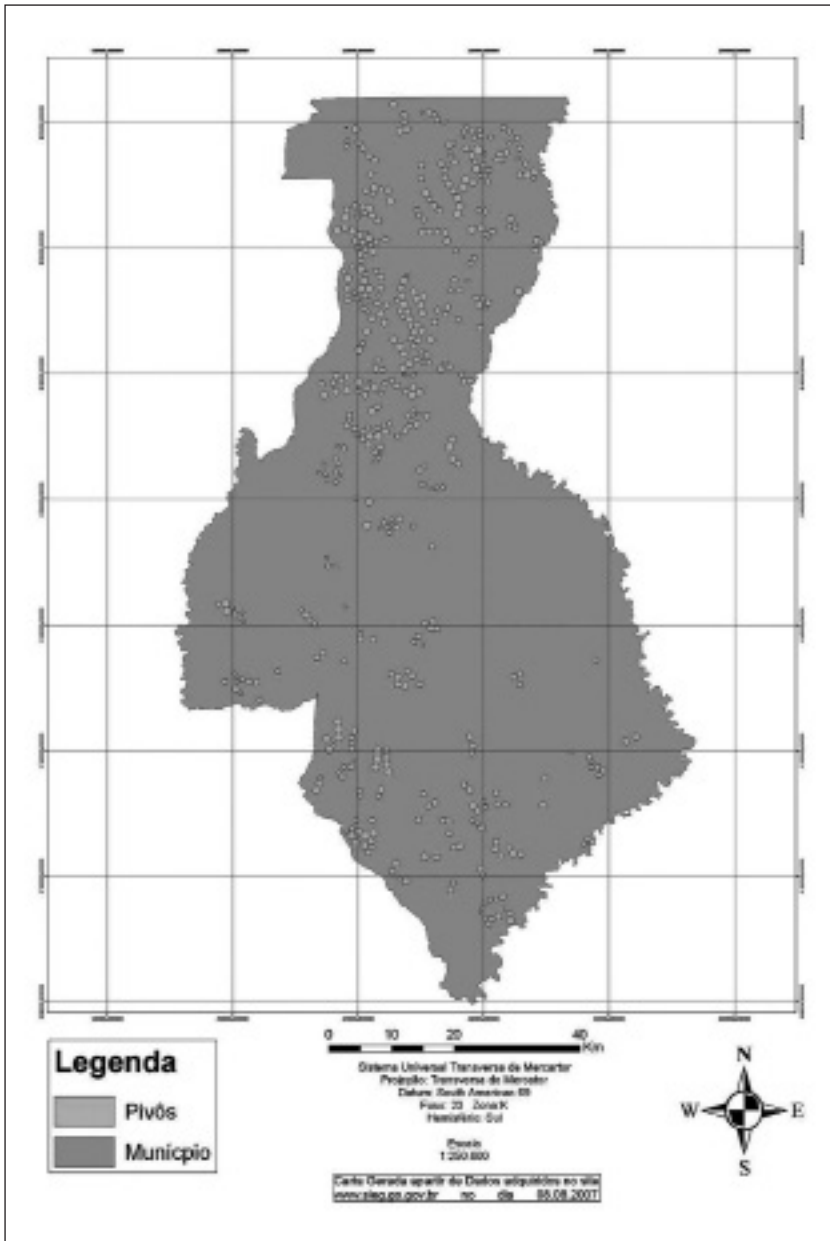


Figura 2 - Pivôs de Irrigação - Cristalina-GO (2006).

Fonte: www.sieg.go.gov.br

No entorno de Brasília, na denominada Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE), mais especificamente no município de Cristalina/Goiás, concentra-se, repita-se, a maior quantidade de pivôs centrais da América Latina, correspondendo a um terço do total existente no estado goiano. Absorvendo boa parte desse recurso hídrico advindo da bacia do Rio Paranaíba (Rio Pamplona, Rio Samambaia, que nascem no Distrito Federal, e o Rio São Bartolomeu), esse sistema já se esgota a tal ponto que forçou o estado de Goiás, em convênio com o Governo Federal, a abrir licitação para construção de 80 barramentos a fim de atender à demanda dessa área irrigada nos meses de estiagem.

Conforme afirma o texto do edital de licitação da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás em suas considerações gerais,

(...) atualmente a demanda de área irrigada do Polo Cristalina está reprimida em função da falta de água nos períodos secos (maio e setembro) nos mananciais das bacias hidrográficas. Para atender o crescimento da demanda de novas áreas irrigadas para as propriedades rurais do entorno pertencentes às bacias hidrográficas, será necessária a construção de pequenas barragens para acumulação de água durante o período da chuva³.

O objetivo é garantir a captação de água das chuvas, na medida em que a vazão das águas superficiais já não é suficiente para atender à demanda gerada pelo crescimento da quantidade de área plantada e para a garantia do abastecimento dos mais de 600 pivôs centrais ali existentes⁴.

A agricultura emprega a água em diversas etapas da produção. Ela é usada para irrigar culturas e na dessedentação de animais. Em algumas áreas da Ásia, o consumo nesse setor da economia chega a ser dez vezes maior que na produção industrial. A agricultura demanda 70% da água coletada no mundo. A tendência é aumentar ainda mais o consumo de água na agricultura. Com o avanço dos sistemas de irrigação, áreas consideradas impróprias ao cultivo são incorporadas à produção, como ocorreu em Israel. (RIBEIRO, 2008, p. 40)

³ http://www2.seplan.go.gov.br/seplan/view.php?id_men=9&id_cad=1&id_not=833.

⁴ http://www2.seplan.go.gov.br/seplan/view.php?id_men=9&id_cad=1&id_not=833.

Incorpora-se a isso uma enorme quantidade de água virtual presente nos produtos agrícolas, estabelecendo a relação com o consumo hídrico por meio da irrigação e sendo contabilizado nos índices que determinam ser o nosso país campeão em exportação de água virtual em todo o mundo.

Não há limite na demanda por produção de alimentos. Alia-se a isso uma nova política de produção agrícola para geração de novas matrizes energéticas em termos oficiais denominadas de biodiesel, mas que deveriam ser chamadas de agrocombustíveis, por ser mais acertado haja vista que a origem desses novos combustíveis é, de fato, a partir da produção de alimentos ou de determinados produtos até então nativos no Cerrado, mas que também se colocam como alternativas energéticas, como a mamona e o pequi.

Com isso prevê-se um crescimento também da demanda por água e a necessidade apresentada no edital da Seplan-GO para a construção de pequenas barragens já aponta nessa direção, criando um cenário que pode indicar as dificuldades que poderão advir desse crescimento a partir da forte demanda pelo uso da água. O próprio anuário citado anteriormente (p. 22) expõe de forma clara as diferenças de produtividade em áreas irrigadas, estabelecendo dados que indicam ainda uma distância na posição do Brasil em relação à quantidade de hectares por áreas irrigadas em comparação a outros países. Enquanto a Índia, país que ocupa o primeiro lugar, possui 30% de sua área cultivada irrigada, o Brasil que ocupa o 12º lugar tem apenas 5% de sua área irrigada.

A comparação, feita por uma Federação de agricultores, vem exatamente no sentido de pressionar o Estado para, por meio de políticas públicas, aumentar a quantidade de hectares irrigados. Claramente, isso indica uma pressão no uso da água no sentido de ampliar a produtividade, como decorrência do crescimento dos mercados, seja interna ou externamente.

Além disso, no quesito ‘garantia de infraestrutura para possibilitar escoamento da produção agrícola’ retorna com força a discussão em torno da concretização da hidrovía Araguaia-Tocantins. Já por muitas vezes colocada em evidência e refutada por pesquisadores da área ambiental e mesmo por órgãos técnicos estaduais e federais, essa hidrovía volta à tona, juntamente com outras obras do Programa de Aceleração do Crescimento, como mais uma demanda do agronegócio.

Tão grave quanto isso, por uma questão de logística, seria a ampliação de mais uma fronteira agrícola com o crescimento da produção em terras que margeiam os rios envolvidos, levando a um processo de destruição de matas ciliares e do impacto que seriam causados pela construção de portos ao longo deles.

Já é do conhecimento do mercado de investidores que a procura de terra para produção agrícola nos últimos meses tem sido por aquelas que margeiam as ferrovias Transnordestina e Norte-Sul em função da capacidade logística que será acrescida com esses dois empreendimentos. Da mesma maneira, as margens dos rios onde situar-se uma hidrovia será transformada em mais uma fronteira agrícola, cujas consequências poderão ser positivas para a economia, mas destrutivas para a biodiversidade, além de negativa para uma política de distribuição de rendas caso se mantenha o modelo de propriedade baseada em latifúndios e monocultura.

Se as condições no presente impostas ao Cerrado pela ampliação da área cultivada em modelos concentradores de renda, como são os grandes latifúndios, já são preocupantes – o que levou o Cerrado a ser considerado um *hotspot* – o cenário tende a piorar com a necessidade real por mais alimentos e, portanto, pela ampliação da produção. Em particular a pressão atingirá, como tem acontecido, uma proporção insustentável no caso da água do Cerrado e as consequências poderão ser sentidas para além das fronteiras desse bioma na medida em que as águas que nascem aqui são formadoras da maior parte das bacias brasileiras.

Do mesmo modo outros problemas se apresentam: como tem sido a relação diplomática entre os países da América Latina a partir das políticas adotadas na gestão dos recursos hídricos e até que ponto as questões econômicas podem influenciar nesse relacionamento devido às alternativas energéticas de uso dos rios para construção de hidrelétricas, tidas como a principal fonte de “energia limpa”?

Há que se destacar em relação ao Brasil alguns avanços com a criação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Contudo, as políticas propostas têm suas viabilidades dificultadas. Tais políticas, aprovadas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e supervisionada pela Agência Nacional de Águas (ANA), dependem da sinergia com os governos estaduais para ser devidamente aplica-

das. O que se percebe, no entanto, é uma incapacidade dos órgãos institucionais em conter medidas abusivas quando o tema é o uso da água, devido, principalmente, à inexistência de estrutura por parte desses estados que garanta uma fiscalização adequada. O número reduzido de fiscais contrasta radicalmente com a imensa dimensão do território brasileiro e com a vastidão da maioria dos estados, sejam aqueles onde nascem os principais rios, sejam aqueles onde é mais grave a escassez da água.

Por outro lado ocorre, também, que na maioria dos casos o uso da água para irrigação se dá mediante a adoção das próprias políticas de Estado, envolvendo desde a União até o Município por meio de programas financiados para garantir maiores produtividades e ganhos principalmente na exportação.

O essencial é identificar os problemas principais que estão por trás do descontrole no uso da água e como eles vêm sendo tratados pelas políticas públicas. Até que ponto, por exemplo, o Estado (*lato sensu*) tem conseguido deter o aumento da poluição nos principais rios que abastecem as cidades médias e grandes? Como tem sido o monitoramento das técnicas de irrigação e, se tal como é feito atualmente, elas podem ser consideradas a principal responsável pela escassez de água? E, ainda, como os editais que visam financiar novos projetos de irrigação ou de barramentos lidam com essa contradição de garantir água para produzir mais ao mesmo tempo em que se somam técnicas que visem garantir o controle sobre o uso desse recurso?

Equilíbrio geopolítico na gestão dos recursos hídricos

Os conhecimentos geográficos têm um enorme desafio quando o tema é a água. Ele envolve uma série de questões da abordagem geográfica e a difícil identificação sobre qual conceito e/ou categoria deveria ser mais bem utilizada para proceder a esses estudos. É preciso que o enfoque se dê inicialmente considerando o território como um instrumento necessário para compreender a complexidade que envolve um recurso primordial para a vida humana. Mas há que considerar o fato de ser a água um recurso transfronteiriço e exatamente por isso não pode ser apossado privadamente.

Essas são razões que explicam porque a análise pretendida e a tese a ser desenvolvida envolvem elementos da geopolítica. O estudo dos recursos naturais, as fronteiras, as relações diplomáticas que definem as políticas nacionais e internacionais e a discussão em torno das soberanias dos Estados-Nações são elementos norteadores buscados nas teorias que fundamentam a Geografia Política. E a água, enquanto um recurso natural estratégico enquadra-se nesse perfil.

Segundo RAFFESTIN (1993, p. 13), “para Ratzel, o elemento fundador, formador do Estado, foi o enraizamento no solo de comunidades que exploraram as potencialidades territoriais. (...) Também as fronteiras, na qualidade de órgãos periféricos do Estado, durante muito tempo prenderam sua atenção. Daí ter procurado distinguir o significado das zonas de contato, terra-mar, por exemplo, de mares, de montanhas e planícies, sem esquecer as dos rios e dos lagos”.

Na visão de Ratzel era impossível a qualquer Estado-Nação se desenvolver e constituir-se uma grande potência se ela além de possuir um grande território não lutasse para garantir o controle de seus recursos naturais imprescindíveis à construção de uma nação forte e rica. Da mesma forma, sendo essa elaboração melhor definida posteriormente por Kjellen e Haushofer, compreende-se ser necessário expandir suas fronteiras a fim de garantir o controle dessas riquezas. Os recursos naturais eram vistos não somente como fonte de riquezas para as populações que se desenvolviam, mas também como “armas políticas” importantes para subjugar outras nações.

Todo recurso pode ser objeto de uma análise, em termos de poder: quer seja de uso corrente, quer seja de pouco uso. Com relação ao poder, não há nenhuma diferença, a não ser na intensidade dos conflitos e das lutas desencadeadas, pois os recursos são instrumentos de poder. Esses instrumentos de poder dependem, quanto à sua eficácia, das estruturas e das conjunturas”. (RAFFESTIN, 1993, p. 252)

Se por um lado a procura pelo petróleo – principal fonte de energia nesses tempos e também de concentração de riquezas nas mãos de quem controla essa que se tornou a principal fonte de energia dos últimos cem anos – deu-se de maneira a gerar poucas preocupações quanto ao seu futuro enquanto um recurso possível de tornar-se

escasso, por outro lado quando o assunto é água, líquido essencial para a vida humana independentemente do estágio de desenvolvimento em que estivermos, as preocupações sempre foram praticamente nulas.

O crescimento da industrialização e o advento da sociedade moderna pós-fordista, com a concentração acelerada da população nas cidades e a intensificação de técnicas de irrigação para aumentar a produção e a produtividade agrícola no campo e assim poder abastecer multidões que se aglomeravam nas cidades, levaram ao extremo a utilização da água, sem que fosse esse consumo acompanhado por políticas e planejamento adequados que prevenissem as sociedades da escassez desse precioso líquido. A poluição descontrolada nas cidades levando à destruição de rios que as abasteciam, o uso descontrolado de produtos químicos seja no campo ou nas zonas urbanas, cada vez mais industrializadas, e o desequilíbrio climático causado por esse modelo de desenvolvimento conduziram a civilização moderna a um estágio que para superá-lo torna-se necessário adotar mecanismos políticos de alcances internacionais e assim conter a grave escassez de um recurso fundamental na vida humana.

Esta progressiva importância se sustenta em diferentes pilares (...): a escassez de recursos naturais essenciais; os riscos ecológicos; a relação entre crescimento econômico e degradação ambiental; o medo de uma crise ambiental global; a capacidade de mobilização social da ecologia; os questionamentos através do meio ambiente de alguns aspectos da soberania dos Estados-nação e o papel dos organismos internacionais. (FONT & RUF, 2006, p. 253)

Segundo os autores acima citados, essas preocupações ambientais já definem uma agenda maior a envolver a diplomacia dos vários países, principalmente os mais influentes: a segurança mundial. Citando Thomas Homer-Dixon, que procura apresentar uma visão que nem caia no otimismo tecnológico, nem no pessimismo malthusiano, a repercussão por trás da teoria da geopolítica ambiental baseia-se no discurso de “escassez”, que pode vir a ser o principal motivo dos conflitos futuros. Essa escassez estaria fundamentada em três fontes: “a mudança ambiental, o crescimento da população e das desigualdades sociais e o acesso aos recursos” (2006, p. 254).

Controle e uso racional da água no Cerrado

Sendo o recurso mais vital para a humanidade e para a biosfera,

“a água efetivamente se converteu no bem mais precioso para muitas sociedades do planeta e em especial para sociedades pobres, mas não só. (...) A progressiva redução das grandes massas de água doce e mares interiores estão marcando o presente e o futuro de imensas regiões da Terra, e para toda ela em conjunto. (...) Em suma: escassez da água, degradação de recursos hídricos, distribuição desigual dos mesmos, geração e tratamento de resíduos, riscos naturais, diminuição da biodiversidade(...). Mas, além de teorias concretas, parece indiscutível que o meio ambiente é o protagonista no novo sistema mundial em construção e em sua geopolítica” (FONT & RUFIN, 2006, p. 255-256).

Mas, embora um problema de abrangência mundial, deve também ser abordado sob os prismas das comunidades locais, procurando compreender como tais problemas e possíveis conflitos influenciam nas relações sociais em seu cotidiano mais particular. Pode-se identificá-los a partir das organizações sociais e dos mecanismos políticos que passam a ser constituídos pela pressão das populações, que igualmente procuram resolver esses problemas ambientais a partir do protagonismo dos lugares.

É no lugar que se dá a intensificação do processo produtivo e com ele a agressão ao ambiente e o uso descontrolado dos recursos naturais. Essa se tornou uma das principais características das transformações produzidas pela globalização, em que uma lógica extralocal impunha perturbações a uma fração do território a fim de facilitar a extração de mais-valia, agora tornada internacional, “apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também ambientais” (SANTOS, 1996, p. 202).

Para ALBAGLI (1998, p. 46)

(...) embora com uma definição pouco precisa, a proposição desenvolvimento sustentável colocou em discussão a necessidade de uma nova racionalidade no processo de desenvolvimento baseada em novos modos de exploração dos recursos naturais, de novos critérios de investimento e de outro padrão

técnico-científico. O parâmetro central deveria ser o atendimento das necessidades das gerações presentes, sem comprometer as das gerações futuras. Além disso, estaria suposto o estabelecimento de uma ‘nova ordem internacional’.

Por outro lado, os conceitos relacionados aos problemas ambientais requerem análises criteriosas no âmbito da geologia e da climatologia, bem como da biologia, que possam fundamentar todo o processo cíclico da água e indiquem as possibilidades de se conhecer com mais precisão a capacidade dos aquíferos – a fim de que se possa ter nesses depósitos hídricos subterrâneos reais reservas de água potável – ou os riscos de poluição por produtos químicos jogados na superfície.

Os estudos sobre as reservas de água doce existentes no mundo, e especialmente no Brasil, apontam uma capacidade de abastecimento humano compatível com as necessidades das sociedades. Embora essas reservas situem-se de forma desequilibrada regionalmente, os problemas essenciais baseiam-se na maneira como as políticas adotadas na gestão da água, ou a absoluta ausência delas, levam ao desperdício e podem levar à escassez deste recurso tendo como resultante a disseminação de conflitos internamente e aos países transfronteiriços nos usos das bacias hidrográficas que abastecem vários territórios nacionais.



Figura 3 - Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/28072569>. Acessado em 20.07.2010.

Irrigação com Pivot Central – Cristalina/GO - www.fazendaspiaui.com.br

O Relatório da ONU é otimista quanto aos resultados obtidos até agora, em que a cooperação tem sido a regra quando a temática é a água que corta vários territórios nacionais. Contudo, a escassez crescente aponta para um futuro sombrio nessa relação. Historicamente os recursos naturais têm sido objeto de intensas disputas e guerras quando eles são tratados dentro de uma estratégia que visa preservar suas riquezas e as soberanias nacionais. Quanto mais raros eles se tornam e, principalmente, em sendo essencial às populações, transformam-se em um instrumento de controle e submissão perante outras nações.

Para não concluir

A crise financeira que se espalhou pelo mundo não impediu o crescimento da economia brasileira. A economia seguiu crescendo em todas as áreas, mas em uma em particular: o agronegócio. Essa tem sido uma palavra interpretada de várias maneiras e no caso específico do Cerrado em geral soa como sinônimo de pujança, tendo sido utilizada para demonstrar porque esse bioma vem passando por uma brusca transformação.

Vários fatores podem explicar essa situação por um viés geopolítico ou geoeconômico. Um deles é a riqueza da biodiversidade de um bioma que tem sido “redescoberto” – bem mais detalhadamente e em toda a sua especificidade – a partir de estudos científicos que têm mudado a compreensão que tradicionalmente se tinha a respeito do Cerrado. Fauna e flora riquíssimas, beneficiadas por uma rica hidrografia, destacando-se, principalmente, a característica adaptativa de uma flora que resiste a um longo período estiagem, beneficiada a seguir por um intenso período de recomposição hídrica durante iguais quantidades de meses sob chuvas.

O mais surpreendente, ao longo das quatro ou cinco últimas décadas, foi a absoluta virada da compreensão acerca da qualidade do solo desse bioma no uso para a agricultura. É exatamente nesta particularidade que devemos concentrar nossas preocupações, porque aí reside o elemento principal que transforma, por um lado, a região do Cerrado em uma cobiçada extensão de áreas possíveis de serem agri-

cultáveis em virtude das transformações técnicas e tecnológicas e, por outro lado, atraem a atenção e preocupação quanto aos danos ambientais que o modelo de produção agropecuária baseado na monocultura e pecuária extensiva tem acarretado.

Essa equação seguramente tem nos últimos anos levado a resultados negativos em relação à conservação do Cerrado, muito embora os números da economia apontem para uma espécie de novo ‘eldorado verde’ que só se amplia, desta vez subindo em direção ao Norte do país para uma região já apelidada como MAPITO – confluências dos Estados de Maranhão, Piauí e Tocantins. Seguramente, uma nova fronteira agrícola acompanhará os trilhos da Ferrovia Norte-Sul, devastando ainda mais o Cerrado e transformando a paisagem com ares de modernidade, tal qual tem acontecido ao longo do tempo, seja quando observamos o Sudoeste goiano (Rio Verde, Jataí, Santa Helena), o Sul (Itumbiara e Goiátuba) e agora a fronteira Norte de Goiás e Oeste baiano (Barreiras e Luís Eduardo Magalhães) e o Mato Grosso, adentrando em direção à Amazônia.

Todo esse processo iniciado com a ocupação do Cerrado pós-construção de Brasília e potencializado por programas de incentivos federais como o PRODECER e o POLOCENTRO ainda não se esgotou e amplia-se com mais investimentos para a agroindústria e a pecuária extensiva, como também para atender ao crescimento da produção na agricultura familiar. Os programas de incentivo à produção de agrocombustível compõem outro elemento que se agrega aos anteriormente existentes e atraem não somente grandes empresas privadas como também o interesse de Estados-nações, preocupados em garantir produção de alimentos a uma população que cresce e adquire poder de consumo.

Aos poucos, aumenta o número de proprietários de terras no domínio Cerrado e na Amazônia, que inclusive habitam em outros países. Isso tem se dado de forma tão intensa que o governo brasileiro acaba de elaborar uma lei que regulamenta a aquisição de terras por estrangeiros, estabelecendo um limite máximo para isso. Ao mesmo tempo cresce a quantidade de grandes corporações que compram a produção antes mesmo da colheita, demonstrando o quanto a produção de alimentos vai se constituindo um dos setores de maior demanda e ao mesmo tempo de maiores investimentos.

Há uma dificuldade em se estabelecer controle a uma lógica inerente ao sistema produtor de mercadorias de intensificar os investimentos naqueles produtos que demonstram possuir capacidade crescente de gerar lucros. E isso só vai acontecer na medida em que se torne visível o risco que corre o Cerrado de esgotar todas as suas potencialidades e, principalmente, de isso ocorrer no momento em que se descobre a riqueza de sua biodiversidade. A questão é que têm sido tão céleres as transformações tecnológicas e o aumento da capacidade de se ampliar a área plantada, principalmente com o avanço do desmatamento, que a reação para suspender toda a agressão ao bioma pode acontecer tardiamente.

São várias as possibilidades de isso ocorrer: o desmatamento, como citado, que já se deu até aqui numa escala monumental e de consequências imprevisíveis para o bioma, se ampliado poderá transformar o Cerrado em longo prazo num enorme deserto; a infertilidade do solo, gerada por várias causas, tanto devido ao crescimento do rebanho bovino como pela salinização em situações de uso contínuo de irrigação; e o esgotamento dos recursos hídricos, seja pelo uso abusivo de pivôs para irrigação, que geram enorme desperdício de água ocasionando a transformação de rios perenes em intermitentes, ocorrida também em função do desmatamento, com o desrespeito aos limites de reserva legal e áreas de preservação permanente, em especial as matas ciliares. Acrescente-se a isso, entre tantos outros problemas, a contaminação do solo pelo uso excessivo de agrotóxicos, afetando, inclusive, o lençol freático e alterando a qualidade da água.

Pode-se dizer que tais sintomas já são visíveis. Não parece, contudo, que grandes produtores rurais e boa parte do setor de agonegócios tenham a clara percepção desses limites, haja vista o crescimento da obsessão por novos recordes de safras agrícolas. Isso é economicamente importante para os estados produtores e para o país, mas acarreta consequências danosas e, por vezes, irreversíveis ao meio ambiente, além de não proporcionar a distribuição de renda.

O desafio está em equilibrar essas contradições e procurar mecanismos que possam concretizar o enunciado da Conferência de Estocolmo, quando se definiu o conceito de “desenvolvimento sustentável” a partir do documento intitulado “Nosso Futuro Comum”.

O Cerrado brasileiro depende dessa equação para que possa usufruir da riqueza de sua biodiversidade e inclusive dela se apropriar economicamente de forma sustentável, sabendo o que é possível ser recuperado. Para tanto é fundamental frear a forma como têm se dado os investimentos para a produção de *commodities* e, principalmente, alterar a estrutura fundiária baseada em grandes propriedades, base de um modelo concentrador de renda e destruidor do meio ambiente

Referências

- A. N. A. e CEBDS. *Água, fatos e tendências*. 2. ed. Brasília: ANA, 2009.
- ALBAGLI, Sarita. *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília: Edições Ibama, 1998.
- BALANYÁ, B. (et alli). *Por um modelo público de água: Triunfos, lutas e sonhos*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2007.
- BARLOW, M. *Ouro Azul*. São Paulo: M. Brooks do Brasil Editora, 2003.
- _____. *Água, pacto azul*. São Paulo: M. Brooks do Brasil Editora, 2009.
- BOUGUERRA, M. L. *As batalhas da água: por um bem comum da humanidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CAMPANILI, Maura. *Almanaque Brasil Socioambiental (2008)*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2007.
- CASTRO, I.E. de. Geografia e Política. *Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CLARKE, R. e KING, Jannet. *O atlas da água*. São Paulo: Publifolha, 2005.
- COSTA, Larissa e BARRETO, Samuel R. *Água para a vida, Água para todos: livro das águas*. Brasília: WWF-Brasil, 2006.
- CUNHA, S. B. da e GUERRA, A. J. T. *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003.
- DIAMOND, J. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- DURAND, M-F. *Atlas da Mundialização: compreender o espaço contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FAEG, Comissão de Irrigantes. *Anuário da Irrigação 2008*. Goiânia: Federação da Agricultura e Pecuária no Estado de Goiás, 2008.

FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora Unicamp, 2001.

FONT, J. N. e RUFÍ, J. V. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2006.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Instituto Socioambiental (ISA). *Almanaque Brasil Socioambiental*. São Paulo: ISA, 2007.

LEFF, Enrique. *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARTINE, G. (Org.) *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

O POPULAR. *Araguaia pode ter hidrovía até o Pará*. Goiânia: Jornal O Popular, de 10 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.opopular.com.br/#10ago2010/cidades-25117/rio_araguaia_-araguaia_pode_ter_hidrovia_ate_o_pa>.

Painel Intergovernamental Sobre Mudança do Clima. *Mudança do clima 2007: a base das ciências físicas*. Gênova 2, Suíça: Secretariado do IPCC – PNUMA.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REBOUÇAS, A. *Uso inteligente da água*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

Relatório de Desenvolvimento Humano RDH-2006. *Água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água*. New York (USA): PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 2006.

_____. 2007/2008. *Combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido*. New York (USA): PNUD 2006.

RIBEIRO, Wagner. C. *Geografia Política da Água*. São Paulo: Annablume, 2008.

SANTOS, Mauro Augusto dos. *O Cerrado brasileiro: notas para um estudo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2002.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DILEMAS TERRITORIAIS E IDENTITÁRIOS EM SÍTIOS PATRIMONIALIZADOS: OS KALUNGA DE GOIÁS¹

Maria Geralda de Almeida

Considerações iniciais

Desde 1970 recrudescem o interesse dos estudiosos em discutir os territórios e as identidades territoriais de comunidade de quilombolas. Neste artigo, a motivação é apresentar uma comunidade que atualmente corresponde à maior área brasileira considerada propriedade quilombola no Nordeste goiano, cuja territorialidade tem sua singularidade por ser construída em um Sítio Histórico e Patrimônio Cultural. O patrimônio cultural, qualquer que seja, precisa ser preservado, protegido, por correr o risco de ser destruído. Ora, ao ser patrimonializado, preservado e mantido, propõe-se a “congelar” a identidade e a territorialidade? Qual é o significado de viver em um território-patrimônio?

Neste artigo, pretende-se refletir sobre estas questões a partir da construção do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural e das identidades territoriais dos Kalunga. A relevância disso é que as territorialidades dos Kalunga têm outros contextos que interferem em sua dinâmica, como os conflitos pelo uso das terras e o turismo emergente, ambos gradativamente presentes com afetação na dinâmica

¹ Trabalho apresentado na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil.

identitária. A existência e resistência do território Kalunga implicam buscar explicações que considerem sua relação com a terra e as identidades territoriais e, também, os processos de construção destas identidades.

A Criação do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural

No Norte e no Nordeste do estado de Goiás, distando cerca de 400 km de Brasília-DF e 600 km de Goiânia – ambas regiões metropolitanas, explosões urbanas no seio do Cerrado – encontra-se um espaço geográfico singular. Diferentemente do restante do estado, no qual predominam chapadões, o espaço ali tem vãos, serras e morros, depressões e vales estreitos, rios encaixados, vegetação variada de Cerrado, cerradão e campos Cerrados que se espriam pelos municípios de Cavalcante, Colinas do Sul, Teresina de Goiás, Monte Alegre e Campos Belos, municípios do Nordeste goiano. Esse espaço é conhecido como Vãos da Serra Geral, parte ocupada pelo vale do Rio Paranã e seus afluentes, às bordas da Chapada dos Veadeiros onde se localiza o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. As denominações para as serras variam e abundam-se: Serras do Mendes, do Mocambo, do Bom Jardim, da Areia, de São Pedro, do Moleque, Boa Vista, Contenda, Bom Despacho, Maquiné, da Ursa, entre outras, e o Morro da Mangabeira.

As bacias do Rio Paranã e do Rio das Almas irrigam essas áreas do Norte e do Nordeste goianos. De menor porte, mas também banhando o Nordeste, têm-se o Rio Corrente e seus afluentes Correntinha, Curriola e Areias.

Particular pela presença de uma natureza cerradeira dominante, essa região também se destaca por constituir-se, na trijunção dos municípios Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, que ocupa uma área de 253,2 mil hectares. A maior parte do Sítio, isto é, 71%, insere-se em Cavalcante, mas ocupa apenas 26% da área total do município; em Monte Alegre, ele representa 13% da área total, ocupando 10% da área total do município. Já em Teresina de Goiás, a despeito de ser somente 15% do Sítio, ele ocupa 50% da área total do município.

Em relação à população do Sítio, o Laudo Histórico sobre a Comunidade Kalunga (1998) estimava em 4.200 pessoas; essa população era maior que aquela apresentada nos dados de 2004, do “Perfil das Comunidades Quilombolas; Alcântara, Ivapurudunva e Kalunga”, descritos por Marinho (2008), cuja estimativa era de 3.752 habitantes, isto é, 958 famílias distribuídas em 884 domicílios, esparramadas por povoados, agrupamentos de famílias como Vão de Alma, Vão Contenda, Riachão, Engenho I e Engenho II, Vão do Moleque, Sucuri, Curriola, Ema, Taboca, Areia, Maiadinha, o de Capela, para citar alguns.

A rica toponímia, que designa as serras, os rios, os vãos e os agrupamentos de casas constitui uma construção subjetiva a um dado símbolo natural ou cultural do lugar em questão. O Sítio configura-se, de acordo com a concepção do Bonnemaision (1981, p. 256), um geosímbolo, “um lugar, um itinerário, um acidente geográfico que por razões políticas, religiosas, históricas ou culturais possui aos olhos de certos grupos sociais ou povos uma dimensão simbólica que alimenta e conforta sua identidade”. Essa construção da identidade territorial decorre, também, de interferências externas.

Conforme Rosa (2009), os trabalhos de identificação dos Kalunga iniciaram-se em 1982 por antropólogos da Universidade Federal de Goiás (UFG). No ano de 1988, a Constituição Estadual, em seu artigo 16, já previa a delimitação da reserva Kalunga com a conclusão dos estudos realizados pela UFG. Pouco depois, a Lei Estadual Complementar 11.409, em 1991, criou o Sítio Histórico do Patrimônio Cultural Kalunga, posteriormente ratificada pela Lei Complementar 19/ 1995. Essa lei prevê, em seu texto, a propriedade exclusiva, a posse e a integridade territorial, a demarcação, a desapropriação e a titulação a favor da comunidade. Entretanto, no restante década de 1990 houve uma lentidão no trato da regularização por se instalar uma crise institucional em torno da competência sobre as ações nos territórios quilombolas.

Em 2000, também de acordo com Rosa (2009), a Fundação Cultural Palmares, por meio da Portaria Interna n.º. 40, emite o título de reconhecimento n.º. 004 que outorga o domínio do perímetro demarcado a favor da Associação Quilombo dos Kalunga. Essa medida permaneceu inócua pela falta do arcabouço jurídico e dos recursos orçamentários necessários à indenização dos imóveis rurais particula-

res e sua desintração do Sítio. Todos os trabalhos e discussões acerca da regularização fundiária somente foram retomados após o Decreto 4.887/2003, tendo como marco inicial a Ação Integrada Kalunga, culminando com um evento de cunho político em 2004 no Sítio Kalunga, com a presença do presidente da República. No que diz respeito à ação da Fundação Cultural Palmares, em publicação no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2005 esta legalizou sua certidão de auto reconhecimento de comunidade de remanescentes dos quilombos dos Kalunga.

Considerando que são detentores de um patrimônio, após a formalização de identidade por meio da Lei Estadual nº. 11.409-91 os Kalunga, desde então, buscam o reconhecimento e o apoio nacional. Um avanço ocorreu em 2009, em 20 de novembro, dia dedicado à Consciência Negra, quando foram assinados pelo presidente da República 30 decretos de regularização de territórios quilombolas, num total de 335 mil hectares de terra distribuídos em 14 estados. Destes, 253,2 mil ha. Foram destinados aos Kalunga. Esse foi o primeiro passo para declarar de interesse social as áreas ocupadas. Com isso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) pode avaliar os imóveis que, após a indenização dos proprietários, devem passar para as comunidades, assegurando o direito à terra, previsto na Constituição. Porém, os aspectos jurídicos e as ações políticas não bastam para definirem uma territorialidade, como será explicado.

A dispersão territorial em pequenas unidades produtoras, chamadas de roçados, é uma das características da economia local. As limitações topográficas e a escassez de terras férteis levam os Kalunga do Engenho II a explorar as faixas de terras marginais como encostas, topos de morros, às vezes em áreas de fazendeiros. Além disso, devido à distância, eles são obrigados a caminhar no mínimo duas horas para chegarem aos seus roçados. Ali, com o uso da enxada e da foice, eles plantam mandioca, milho, arroz, batata doce, abóbora, feijão, fumo e algodão, sem fertilizantes e agrotóxicos, fato comentado por eles com bastante orgulho. Próximos à comunidade de Ribeirão, alguns Kalunga também cultivam o gergelim, vendido nas padarias de Teresina de Goiás. O costume é permanecer cinco anos plantando na mesma área e, quando a terra pertence a um fazendeiro, o contrato é para devolvê-la no segundo ou terceiro ano com pastagens.

De produtos produzidos pelos Kalunga, o que tem maior valor comercial é a farinha, reputada pela qualidade em todo Norte e Nordeste goianos, e a cachaça “Maquiné”, de fabrico artesanal e vendida por um kalungueiro no Engenho II.

De acordo com Almeida (2010), um projeto da Universidade Federal de Goiás em parceria com a EMBRAPA, realizado em 2006, distribuiu entre os Kalunga cabeças de gado curraleiro. Esse gado, de porte menor e rústico, resiste bem aos terrenos íngremes. Ele era frequente nas terras mais altas do Nordeste goiano e, provavelmente, fora criado pelos Kalunga em épocas pretéritas. O experimento das 1.000 cabeças foi uma tentativa de testar a capacidade de readaptação do animal à região e também uma tentativa de os Kalunga serem criadores dessa espécie para melhoria de renda. O gado curraleiro tem causado, contudo, estragos nos roçados, até então sem cercas, e provocado alguns conflitos entre os próprios Kalunga.

Até então, ali era território do domínio do Cerrado e dos roçados e, com o gado curraleiro, sinalizaram-se outros territórios: o território dos que têm o gado, isto é, daqueles que aceitaram serem parceiros da Universidade no projeto, e o território daqueles que não têm gado. A presença de um bem econômico, associada à possibilidade de ser um bem diferenciado, cria uma fissura e um desprestígio entre os plantadores de roçado, cuja atividade, até o momento, reinava entre os Kalunga.

Em pequena escala, os Kalunga extraem do Cerrado frutos como o pequi, o buriti, o jatobá, o cajuzinho, dependendo da estação do ano. Todavia, ainda hoje, as matas, os pastos naturais, os recursos hídricos são explorados de forma comunal. A construção de espaços que contemplam estratégias de pluriatividades de uso da terra garantiu uma base alimentar e a consolidação da identidade étnica e cultural da comunidade Kalunga.

Identidade Quilombola e Kalunga

O termo quilombo merece uma discussão. O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, considera remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais segundo

critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Este entendimento pode respaldar-se em Guimarães (1983) para quem o que constitui o traço marcante para definir quilombo é a negação do sistema escravista. O autor adere às correntes de pensamento segundo as quais existiria quilombo onde houvesse negros fugidos e às teorias de caráter marxista em que o quilombo é a negação do poder constituído. A noção de quilombo adotada por esse autor baseia-se numa premissa da busca da liberdade por meio da negação de um sistema opressivo e, no seu entendimento, os quilombos passam a ocupar o *locus* de resistência das classes oprimidas.

Outra interpretação modela a definição considerada como arqueológica. Nesta leitura:

(...) quilombos são os sítios historicamente ocupados por negros que tenham resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdos etnográficos e culturais. (Revista Isto É, 20/06/1990, p. 34 *apud* ARRUTI, 2003, p. 14)

Para Marques (2010), apesar de se diferenciarem nas opções teóricas, as correntes político-marxistas e a arqueologia adotam uma definição histórica e passadista de quilombo, entendendo-o como um lugar que encerra uma tradição, um patrimônio histórico.

Almeida (2002) aprofunda essas reflexões ao apresentar os elementos marcantes presentes nas definições arqueológicas: 1) a fuga; 2) uma quantidade mínima de fugidos; 3) o isolamento geográfico em locais de difícil acesso e mais próximos de uma natureza selvagem do que da chamada civilização; 4) moradia habitual, referida no termo ‘rancho’; 5) consumo e capacidade de reprodução, simbolizados na imagem do pilão de arroz. Em sua opinião, comunidades quilombolas já estudadas contrariam tais características, como é o caso daquelas investigadas por ele no Maranhão, principalmente porque nessa visão “[...] o quilombo já surge como sobrevivência, como ‘remanescente’. Reconhece-se o que sobrou, o que é visto como residual, aquilo que restou, ou seja, aceita-se o que já foi” (ALMEIDA, 2002, p. 53-54).

O autor defende que se deveria buscar um conceito de quilombo considerando o que ele é no presente, discutir o que é e como essa autonomia foi sendo construída historicamente. Para se pensar a questão do quilombo, não se pode continuar a usar uma categoria histórica acrítica nem com a definição de 1740; ainda, deve-se libertar de

[...] outras definições que estão frigorificadas e funcionam como uma camisa-de-força, ou seja, da definição jurídica dos períodos colonial e imperial e até daquela que a legislação republicana não produziu, por achar que tinha ‘enCerrado’ o problema com a abolição da escravatura, e que ficou no desvão das entrelinhas dos textos jurídicos (ALMEIDA, 2002, p. 62-63).

Quilombo, nessa visão agora ‘ressignificada’, não é apenas uma tipologia de dimensões, atividades econômicas, localização geográfica, quantidade de membros e sítio de artefatos de importância histórica. É uma comunidade e, como tal, passa a ser uma unidade viva, um *locus* de produção material e simbólica. Institui-se como um sistema político, econômico, de parentesco e religioso que margeia ou pode ser alternativo à sociedade abrangente. No mesmo sentido, Carvalho (2006) afirma que não é possível reduzir a ideia de quilombo às definições históricas, às ideias de isolamento, fuga ou mesmo a uma suposta unicidade entre os quilombos, mas que eles devem ser considerados em suas especificidades, cada grupo com suas características próprias:

É preciso considerar a diversidade histórica e a especificidade de cada grupo e, ao mesmo tempo, o papel político desempenhado pelos grupos que reivindicam o reconhecimento como “remanescente de quilombo” (CARVALHO, 2006, p. 1).

Carvalho comunga da concepção da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que, em 1996, manifesta-se criticamente em relação a uma visão estática do quilombo e insiste no seu aspecto contemporâneo, relacional, organizacional e dinâmico, bem como a variabilidade de experiências capaz de ser amplamente abarcada pela ressemantização do quilombo na atualidade. Para Leite (2005), o quilombo

deveria ser pensado como um conceito que abarca uma experiência historicamente situada na formação social brasileira. Este entendimento prevalece nessa discussão.

O território Kalunga, já se afirmou (ALMEIDA, 2010), é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, ao mesmo tempo, constrói sua identidade cultural. Também, é o modo como criam uma identidade e “enraizam-se” no território. O território, convém esclarecer, constitui um significante e um significado, pois este seria, segundo Giménez,

(...) um meio de subsistência, uma fonte de recursos, uma área geopoliticamente estratégica, como uma unidade político administrativa etc.; porém, também [...] paisagem, beleza natural, entorno ecológico, como objeto de apego afetivo, a terra natal, como lugar de inscrição de um passado histórico e de uma memória coletiva (GIMENEZ, 2000, p. 94).

Nessas condições, é possível compreender a maneira pela qual o significado político do território traduz para o Kalunga um modo de recorte e de controle do espaço, considerado como Sítio Kalunga. Tal território garante a especificidade desse grupo, serve-se como instrumento ou argumento para a permanência e a reprodução dos quilombolas que o ocupam.

Entretanto, cabe, ainda, uma discussão nos interstícios da intencionalidade da denominação de Sítio Histórico e Patrimônio Cultural das terras dos Kalunga, popularmente conhecido como Sítio Kalunga ou comunidade de quilombolas.

Antigamente, o patrimônio referia-se aos bens herdados dos pais para preservar a linhagem da família. Ora, mediante as discussões feitas pela UNESCO (2000, p. 7) a definição de patrimônio ganha novos contornos como “o conjunto de elementos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis, que são herdados do passado ou criados recentemente”. Os grupos sociais se reconhecem em uma identidade coletiva, consideram-se depositários desse patrimônio e responsáveis para transmiti-lo para as gerações futuras.

É o caso dos Kalunga. O Sítio das terras dos Kalunga constitui um legado cultural pela sua história e todo o conjunto de elementos

simbólicos que ajudam a configurar a identidade cultural dos quilombolas naquele território no qual se acham legitimados socialmente. Convém repetir que o território é, para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas. Nessa mesma concepção, Bonnemaïson e Cambrezy (1997, p. 10) consideram que “o vigor do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não somente materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos”.

Os Kalunga, induzidos, sobretudo, pelas externalidades, assumiram a denominação de Kalunga². Há singularidades nessa construção da identidade territorial. Com a presença da Fundação Cultural Palmares, houve o interesse em se identificar como quilombola. No início rejeitado, o autorreconhecimento como kalunga é atualmente valorizado graças às políticas governamentais. Os Kalunga, com essas políticas valorativas, conscientizam-se da importância de suas raízes africanas, do valor atribuído à sua coletividade, se autoidentificam como quilombolas e já procuram dar visibilidade de um saber que só detém quem tem a vivência, a identidade com o Sítio. Com base nisso, pode-se afirmar que a representação que as pessoas têm da sua posição no espaço social e de sua relação com outros atores que ocupam a mesma posição ou posições diferenciadas no mesmo espaço é fundamental para definir a identidade.

Além disso, a representação está presente quando as terras dos Kalunga foram designadas ou reconhecidas como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural. Contudo, patrimônio para eles significa ter a propriedade das terras. Considerando que são detentores de um patrimônio, após a formalização de identidade por meio da Lei Estadual nº 11.409-91 os Kalunga buscam o reconhecimento e o apoio nacional, conforme já foi dito. O sentido da terra para eles resulta, portanto, da persistência desse grupo junto aos órgãos governamentais, de vários embates contra invasões de garimpeiros e de fazen-

² A origem do nome é ambígua. No Laudo Histórico sobre a Comunidade Calunga (grafia também aceita), Kalunga é a denominação de um riacho local originário de sua comunidade e generalizado para referir-se a quem morava na região; outros já afirmam que o nome advém da grande quantidade de uma planta que eles conheciam como Calunga e passou a nomear o povo também. São comuns as referências ao povo do vão, povo do Engenho para especificar a localização dentro do Sítio.

deiros, tornando-a, sobretudo, simbólica. É na terra, reafirma-se (ALMEIDA, 2010), que se produz e reproduz a cultura desse povo. Desse modo, ela constitui uma forma de atrair e garantir a permanência dos kalunga no território que é de luta, de resistência, de pertencimento e de enraizamento. A terra é um símbolo utilizado para se comunicar com o exterior. Enquanto patrimônio, a terra é usada para simbolizar, representar ou comunicar. Como diz Gonçalves (2009, p. 31), “é bom para agir”.

As implicações da patrimonialização para a identidade Kalunga

A comunidade está apoiada institucionalmente pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esse Ministério lançou a comunidade Kalunga como plano piloto para a regularização fundiária na Agenda do Governo Lula, em 2002, e de fato isso ocorreu recentemente, conforme já mencionado. Mesmo sem regularização, a terra é tradicionalmente explorada para assegurar a sobrevivência dos Kalunga.

Uma pergunta deve ser esclarecida: que motivos levaram o governo do Estado de Goiás a instituir na década de 1990 um Sítio Histórico e Patrimônio Cultural dos Kalunga, quando essa discussão não tinha ainda uma densidade como a atual? É de se supor que para os órgãos governamentais o que prevalecia era a noção historicista, arqueológica e objetificadora de preservação cultural, particularmente no tocante ao patrimônio de característica material (um lugar definido externamente, geograficamente determinado, historicamente construído e talvez documentado, ou um achado arqueológico). Ocorre que essa visão não poderia ser aplicada aos quilombolas, eles próprios são exemplos de patrimônio tangível e intangível³.

³ Após a Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural passa a ser formado tanto por seus bens, tanto os de natureza material quanto os de natureza imaterial.

O Sítio é patrimônio no sentido *lato* da palavra. Patrimônio que inclui o termo histórico e remete às condições e ao tempo de sua construção e patrimônio no qual prevalece o entendimento da propriedade; ainda, patrimônio cultural a partir da dinâmica dos valores que o constituem⁴. Pode-se, pois, afirmar que a identidade cultural Kalunga vai dar sentido ao território e definir as territorialidades. A territorialidade define uma relação individual ou coletiva com o território e se apoia sobre as paisagens.

Almeida já afirmava (2010) que o patrimônio e território têm, assim, o duplo papel de mediador interpessoal e de cimento identitário na sociedade. Os elementos materiais como construções, vegetação, propriedades, por exemplo, e os bens imateriais como imagens, cultura, símbolos etc., são valores patrimoniais. O patrimônio, de certo modo, como nos lembra Gonçalves (2009), constrói e forma as pessoas. Contudo, o território, como forma e referência identitária de um grupo social, se aproxima do patrimônio e adquire um valor patrimonial. Assim, a interpretação do sentido de patrimônio leva em conta a base espacial conquistada, territorializada. Além disso, atribui-se a um bem o valor patrimonial ao se procurar compreender o território em sua dimensão fenomenológica e simbólica. Resumidamente, nesta análise do Sítio dos Kalunga se contemplam tanto o patrimônio edificado, o material, quanto os aspectos valorativos da vida social e cultural postos no âmbito do “patrimônio intangível”, territorializados pelos Kalunga.

De acordo com Fabre (1994), apesar de nossas sociedades se definirem como modernas, ou seja, engajadas em um processo contínuo de transformação histórica, elas são também sociedades de conservação. A febre patrimonial crescente é a forma presente desse apego com o passado. Em outras palavras, o patrimônio constitui-se uma nova base para reafirmar a identidade, conforme já dito, e a patrimonialização é um recurso para a conservação de símbolos e signos culturais. Na sociedade contemporânea, renova-se o interesse pelo patrimônio cultural, face às atuais discussões sobre as identidades e alteridades no mundo globalizado.

⁴ Patrimônio cultural é uma noção para além da questão do que é “nacional”: o reconhecimento dos direitos culturais ao acesso à cultura e à liberdade de criar, como também o reconhecimento de que produzir e consumir cultura contribuem para a ampliação do conceito de cidadania.

Segundo Marques (2010), práticas de preservação histórica são vistas como uma forma de se preservar qualquer objeto cultural que se encontre em um processo inexorável de destruição, no qual valores, instituições e objetos associados a uma cultura, a uma tradição, a uma identidade ou à memória de um grupo tendem a se perder. O fato é que, como sugere Handler (1984; 1988 *apud* GONÇALVES, 1996), os processos de invenção de culturas e tradições são fruto de uma objetivação cultural, o que para Whorf (1978 *apud* GONÇALVES, 1996) “refere-se à tendência da lógica cultural ocidental a imaginar fenômenos não materiais (como o tempo) como se fosse algo concreto, objetos físicos existentes”.

O patrimônio cultural convive com a concepção de contemporaneidade e seus uso e desfrute atuais estão muito vinculados ao turismo. A atual turistificação do patrimônio, tanto o cultural quanto o natural, favorece sua mercantilização. O valor que os bens culturais possuem, por um lado, é o que a sociedade por suas práticas sociais lhe atribui e, por outro lado, é o definido pelos interesses da lógica do mercado. O turismo, nesse processo, reinventa o patrimônio cultural, como tem ocorrido com os Kalunga.

Há um súbito e crescente interesse pelos bens culturais, pelos saberes, pelos grupos étnicos, o que pode explicar o fato de o sítio Kalunga ter se transformado em um dos atrativos turísticos mais visitados no Estado de Goiás, em especial pela população do Distrito Federal. Ao adentrarem-se no Sítio, os visitantes procuram as cachoeiras e alguns se interessam pelos conhecimentos sobre o Cerrado, os saberes dos Kalunga. Com olhares curiosos, observam o agrupamento de casas sem arruamentos, as “casas kalungas” construídas pelo governo, portando placas indicativas de serem protótipos desse povo, as mulheres e crianças adornadas com *rastafári* e outros se aventuram mesmo a encomendar uma refeição caseira para o retorno da visita às cachoeiras.

O turismo é um fenômeno social que manifesta um crescimento constante, considerado como uma importante fonte de riqueza econômica e como oportunidade para impulsionar áreas deprimidas nos aspectos econômico e social. Por isso, ele foi introduzido no território Kalunga com o apoio do SEBRAE, parceiro da Goiás Turismo no fomento desta atividade. Os técnicos do SEBRAE encontraram em Engenho II um líder comunitário Kalunga que se interessou pela

proposta e implantou na comunidade a prática do turismo na lógica da mercantilização: acessos controlados e pagos, visita guiada para as cachoeiras por um kalunga. Progressivamente, incluiu-se a oferta das refeições e hospedagem rústica possível em duas casas, sendo uma delas do próprio líder comunitário. Atualmente já são três casas. Mais recentemente, esses dois Kalunga que já têm os “restaurantes” começaram a se interessar por um empréstimo bancário para construir uma pousada, motivados por este empreendimento particular.

Esgarçam-se as relações sociais quando os interesses financeiros predominam e notam-se exclusões e inclusões sociais na comunidade de Engenho II. Há um constrangimento devido ao entendimento de que o Sítio é de todos, mas o que é cobrado para a entrada nele não é socializado entre todos os moradores da comunidade.

Apesar de o líder comunitário não estar mais diretamente envolvido no controle da entrada, mas por ser reconhecido como o mentor intelectual da institucionalização do pedágio em Engenho II, 20% do total arrecadado na cobrança do acesso àquela comunidade são destinados a ele. O fato de esse líder ter uma visibilidade externa maior, ser uma liderança local, um interlocutor quase obrigatório quando o assunto é Kalunga no Estado de Goiás faz com que ele seja uma referência a ser buscada por todos que chegam à Comunidade do Engenho II. Acordos sobre refeições e possível hospedagem normalmente são feitos com ele. Diante disso, o projeto do coletivo se compromete com famílias que ganham poder econômico e político. Engenho II já apresenta suas fissuras sociais, o que não impede de, aos poucos, as demais comunidades, mesmo desconhecendo a existência de seus potenciais produtos turísticos, aspirarem que o turismo também seja nelas implantado. É o caso, por exemplo, da Comunidade Ema, com entabulações avançadas com o Centro de Excelência de Turismo – CET da UnB, para a construção da “Casa de tia Lió” – Tia Lió, figura emblemática naquela comunidade e já falecida – espécie de memorial Kalunga.

Essa apropriação do patrimônio cultural pelo turismo é uma decisão estratégica, vinculada a um processo socioeconômico mundial que é, segundo expressão de Vallbona e Costa (2003), a turistização⁵: o turismo, enquanto se integra profundamente na economia local,

⁵ Esse termo equivale à turistificação, processo que já discuti em textos anteriores.

convertendo-se na principal atividade econômica, potencializa e revaloriza o patrimônio cultural espetacularizado para tal propósito.

À guisa de fechamento

O conjunto do Sítio do Patrimônio Histórico Cultural apresentado insere-se no que o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) denomina de referências culturais e supera a falsa dicotomia entre patrimônio material e patrimônio imaterial, tornando-os como face da mesma moeda: a do patrimônio cultural. Procurou-se aqui evitar as visões dicotomizadoras que separam o material e o espiritual, ao mesmo tempo em que se apresentou a cultura no sentido adotado por Geertz (1978, p. 58): “a cultura acumulada de padrões não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base de sua especificidade”.

Nesse texto, por diversas vezes enfatizou-se que o Sítio é, por excelência, um patrimônio cultural conferido pelos Kalunga. A cultura Kalunga inscreve-se no território e deixa marcas pela sua história e pelo seu trabalho. As marcas são os diferentes processos de apropriação, sítios potenciais de resistências, de intervenção e de tradução decorrentes das estratégias de diferenças na apropriação daquele espaço. O território é, pois, dotado de uma historicidade caracterizada pelos seus ritmos específicos.

Nota-se claramente que o campo do patrimônio apresenta-se como um espaço de conflitos e de interesses contraditórios nos quais estão presentes o Estado (Fundação Cultural Palmares, Ministérios, Municípios/“prefeituras”, autarquias - INCRA), a Sociedade civil (os Kalunga e associações não governamentais) e as instituições de pesquisa e empreendedorismo (UFG, UnB, EMBRAPA, SEBRAE). Essa presença institucional, tutelar, assistencialista com interesses que divergem até das demandas locais fortaleceu-se localmente na última década e tornou-se a diferença principal para os Kalunga do significado de viver em um território-patrimônio.

O território é, portanto, um espaço fundamentalmente multi-dimensional no qual se criam e recriam as condições de sobrevivência dos Kalunga, os valores e as práticas culturais, econômicas e sociais

que lhes são próprios e os embates institucionais. Algumas ameaças a estas condições de recriação foram brevemente apresentadas.

Duas questões foram consideradas como componentes que envolvem as identidades territoriais: o acesso à terra e o turismo. Ambos contribuem para assumir a identidade Kalunga e, ao mesmo tempo, transformá-la em um *slogan* para as conquistas e lutas pela terra e em mercadoria para atrair os visitantes. Nesse contexto, as dinâmicas que se instauram sinalizam para uma dualidade entre criar e manter os traços que exotizam a comunidade face aos olhos dos visitantes e buscar se inserir no mundo moderno. Os Kalunga podem, entretanto, optarem pela hibridização das alternativas.

Enfim, este artigo tratou de um território dotado de uma historicidade caracterizada pelos seus ritmos específicos. Ele é, assim, uma forma de apresentar as políticas e ingerências em patrimônios e culturas singulares.

Referências

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliana C. (Org.) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 83-108.

ALMEIDA, Maria Geralda. Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. In: *Ateliê Geográfico – Edição Especial*. Goiânia. v. 1, n. 9 fev/2010 p. 36-63.

ARRUTI, José Maurício A. P. O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68 do ADCT". In: *Texto para discussão: Projeto Egbé – Territórios negros (KOINONIA)*. Rio de Janeiro: Koinonia Ecumênica., 2003.

BLANCO, Yedda A. O. C.; BLANCO, Ramiro C. H. C. (s.d.). *Um Quilombo*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ivjnf/15.html>>. Acesso em: 22 de abr. 2010.

BONNEMAISON, J. CAMBREZY. *Le lien entre frontières et identités*. Géographie et Cultures, n. 20, 1992, p. 6-15.

_____. *Voyage autour du territoire*. L'espace géographique. 4, p. 249-262, 1981.

CARVALHO, Maria Celina B. *Bairros negros do Vale do Ribeira: do "Escravo" ao "Quilombo"*. Tese (Doutorado), Campinas, Unicamp, 2006.

FABRE, D. *Ethenologie et Patrimoine en Europe*. Terrain.n. 22. Les émotions, mars, 1994.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Estar lá, escrever aqui. *Diálogo*, v. 22(3). São Paulo: 1989, p. 58-63.

GIMÉNEZ, G. Território, cultura e identidades. La región sociocultural. In: BARBERO, J. M.; ROCHE, F. L.; ROBLEDO, A. (Eds.) *Cultura y Región*. Bogotá: Ces/ Universidad Nacional /Ministerio de Cultura, 2000, p. 87-132.

GOMES, F. dos S. *Histórias de Quilombolas, Mocambos e Comunidades de Senzalas*. São Paulo: Hucitec, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo S. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). *Memória e Patrimônio*. Ensaio Contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

_____. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: Quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1983.

LAUDO HISTÓRICO SOBRE A COMUNIDADE CALUNGA. Relatório Preliminar, 1998 (versão mimeografada).

LEITE, Ilka B. *Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas*. 2005. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~nuer/artigos/osquilombos.htm>>. Acesso em: 07 de junho 2010.

MARINHO, T. A. *Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFG., 2008.

MARQUES, C. E. De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico. In: *Revista de Antropologia* (USP. Impresso), v. 52. n. 1, 2009. p. 339-374.

MATA, Sérgio da. Georg Simmel em Palmares. CRONOS. *Revista de História*, v. 8. Pedro Leopoldo/MG: 2005, p. 73-103.

RÖHRIG-ASSUNÇÃO, Matthias. Quilombos Maranhenses. In: REIS, J. J.; GOMES, F. S. (Orgs.) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 433-466.

ROSA, Edna F. Comunidade quilombola Kalunga: entre o direito étnico, as políticas públicas e a legislação ambiental. In: THEODORO, Suzi; DUARTE, Laura; VIANA, João (Orgs.). *Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 55-68.

SCHWARTZ, Stuart B. Quilombos ou Mocambos. In: SILVA, M. B. N. da (Org.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.

UNESCO. *World culture report 2000*. Paris: Unesco, 2000.

VALLBONA, M. C. & COSTA, M. P. *Património Cultural*. Madrid: Editora Síntesis, 2003.

Documentos e Legislação

ABA, 1994. Documentos do Grupo de Trabalho sobre as comunidades Negras Rurais. Boletim Informativo NUER, n. 1.

BRASIL, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado.

POVO INDÍGENA DO CERRADO GOIANO: OS KARAJÁ DE ARUANÃ

Sélvia Carneiro de Lima

Pálida e suave
A tarde é uma hortências azulada
Decorando o infinito.
As árvores têm prece no doce murmúrio;
A alma inteira enlanguesce
Diante do panorama e chora o eterno do nada;
E no silêncio escuto
A harmonia arrancada do próprio coração
Sinto que nele cresce a asa mística de um cisne alvo
E desce afagando meu sonho em trio de alvorada;
E morre lento e lento o dia melancólico
Nuvens de tela azul passeiam erradias
Escondendo-se nervosas
Fugidias...
Prisioneiro do espaço,
O corpo da lenda eólica
Na imensa antena abraça a vida...
O amor... os horizontes
Velam meu coração na tristeza das coisas...

Antônio Americano do Brasil

Introdução

Na plangência lírica de “Tarde no Cerrado”, poema evocativo de Antônio Americano do Brasil (1892-1932) enfeixado no livro “Nos rosais do silêncio”, destacamos o valor do estudo do *locus* cerratense. É neste bioma, o Cerrado, que se localiza as margens do rio Araguaia, no município de Aruanã, o “Povo das Águas”, autodenominados Iny e conhecido nacionalmente como Karajá.

Propõe-se na discussão deste artigo rememorar as raízes das atuais configurações dos territórios indígenas do povo Karajá de Aruanã-GO e as sucessivas situações de disputa que envolvem estes territórios. Apresentar-se-á, no primeiro momento, um olhar distanciado no tempo e no espaço das disputas pelos Territórios Indígenas no Brasil. Para isso, parte-se do pressuposto de que os “Estudos sobre uma sociedade indígena não podem se fazer sem que se compreenda o processo situacional mais abrangente, seja ele econômico, social e simbólico” (MATOS, 2000, p. 10).

É neste viés que se propõe a compreensão das condições socioespaciais e territoriais dos Karajá dentro do contexto histórico e espacial alicerçados nas decisões políticas e econômicas das escalas nacional e internacional que marcaram o século XX.

Para tanto, entende-se que a atual configuração dos Territórios Indígenas teve início num período histórico marcado pela dominação europeia em vários continentes. É nesse recuo temporal que se centra a busca da gênese das situações atuais de disputa pelos territórios dos Karajá de Aruanã.

Antes do Cerrado: a Terra *Brasilis* em disputa

Há 500 anos, segundo estimativas, havia nas Américas uma população calculada entre 80 e 100 milhões de pessoas, um quarto da população mundial da época, que era de cerca de 400 milhões de habitantes (TODOROV, 1993). Apesar disso, as terras batizadas pela Europa de “Novo Mundo” foram divididas como se fossem um território vazio. A resistência imposta por parte dos “nativos” era respondida com a “guerra justa” e o genocídio.

Nesse cenário, o etnocídio e a sujeição se instauravam como sistema de “integração” dos indígenas à civilização (ARRUDA, 2000); assim, dá-se o início da construção da sociedade brasileira numa disputa desigual entre os habitantes já existentes e aqueles que se sentiam donos por terem “descoberto” um território de “ninguém”.

As estimativas das populações indígenas no Brasil na época da conquista oscilam entre dois a oito milhões de habitantes, com cerca de mil etnias diferenciadas. Hoje, no Brasil, de acordo com a FUNAI (2009) vivem cerca de 460 mil índios aldeados, distribuídos entre 225 povos indígenas, falantes de 180 línguas diferentes.

Há estimativas de que, além destes povos, há entre 100 e 190 mil indígenas desaldeados. A FUNAI aponta ainda a existência de 63 referências de índios ainda não contatados.

Com base nestes números, Arruda (2000) afirma que:

De qualquer forma, tremenda disparidade entre o montante populacional do momento de ocupação européia da América e a atualidade, promovida ao longo do processo histórico de ocupação do continente através da disseminação de doenças e apropriação de territórios e submissão genocida e etnocida das populações originais, alimentou-se até a década de 1970 a crença no desaparecimento irresistível desses povos (ARRUDA, 2000, p. 59).

Arruda (2000) considera que no século XVI foram exterminados 70 milhões de indivíduos da população pré-colombiana. No entanto, ao contrário da tese da extinção dos indígenas ou numa perspectiva mais otimista da assimilação à sociedade nacional, o autor considera que nas últimas décadas houve um crescimento demográfico ascendente com números maiores do que os da população nacional – em torno de 4% contra 1,6% da população brasileira, além dos movimentos caracterizados como “o retorno à etnia”, como é o caso do ressurgimento étnico no Nordeste brasileiro. Deste modo, os indígenas estão assumindo sua identidade étnica sempre que condições políticas mais favoráveis se configuram.

Apesar das pressões de cunho material e ideológico, as marcas deixadas não anularam “a especificidade histórica e sociocultural de povos tidos até então como ‘deculturados’, vítimas irreversíveis de um etnocídio que pensava absoluto” (ARRUDA, 2000, p. 60).

O quadro 1 apresenta os dados da população indígena no Brasil. De acordo com as informações elencadas, apenas dez (10) etnias, dentre as contatadas, possuem mais de 5.000 indivíduos, sendo o predomínio dos grupos indígenas com população de até 200 indivíduos.

Do total dessa população indígena indicada no Quadro 1, cerca de 60% vivem na região da Amazônia legal e os outros 40% localizam-se nas regiões Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Sudeste que apresenta o menor quantitativo demográfico, em torno de 2% (ARRUDA, 2006).

Quadro 1 - População indígena no Brasil.

Povos (n°)	População (n° indivíduos)	Etnias
71	Até 200	-
40	201 a 500	-
27	501 a 1.000	-
44	1.000 a 5.000	-
04	5.000 a 10.000	Sateré-Mawé, Potiguara, Xavante e Yanomami
04	10.000 e 20.000	Guajajara, Kaingang, Terena e Makuxi
02	20.000 a 30.000	Ticuna e Guarani

Fonte: Arruda, 2006. Elaboração: Lima, 2009.

De acordo com o linguista Aryon Dall'Igna Rodrigues (1986) havia no Brasil pré-colombiano cerca de 1.300 línguas indígenas, das quais 85% já não existem mais. Ainda assim, a diversidade linguística que caracteriza o Brasil indígena soma 3% das 6.000 línguas existentes no planeta.

Se há por parte da sociedade nacional um desconhecimento da situação atual dos povos indígenas, o que conota uma situação de exclusão dos indígenas da vida cotidiana como atores políticos, por outro lado há situações de muita visibilidade quando o assunto circula no âmbito das Terras Indígenas, do território.

Atualmente, há no Brasil 488 Terras Indígenas – compõem esta contagem todas as terras cujos processos de demarcação estão minimamente na fase de delimitação – que somam 105.673.003 ha, perfazendo 12,41% do total do território brasileiro. Há outras 123 terras ainda por serem identificadas, não sendo suas possíveis superfícies

somadas ao total indicado. A situação jurídica das Terras Indígenas está indicada no Quadro 2.

Quadro 2 - Situação jurídica das Terras Indígenas no Brasil, 2009.

Situação	Nº TIs	Percentual	Em revisão
Em Identificação	123	-	0
Delimitada	33	1,66	1.751.576
Declarada	30	7,67	8.101.306
Homologada	27	3,40	3.599.921
Regularizada	398	87,27	92.219.200
Total	611	100	105.672.003

Fonte: FUNAI, 2009. Elaboração: Lima, 2009.

Para Arruda (2000), de fato as condições práticas para o reconhecimento das Terras Indígenas nunca existiram no país.

O reconhecimento total das terras indígenas nunca existiu, já que os planos de desenvolvimento do governo federal e dos poderes regionais sempre se sobrepuseram aos interesses e direitos indígenas. Da mesma forma, ‘a iniciativa privada sempre encontrou canais de pressão e influência suficientes que permitiram ignorar esses direitos (ARRUDA, 2000, p. 61).

Neste viés, ao se compreender o território como *locus* de poder é de se apreender que a situação jurídica das TIs não garante, *a priori*, a tranquilidade plena do desenvolvimento da vida indígena, ou seja, os recursos naturais que aí existem coadunam com diversos interesses econômicos promovendo continuamente uma situação de luta pelo território mesmo que este já se encontre amparado juridicamente.

O interesse dos não índios pelos territórios indígenas e suas riquezas vêm desde a situação inicial do contato europeu. No processo de reconhecimento e domínio do território que se constituiria no Brasil, as figuras mais emblemáticas dessa conquista foram os denominados “bandeirantes”, abordados muitas vezes pela historiografia como figuras heroicas da história de dominação e povoamento do interior brasileiro.

Bandeiras e mineração: o início do desmantelamento dos territórios e dos povos indígenas em Goiás

Desde o século XVI há relatos da presença dos Karajá na linha do Araguaia. Os dados históricos consideram que a situação de contato entre índios e não índios foram intensificadas no século XVIII, momento em que diversas aldeias foram invadidas por bandeirantes paulistas que percorriam a região do vale do Araguaia.

[...] foram encontrados pela civilização, representada, primeiro, pelo bandeirante e, mais tarde, pelos mineradores de ouro, traficantes, militares e missionários que se haviam estabelecido nas nascentes do Araguaia e procuravam uma saída para o oceano (RIBEIRO, 1996, p. 91).

Nesse processo, houve muitos conflitos gerados pelo aprisionamento de indígenas para o trabalho escravo, além do processo de dizimação dessa população. As bandeiras tinham um caráter oficial de organização militar e eram destinadas a explorar o interior em busca de riquezas minerais. Havia outras que eram organizadas por empresas comerciais de particulares para capturar indígenas.

No geral, essas bandeiras possuíam um caráter integracionista garantindo o território à Coroa Portuguesa. A procura por minérios, principalmente ouro, e por índios para mão de obra escrava foi a mola propulsora que permitiu aos bandeirantes e aos mineradores iniciarem a saga do desmantelamento da organização espacial dos indígenas que viviam neste território.

Historiadores como Americano do Brasil, Zoroastro Artiaga e Amália Hermano Teixeira deixaram escritos importantes relatos que elucidam este momento histórico da ocupação dos bandeirantes na região então inóspita da Ilha do Bananal. Também a pesquisadora Dulce Madalena Rios Pedroso estudou os índios goianos em seu trabalho de Mestrado na UFG no ano de 1992, destacando os aspectos históricos de ocupação dos Karajá na região desde o século XVIII.

Em nível nacional, o primeiro escritor brasileiro a divulgar o Araguaia foi Hermano Ribeiro da Silva no livro “Nos sertões do Araguaia” com um subtítulo curioso: “Narrativas da expedição às glebas Bárbaras do Brasil Central”. Também tratou do tema José Mauro de

Vasconcelos (1920-1984), em suas obras que destacam a região do Araguaia e de Aruanã, como “O garanhão das praias”, “Arara vermelha”, “Araraia de fogo”, “As confissões de Frei Abóbora”, “Farinha Órfã”, “Vazante” e principalmente a última, denominada “Kuryala, capitão e Karajá”, recorrentemente citada durante as narrativas do atual cacique Karajá, em Aruanã, como o livro que melhor retrata a história Karajá no vale do Araguaia.

Desde meados do século XVI, os Territórios Indígenas foram invadidos tendo como precursor das ações a Coroa Portuguesa, cuja política consistia em conquistar o interior do Brasil e suas riquezas.

Desta maneira, os presídios militares, os aldeamentos, as missões religiosas foram as ações concretas na conquista do território. Os episódios que se seguiram neste processo de dominação e controle tiveram como base ora a atração dos indígenas numa suposta conquista pacífica, ora a dizimação.

A ocupação branca do Centro-Oeste e a consequente redução do indígena são processos que existem em torno de quatro séculos e ainda não se podem considerar estabelecidos em vista dos constantes conflitos de terra entre indígenas e posseiros. Tais conflitos continuam presentes nos tempos atuais. Há de se considerar também que mesmo antes de 1722, época em que Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) veio para fixar-se em território goiano, várias bandeiras e mesmo grupos menores vagavam pelo interior à procura de ouro e de índios para escravizar (ATAÍDES, 2006, p. 58).

Somente a partir de 1722 com Bartolomeu Bueno da Silva é que Goiás recebe a primeira bandeira com a intenção de fixar-se no local. Ele escolheu a cabeceira do Rio Vermelho, onde hoje se localiza a cidade de Goiás local em que descobriu ouro.

Ataídes (2006) considera que a primeira bandeira a chegar ao interior de Goiás partiu de São Paulo e foi constituída por um grupo de paulistas (Antônio Macedo e Domingos Luís Grou – 1590/1593) que passaram “pelo Rio São Francisco, em Minas Gerais, até chegar ao sertão do Parauapava, hoje Rio Araguaia, onde aprisionaram índios.”

Essa transformação do indígena em escravo, nesse contexto de dominação, era imprescindível pois “o conhecimento do território e a adaptabilidade ao meio favoreciam todo o processo. O índio era caça-

dor, coletor, pescador, guia, guerreiro e, acima de tudo, importantíssimo no transporte da carga” (ATAÍDES, 2006, p. 57).

As bandeiras penetravam também no território goiano pelo norte, por intermédio do Rio Tocantins e tinham por objetivo transferir o índio de seu meio para aldeamentos organizados pelos religiosos, podendo, ali, transformá-lo em “cristão civilizado”.

Nessa política de desbravar o interior do Brasil levada a cabo pelas figuras de “aventureiros”, sobretudo de São Paulo, “longe de representar um instrumento de fixação no território goiano, constituíam, na realidade, possibilidades de extração de pedras preciosas e de captura do índio” (ATAÍDES, 2006, p. 59).

O povoamento feito por não índios só ocorreu de fato com a atividade mineradora quando surgiram diversos agrupamentos auríferos que apresentavam caráter instável e irregular.

Em todo o território goiano o descobrimento de ouro fez surgir núcleos de povoamento e nos primeiros anos da mineração em Goiás quase todo o território foi explorado pelas bandeiras à procura de novas descobertas.

Da atividade mineradora originaram-se inúmeros municípios no território goiano. No Sul, entre 1727 e 1732, surgiram Anta, Ferreiro, Ouro Fino, Barra, Vila Boa, Bonfim, Água Quente, Santa Cruz e Meia Ponte, e no Norte, entre 1730 e 1740, originaram Traíras, São José do Alto Tocantins, Cachoeira, Crixás, Natividade, São Félix, Pontal, Arraias, Cavalcante, Papuan (Pilar), Santa Luzia, Carmo e Cocal (ROCHA, 1998).

Essa quantidade de povoados oriundos da mineração demonstra como os territórios indígenas foram revolvidos. Nesse cenário, os conflitos se instalaram entre os bandeirantes, os mineradores e os povos indígenas. No entanto, a mineração constituiu-se uma atividade passageira, durou em torno de 50 anos, ocorrendo gradativamente a transição para uma sociedade pastoril.

Quando a produção de minérios entrou em decadência, reduziu-se consideravelmente a população mineira – muitos migraram para outras regiões e os que permaneceram na capitania de Goiás buscaram como alternativa econômica a exploração agropastoril. Esta atividade demandava maiores extensões de terra e empreendimentos governamentais (ESTEVAM, 1998).

As frentes agropastoris estabeleceram-se em territórios de vários grupos indígenas e era de interesse do colonizador que os índios franqueassem suas terras para fins de colonização, tornando-se, desta maneira, elementos povoadores dentro dos padrões culturais de seus conquistadores. Surgiram desse novo ciclo outros arraiais que se transformaram em cidades como Rio Verde das Abóboras, Jataí, Pouso Alto, Curalinho, Bananeiras, Goiabeiras, Catingueiro Grande, Campininha das Flores, hoje de nomes transmutados para Rio Verde, Jataí, Piracanjuba, Itaberaí, Goiatuba, Inhumas, Itauçu e Campinas (bairro de Goiânia).

No final do século XVIII, o governo da capitania de Goiás incentivou a navegação pelos rios Araguaia e Tocantins com o objetivo de dinamizar a economia praticamente estagnada, conforme estudou a pesquisadora Dalísia Dolles em seu trabalho “As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX”, defendido em 1973.

A prisão indígena: aldeamentos e presídios militares

O período da mineração em Goiás foi constituído por muitos conflitos entre índios e não índios. Uma das soluções encontradas para dominar os indígenas foi a política dos aldeamentos, que consistia em reuni-los em povoações fixas, administrada por uma autoridade leiga ou religiosa onde eram submetidos à aprendizagem da língua portuguesa e do catolicismo. Os indígenas eram obrigados a trabalhar nas plantações agrícolas vivendo como escravos.

Para Mares Filho (1994) a política dos aldeamentos tinha por objetivo o domínio do território, a escravidão e a integração cultural do indígena à sociedade portuguesa.

O início do processo de aldeamento, mesmo que prevendo áreas consideráveis para o sustento das comunidades, já visava à atração ao confinamento dos índios e à apropriação (confisco) das suas terras “no sertão”, então por eles “abandonadas”. Por meio do confinamento (aldeamentos, reduções etc.), têm início as políticas e ações forjando os índios a uma integração não desejada, nem planejada e de efeitos destrutivos (MARES FILHO, 1994, p. 156).

Loiola (2007) afirma que desde o século XVI os europeus já possuíam o objetivo de consolidar a invasão do território conhecido atualmente como América fato demonstrado pelos inúmeros aldeamentos estabelecidos nos séculos XVIII e XIX na Capitania de Goiás (Quadro 3).

Quadro 3 - Aldeamentos na capitania e província de Goiás – Séculos XVIII e XIX.¹

Ano	Aldeamento	Duração	Tipo de Direção	Índios	Etnia Inicial	Etnia Posterior
1755	São José de Mossâmedes	Até o Séc. XIX	Diretor, conforme normas do Diretório / 1775	8.000	Akroá	Karajá, Javaé, Karijo, Naudoz, Kayapó, Xavante, Xakriabá
Entre 1755 e 1775	Estiva	-	-	-	Sem dados	Xavante, Karajá, Canoeiro
1775	Nova Beira	5 anos	Jesuítas	800	Javaé, Karajá	Xambioá
1784	Carretão de Pedro III	-	-	-	Xavante	Xerente, Kayapó, Karajá, Javaé
1788	Salinas ou Boa Vista	-	-	-	Xavante	Karajá, Javaé, Xerente
1845	São Joaquim do Janimbu	-	-	-	Karajá	Xavante, Canoeiro, Xerente
1859	Santa Maria	-	-	-	Karajá e Kayapó	-
1863	São José Araguaia	-	-	-	Xavante, Karajá	Javaé, Xerente

Fonte: Apolinário (2006), Moura (2006), Moraes & Rocha (2001), Rocha (1998), Pedroso (1994), Chaim, (1983). Elaborado: Loiola, 2007. Adaptado: Lima, 2009.

Em cada aldeamento eram aglutinadas várias etnias, como mostra o quadro 3. Rocha (1998) considera que essa política impunha a

¹ De acordo com as fontes pesquisadas na composição do Quadro 3 existiram ao todo 21 aldeamentos neste período. Optou-se por citar apenas os aldeamentos onde houve a presença do povo Karajá.

transformação dos hábitos cotidianos mediante nova disciplina no trabalho e o incentivo à agricultura.

No mais antigo aldeamento indígena goiano, berço da cidade de Mossâmedes, nas cercanias da Serra Dourada, concentrou-se o trabalho de Damiana da Cunha (1779-1831), índia da etnia Kaiapó, criada pelo governador Luiz da Cunha Menezes, que realizou ali diversos contatos entre brancos e índios ainda no século XVIII, assim descrita pela escritora Célia Coutinho Seixo de Britto (1974): “Soberana que unira seu destino ao do homem branco, mas que, ante a iminência do perigo de sua gente, se punha nua, pintava o corpo e se embrenhava pela floresta com os seus e pelos seus”.

Os ritmos fixos do plantio e da colheita forçavam os indígenas a se adaptarem a diferente padrão cultural. O autor aponta, ainda, o papel importante dos religiosos para integrar os indígenas e desenvolver núcleos de povoamento nas áreas do interior do Brasil.

A organização de aldeamentos com o objetivo de transformá-los em povoação constituía traço característico da atuação dos capuchinhos em Goiás. Este era um processo muito eficaz para trazer os índios à civilização e consistia em atrair, para junto dos aldeamentos, a população branca dispersa pelas margens dos rios que aí se estabelecia como componentes das frentes de expansão que atingiam a região, notadamente a pecuária (ROCHA, 1998 p. 96).

Manoela Carneiro analisa as situações de extermínio e dizimação que marcaram essa política indigenista no Brasil:

Os aldeamentos religiosos ou civis jamais conseguiram se auto-reproduzir biologicamente. Reproduziam-se, isso sim, predatoriamente, na medida em que índios das aldeias eram compulsoriamente alistados nas tropas de resgate para descer dos sertões novas levas de índios, que continuamente vinham preencher as lacunas deixadas por seus predecessores”. Mas não foram só os microorganismos os responsáveis pela catástrofe demográfica da América. O exacerbamento da guerra indígena provocado pela sede de escravos, as guerras de conquista e de apresamento em que os índios de aldeia eram alistados contra os índios ditos hostis, as grandes fomes que tradicionalmente acompanhavam as guerras, a desestruturação social, a fuga para novas regiões das quais se desconheciam os recursos ou

se tinha de enfrentar os habitantes (vide, por exemplo, Franchetto e Wright), a exploração do trabalho indígena, tudo isto pesou decisivamente na dizimação dos índios (CARNEIRO DA CUNHA, 1992).

Outro objetivo era o uso de mão de obra para a navegação, uma vez que índios como os Karajá conheciam bem o Rio Araguaia e eram bons remeiros (ROCHA, 1998). No entanto, essa política dos aldeamentos encontrou muita resistência principalmente por parte dos índios Xavante e Caiapó.

Aliado a essa política de tornar o índio civilizado, por meio da catequese, foram criados diversos presídios militares às margens dos rios para proteger o comércio, a navegação e combater os indígenas. Durante todo o século XVIII houve inúmeros ataques aos presídios e aos aldeamentos na província de Goiás. Os povos indígenas mais temidos eram os Akroá, os Kayapó, os Avá-Canoeiro e os Xavante.

Neste período, “os Javaé e Karajá constituíam exceção, pois de índole pacífica inicialmente, em consequência dos sucessivos ataques e traições do colonizador em sua marcha de penetração pela região foram tornando-se hostis” (CHAIM, 1983, p. 62), até que o acordo de paz foi feito entre os caciques Karajá e Javaé e o governo em 1775.

Nos entrechoques havidos entre colonizador e índio, a importância da paz, uma vez conseguida, reveste-se de um duplo significado, não só pelo cessamento das hostilidades, como também pela solução do problema de elemento humano auxiliar na colonização (CHAIM, 1983, p. 63).

Deste modo, o Araguaia no século XIX passa a ser disputado não somente pelo seu valor mitológico, mas pelo valor como via de acesso para o interior do Brasil. Assim, os primeiros contatos dos Karajá em seus territórios tradicionais com os não índios aconteceram numa sucessão de interesses do poder central e de não índios interessados nas riquezas e no próprio território.

A luta Karajá pela sobrevivência ligada à permanência em seu território é compreendida dentro do processo histórico em que o rio Araguaia e seus afluentes constituem-se para eles o meio de transporte, de comunicação, de lazer, de alimentação e da origem deste povo no mundo.

O Araguaia, neste cenário, assume, do ponto de vista da dominação colonial do sertão no Brasil, uma função importante, a de via de transporte e de comunicação entre o litoral brasileiro, principalmente São Paulo, e o Cerrado, promissor de minérios e índios para aumentar o número de escravos.

[...] A navegação pelo Araguaia assumira importância capital para aquela população que se via na contingência de transportar de São Paulo, em lombo de burro, o sal, ferramentas e tudo o mais de que carecia, através de milhares de quilômetros de sertões desertos. [...] Uma fonte permanente de conflitos eram os esforços para aliciar índios como remeiros para o transporte de mercadorias, colaboração que os traficantes não podiam dispensar, já que somente os índios conheciam o rio e constituía a única fonte de mão de obra na região (RIBEIRO, 1996, p. 91).

Em função disso, a relação dos não índios com os Karajá manteve-se sempre conflituosa e a luta contra os predadores de escravos dava-se sem tréguas. Com o interesse de navegar pacificamente o Araguaia, foram envidados esforços para se manter uma relação mais tranquila com os Karajá; porém, os resultados não satisfatórios levaram à permanência das guarnições militares na região.

Durante o século XIX as relações na região mantiveram-se em conflito e os Karajá atacavam constantemente as guarnições e povoados culminando com a criação das chamadas colônias, com objetivo de reuni-los e “amansá-los”.

Já na segunda metade do século XX, o Araguaia passa por um “surto de progresso” graças ao general Couto de Magalhães (1837-1898), autor de “Viagem ao Rio Araguaia – Goyaz 1863” e “O selvagem”, obra em que se refere aos indígenas. Este Presidente de Província, tanto de Goiás como de Mato Grosso – ocasião em que, ao lado de Augusto de Leverger estudou as condições geográficas do Pantanal –, ainda no século XIX “procurou resolver o problema fundamental da Província, criando uma empresa oficial de navegação a vapor, destinada a garantir a comunicação [...] com o Pará, ligando o centro do país a um porto marítimo” (RIBEIRO, 1996, p. 92).

Deste momento em diante, os Karajá experimentaram anos de contato intenso com os não índios, contato que, pela primeira vez, se assentava em bases permanentes por todo o seu território. Vislum-

braram no vale do Araguaia o aparecimento de “guarnições militares, diversos núcleos de comércio ativo e até colégio criado especialmente para seus filhos” (op. cit. p. 92).

Após vinte anos desse “desenvolvimento” os vapores faliram, a empresa extinguiu-se, os comerciantes faliram e a escola foi fechada. Os Karajá retornam à vida antiga nas praias do Araguaia. “[...] Porém, algumas aquisições da civilização já provocaram profundas mudanças em sua vida, como o hábito de tomar cachaça e a contingência de sofrer doenças antes desconhecidas” (op. cit., p. 92).

Os presídios militares em Goiás eram tanto um estabelecimento penal militar como de colônia agrícola, onde se formava um pequeno povoado com casas, comércio, escola etc. De acordo com Rocha (1998), os presídios seriam pontos militares destinados à proteção e suporte da navegação dos rios Araguaia e Tocantins e, também, serviam para atrair a população não indígena para as margens desses rios, além do espaço destinado à catequese dos índios.

Como política pública para “dominar” o sertão foram construídos na Província de Goiás vários presídios militares, dos quais o de Leopoldina foi um dos mais exitosos do ponto de vista dos objetivos coloniais, culminando com o desenvolvimento da cidade de Aruanã, como mostra o Quadro 4.

Quadro 4 - Presídios militares no vale do Rio Araguaia, séc. XIX.

Fundação/ Extinção	Presídio	Etnias		Cidade Atual
		Apoio	Resistência	
1850	Santa Izabel	-	-	Extinto
1850-1879	Leopoldina	-	Karajá	Cidade Aruanã
1852-1853	Januária	Xerente	-	-
1858	Santa Maria	Apinajé	Karajá; Karajá; Gradahu (Kaiapó)	-
1857-1859	Monte Alegre ²	-	-	-
1864	Jurupensen	-	-	-
1866	São José dos Martírios	-	-	-

Fonte: Rocha, 1998. Elaboração: Lima, 2009.

² O presídio de Monte Alegre corresponde ao antigo presídio de São Januário (1849) que foi transferido para essa região em 1857.

Os presídios evidenciados nesse quadro foram estabelecidos no século XIX e neles trabalhavam militares que representavam o braço do Governo Imperial, usados no processo de controle e domínio do território. Essa disputa gerou inúmeros conflitos entre os Karajá e a população não indígena do presídio de Leopoldina, como evidencia Rocha (1998):

[...] estabeleceu-se uma relação de dominação, em que o uso da força dos destacamentos foi a melhor e mais fácil solução para remover os índios, tidos como obstáculos ao progresso da navegação e ao estabelecimento das populações em vastas áreas do interior de Goiás (ROCHA, 1998, p. 81).

Três séculos após essa política, a ideologia colonial parece perdurar entre os não indígenas no que tange à relação de disputa por território.

As ações mencionadas até o momento – como as bandeiras de apresamento, os aldeamentos e os presídios militares, que caracterizaram as políticas adotadas na Província de Goiás para despovoar os territórios indígenas e povoá-los de não indígenas – revelam o movimento de expansão marcado por uma ideologia eurocêntrica de dominação. Essa ideologia ainda tem raiz e aparece nas narrativas dos não índios em Aruanã em pleno século XXI, proclamado como o tempo da inserção social e da inclusão de minorias.

Neste movimento histórico, outras maneiras de dominação do sertão brasileiro e de desmonte dos povos indígenas foram se sucedendo nas políticas adotadas para povoar o território, neste caso, a Província de Goiás.

Aruanã: o surgimento dos territórios sobrepostos

Para Barbosa, Teixeira e Gomes (2005, p. 49), “O território goiano-tocantinense atual foi regionalmente constituído sobre os antigos territórios dos povos e tribos indígenas que aqui viviam antes da chegada dos colonizadores”. Com essa declaração, os autores iniciam a discussão sobre a formação territorial dos estados constituídos hoje por Goiás e Tocantins.

No período anterior à chegada dos bandeirantes, já havia aqui uma divisão do território estabelecida pelos inúmeros povos indígenas que cá existiam. Eram divisões estabelecidas por áreas de influência e de sobrevivência que se faziam “por comodidade, ou por inteligência mesmo, sem grandes conflitos intertribais” (op. cit., p. 49).

É neste cenário já povoado que tem início, sobre o território tradicional dos índios Karajá, o presídio militar de Santa Leopoldina – na margem direita do rio Araguaia, confluência com o rio Vermelho – que evoluiu para condição de povoado e deu origem ao município de Aruanã. Segundo o “Almanach da Província de Goyaz”, de Antônio José da Costa Brandão, datado de 1886, pela Lei Provincial de 2 de agosto de 1875 foi Santa Leopoldina elevado à ‘Condição de Freguezia da Paróquia de Nossa Senhora de Santana da Cidade de Goiás’.

De acordo com Rocha (1998), um dos principais objetivos da criação deste presídio foi o de povoar a região, dar suporte às navegações e combater os indígenas. É importante esclarecer que, embora sua construção tenha ocorrido no século XIX, Toral (1992) e Lima Filho (2006) consideram que o contato entre os Karajá e os Tori já ocorriam desde o século XVI, como mencionado anteriormente, em função da facilidade de navegação no rio Araguaia.

Os autores afirmam ainda que a presença destes indígenas no vale do Araguaia é muito antiga, de modo que a história que se desenvolveu neste território durante toda a expansão colonial está entrelaçada à vida Karajá.

A presença do grupo Karajá na região do Rio Araguaia, onde primeiro se localizou o presídio de Santa Leopoldina e depois a cidade de Aruanã, remonta a tempos imemoriais. A história da cidade é ligada à história dos Karajá, como a fundação do presídio Santa Leopoldina (1850), do Colégio Santa Isabel (1871), à navegação fomentada pelo general Couto de Magalhães (1868), à mudança do nome da cidade (1943), à emancipação do município (1959) e à incrementação do turismo, principalmente a partir da década de 1950 (LIMA FILHO, 2006, p. 148).

No século XIX, como já destacado, as atividades urbanas e pecuárias foram gradativamente transformando o território até então notadamente indígena. Com a intensificação dessas atividades não indígenas, algumas famílias Karajá resistiram e enfrentaram o contato

decidindo permanecer em seu território tradicional e adotando a política da “boa convivência”, segundo relatos.

Tal acontecimento se deu porque em toda a Província, onde hoje se localiza Goiás, houve conflitos pelo domínio dos territórios já povoados pelos indígenas. Dito de outra maneira: “Numa relação desigual de forças, o índio não teve como impedir que, sobre o seu território, se instalasse outro – o território institucional da Capitania de Goiás” (BARBOSA; TEIXEIRA; GOMES, 2005, p. 49).

Nessa relação, os Karajá foram estabelecendo maneiras de sobreviver física e culturalmente em uma sociedade cuja lógica é diferente da sua. A compreensão atual das configurações territoriais e culturais que traz as características da hibridez peculiares ao mundo globalizado foi construída ao longo dos séculos nas relações de dominação estabelecidas sobre os territórios e os povos indígenas.

O Presídio Militar de Leopoldina surge, então, sobre o território Karajá como uma das ações das políticas de povoamento do interior do Brasil. Por determinação da Lei Imperial de 29 de janeiro de 1849 é autorizada sua construção no 2º Império, época que D. Pedro II era imperador do Brasil. Em 1850, surge o povoado de Leopoldina que em 1943 tem seu nome modificado para Aruanã, passando em 1958 à condição de município, o que literalmente aparece descrito nas obras de Eduardo Guedes de Amorim, Célia Coutinho Seixo de Britto, José Mauro de Vasconcelos, Hermano Ribeiro da Silva e Jorge Cornélio Brom, além de Leolídio Di Ramos Caiado.

A modernização do território goiano

No século XX, uma das ações mais importantes empreendidas para expansão da fronteira em direção ao Planalto Central foi a modernização do território goiano e da agricultura que resultou na apropriação pelo capital de extensas áreas do Cerrado e transformou o campo em vastas áreas de monocultura, desenraizando muitas famílias que expropriadas da terra migraram-se para as cidades.

Os aspectos naturais e socioculturais do Cerrado goiano alteraram-se significativamente a partir da década de 1930, em função de mudanças ocorridas no quadro econômico e político brasileiro. Daí,

acentuou-se o nível das transformações no Cerrado com a intensificação da modernização do território e da agricultura na década de 1970.

As políticas públicas voltadas para a ampliação da fronteira agrícola, para a expansão do povoamento na parte central brasileira e para o desenvolvimento tecnológico foram os principais marcos de transformação socioespacial da área Core do Brasil.

Foi o desenvolvimento das pesquisas da EMBRAPA que possibilitou a correção dos solos ácidos do Cerrado e a entrada e permanência das monoculturas como a soja, o milho, o feijão, o algodão e, mais recentemente, a cana-de-açúcar.

Ainda, a topografia plana e o clima juntamente com o interesse estrangeiro e o financiamento público destinado ao planejamento e construção de cidades, bem como a abertura de caminhos (TEIXEIRA, 2001) articularam, de maneira contundente, este território ao mercado internacional, inserindo o Cerrado na economia global. Nessa dinâmica, a produção de grãos ganha vulto juntamente com a pecuária como os principais produtos de destaque regional, bem como a mineração e a silvicultura.

No mundo da monocultura todo o potencial hídrico existente no Cerrado é muito importante e passa a ser capitalizado, devastado e apropriado para os mais diversos usos, como as irrigações, o abastecimento de reservatórios e a geração de energia, como o caso da construção das usinas de Cana Brava e Serra da Mesa no Norte goiano.

Essa lógica de dominação capitalista alcança aqueles que vivem no e do campo de maneiras diferenciadas. O Norte e o Sul de Goiás incluem-se neste modelo de desenvolvimento desigual e combinado que vigora no mundo impetrado pelo capitalismo.

Mais uma vez, os indígenas de Goiás são alcançados e seus territórios transformados. Enquanto o sul do estado experimentou um desenvolvimento do complexo agroindustrial nas últimas décadas, no norte a atividade pecuária se destaca como a mais intensa e historicamente perpetua a frente de expansão sobre o Cerrado indígena. Eis a ideologia da dominação novamente em ação sobre os territórios daqueles já possuíam organização própria.

De tal modo, a ocupação do Cerrado e o estrangulamento dos territórios dos povos indígenas e de outras populações tradicionais, como os Cerradeiros, Vazanteiros e Geraizeiros (ALMEIDA, 2005), se deram financiados pelo poder público cujo intuito principal era o

de colocar o Planalto Central no circuito internacional da produção agropecuária. É o que afirma a autora:

[...] a ideologia da Marcha para o Oeste estimulou a ocupar os sertões e a fazer coincidir a fronteira política com a fronteira econômica. Em Goiás, a política de integração pode ser reconhecida, [...] na construção de Goiânia no prolongamento da Estrada de Ferro na década de 1930 [...] e na implantação de uma rede viária. Isso estava em consonância com o Plano de Metas (1956), que teve como objetivo espacial a construção de Brasília, associada à implantação da rodovia Belém-Brasília e ao propósito de interiorização do capital (ALMEIDA, 2005, p. 340).

Percebe-se que a destruição do Cerrado gerada pela implantação das atividades econômicas, anteriormente mencionadas é um modelo adotado pelo Estado para dominar as extensas áreas de Cerrado no Brasil, articulando, desta maneira, o Planalto Central Brasileiro à dinâmica econômica internacional por meio da atividade agropecuária.

Diante do modelo de desenvolvimento estabelecido como prioritário para as áreas de Cerrado qualquer interesse que não combine com esse modelo de desenvolvimento não é interessante ao Estado. É nesse viés que se pode entender a situação atual das terras destinadas aos índios Karajá em Goiás: “picotada, diminuta” e desmatada, .

Os desafios da sobrevivência física e cultural dos Karajá despontam como a somatória das restrições de uso impostas aos seus territórios e da degradação ambiental do Cerrado que juntos ditam “o empobrecimento da vida Karajá” (CHAVEIRO, 2010).

Elementos importantes da tradição Karajá como as festas de Aruanã e Hetohoky, mencionadas anteriormente, hoje são apenas elementos da cultura imaterial guardados nas caixas da memória em Aruanã. Em palavras indígenas:

Nem nossas festas podemos fazer aqui porque não temos espaço para o ritual. A Festa do Hetohoky e de Aruanã são muitos importantes para nossa cultura e não dá para fazer aqui na aldeia. Quando queremos participar temos que ir para a ilha porque lá tem espaço. Agora eu acho importante com a retomada da Aricá ver se conseguimos ter nossas festas aqui. Se a gente não cuidar disso tudo vai acabar. (Entrevista concedida por professor Karajá, na aldeia Buridina, em dezembro de 2008).

Os rearranjos sociais e as modificações culturais entre os Karajá apontam que as atividades econômicas, ao alcançar os territórios, trazem para dentro deles diversas transformações na vida de suas gentes.

É nessa perspectiva de disputa impetrada pelo capital que a perda dos territórios indígenas e a morte do Cerrado pressiona o grupo de tal maneira que cisões internas surgem como resultado da luta pela própria existência.

É necessário considerar ainda que além das fazendas de gado, a década de 1990 marca um fluxo intenso de outros atores para este território. O desenvolvimento econômico como possibilidade ganha expressão nas ações políticas do estado goiano para promover a paisagem do rio Araguaia como cenário de lazer para turistas.

Desafio. É a palavra que define o que ocorre em Aruanã. O desafio da convivência interétnica que aglutina os símbolos e as lendas da modernidade, as tradições indígenas e suas atualizações. As atividades econômicas reconfiguram o Noroeste goiano e nele os territórios indígenas. A disputa se instala como perpetuação ininterrupta da história que se iniciou no além-mar, com as Grandes Navegações.

É nessa contextualização histórica e espacial que reiteramos em pronunciar a disputa e o conflito como desdobramentos dessas investidas. Os territórios são disputados e o conflito é instaurado como consequência da luta contra a dominação.

De maneira que, no município de Aruanã, longe de constituir-se uma “terra de ninguém”, já havia desde os tempos imemoriais organização de vida, da vida indígena. No entanto, as atividades que se iniciaram com os bandeirantes e as que sucederam, paulatinamente impuseram um caráter de disputa permanente pelo Território Indígena.

Se o Cerrado configura-se ainda hoje como um palco de disputa, atualizado neste momento pelos atores mencionados, em Aruanã o alarido do confronto ainda continua desde aquele tempo. São os conflitos, abertos a partir dos primeiros passos dos brancos europeus, nas areias da *nostra* terra.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). *Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002.

_____, Maria Geralda. A captura do Cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre os sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). *Tantos Cerrados*. Goiânia: Vieira, 2005, p. 321-347.

ARRUDA, Rinaldo. Territórios Indígenas: materiais, existenciais. *Cadernos de História*, v. 5, n. 6. Belo Horizonte: 2000. p. 57-72.

ATAÍDES, Jézus Marcos de. A Chegada do colonizador e os Kaiapó do Sul. In: MOURA, Marlene Castro Ossami de (Org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: UCG/Vieira/ Kelps, 2006.

BARBOSA, Altair Sales. *Andarilhos da Claridade: Os primeiros habitantes do Cerrado*. Goiânia: Ed. UCG, 2002.

BARBOSA, Altair Sales. Ocupação indígena no sistema biogeográfico do Cerrado. In: GOMES, Horieste (Coord.). *Universo do Cerrado*. Goiânia: UCG, 2008. Vol. 1.

BARBOSA, Altair Sales; TEIXEIRA NETO, Antônio GOMES, Horieste. *Geografia: Goiás-Tocantins*. Goiânia: UFG, 2005.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. *Região da estrada do boi: usos e abusos da natureza*. Goiânia: UFG, 1997.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia Cultural: um século (3)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p. 83-132.

BRASIL, Antonio Americano do. *Nos rosais do silêncio*. Goiânia: DEC, 1974.

BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. *A Mulher, a História e Goiás*. Goiânia: Ed. Líder, 1974.

CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Eguimar Felício. A dinâmica do Cerrado: o território goiano apropriado e cindido. In: GOMES, Horieste (Coord.). *Universo do Cerrado*. Goiânia: Ed. UCG, 2008. Vol. 2.

CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos Indígenas (Goiás 1749-1811)*. 2. ed. ver. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

CHAVEIRO, Eguimar Felício (Org.). *A Captura do Território Goiano e a sua Múltipla Dimensão Sócio-espacial*. v. 1. Catalão - GO: Editora Modelo, 2005.

CHAVEIRO, Eguimar Felício (Org.). Conflitos territoriais na apropriação da biodiversidade do Cerrado goiano: a vida Karajá – gestão e indigestão. *Revista Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 4, n. 9, fev. 2010.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC; Companhia das Letras, 1992.

DOLLES, Dalísia. *As navegações fluviais nos Rios Araguaia e Tocantins*. Goiânia: Ed. Oriente, 1973.

ESTEVAM, Luis. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: Ed do Autor, 1998.

GOMES, Horieste; TEIXEIRA NETO, Antônio; BARBOSA, Altair Sales. *Geografia: Goiás/Tocantins*. Goiânia: UFG, 2005. 2. ed. ver. e ampl.

LEVERGGER, Augusto de. *Cartografia da Província de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1857.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Karajá de Aruanã. In: MOURA, Marlene Castro Ossami de (Org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Ed. da UCG/Ed. Vieira/Ed. Kelps, 2006.

LOIOLA, Sérgio Almeida. *Por uma Geografia do passado distante – marcas pretéritas na paisagem como memória espacial das sociedades autóctones*. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Viagem ao Rio Araguaia – Goyaz*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1863.

MARÉS de SOUZA FILHO, Carlos Frederico. O direito envergonhado: o direito e os índios no Brasil. In: GRUPIONI, Luis Donisete (Org.). *Índios no Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. 2. ed.

MATTOS, Izabel Missagia de. Temas para o estudo da História Indígena em Minas Gerais. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 5, n. 6, 2000.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização – a integração das populações indígenas no Brasil Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios: Goiás, 1850-1889*. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

RODRIGUES, Ayron Dall’Igna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SILVA, Hermano Ribeiro da. *Nos sertões do Araguaia*. São Paulo, Ed. Saraiva, 1949.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 21, n. 1, jan./jul. 2001.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

TORAL, André Amaral. *Cosmologia e sociedade Karajá*. 414 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. Vol. 1 e 2.

VASCONCELOS, José Mauro de. *O garanhão das praias*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

_____. *Kuryala: Capitão e Carajá*. São Paulo: Melhoramentos, 1981.

_____. *Arara vermelha*. São Paulo: Mérito, 1953.

_____. *Arraia de fogo*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

_____. *As confissões de Frei Abóbora*. São Paulo, Melhoramentos: 1970.

_____. *Farinha Órfã*. São Paulo: Melhoramentos, 1970;

_____. *Vázante*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

CONSTRUÇÃO DO LUGAR: TRAJETÓRIAS DOS AVÁ-CANOEIRO NO CERRADO DO NORTE GOIANO

Lorraine Gomes da Silva

Considerações iniciais

O que acontecerá com o povo Avá-Canoeiro cujo universo demográfico e cultural se restringe a seis membros? Como resolver o dilema: isolar-se para preservar o lugar ou relacionar-se com o mundo globalizado e perder o lugar? São esses e outros questionamentos que norteiam as discussões desse artigo, que tenta por meio do lugar de vivência desse povo descobrir as tramas que os envolvem.

O povo Avá-Canoeiro tem uma língua própria, pertencente à família Tupi-Guarani, do tronco linguístico Tupi. Em relação aos povos Tupi-guarani, os Avá-Canoeiro são mais próximos linguisticamente dos povos Tupi, originários do baixo Tocantins-Araguaia, como os Suruí, os Parakanã, os Assurini do Tocantins, os Amanayé, os Guajajara e, especialmente, os Tapirapé.

O nome “Avá-Canoeiro” que designa essa etnia foi consolidado a partir da década de 1970, considerando os registros feitos por pesquisadores, indigenistas e funcionários da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e Furnas Centrais Elétricas S.A, que com eles mantinham contato.

O termo “awa” na língua Avá-Canoeiro, como em outras línguas tupi-guarani, significa gente, pessoa, ser humano, homem

adulto. O cognome “canoeiro” deve-se à habilidade para navegar canoas e ubás¹ pelas correntezas dos rios. De acordo com Silva (2005, p. 16): “Os Avá-Canoeiro autodesignam-se awa ‘gente’, em oposição a maira ‘não indígena’”.

Somente a partir da década de 1970 partes de grupos dos Avá-Canoeiro passaram a ter contato permanente com não índios. Em 1820, esse povo começou a ser encontrado nas altas montanhas que ficam entre o rio Maranhão e os povoados de Santa Tereza e Amaro Leite; em algumas aldeias no rio Canabrava, entre outros lugares dos estados de Goiás e Tocantins.

No início do século XX, os Avá-Canoeiro distribuíam-se em uma extensa área desde os sopés da Serra Dourada até o interior da Ilha do Bananal. Moura (2006, p. 122) afirma que: “Antes da colonização do Brasil Central, os Avá deveriam ter aldeias com população não muito grande, possivelmente de 250 a 300 habitantes”.

A capacidade de adaptação foi a maior arma de sobrevivência, já que desde o início do século XIX a ocupação de seu território tradicional por fazendas, garimpos, vilas e cidades obrigou os Avá-Canoeiro a deslocamentos contínuos para se manterem vivos. Nesse itinerário nômade, por diversas vezes foram vítimas de verdadeiros massacres. Silva (2005, p. 14) afirma que:

Os Avá-Canoeiro foram reduzidos drasticamente por séculos de conflitos, massacres e expulsões territoriais de seus domínios no Brasil Central que culminaram na fragmentação de suas aldeias em pequenos grupos como meio de sobrevivência.

Existem então 14 índios Avá-Canoeiro de acordo com Toral (1984/1985) e estima-se que haja pessoas ainda sem contato permanente. Atualmente, os Avá-Canoeiro estão divididos em duas famílias: uma habitando a bacia do Rio Araguaia, no estado de Tocantins, e outra a bacia do Rio Tocantins, no estado de Goiás.

A família do Araguaia encontra-se dispersa em duas aldeias na Ilha do Bananal, no interior da Terra Indígena dos Javaé, Parque do

¹ Tipo de canoa usada entre povos indígenas brasileiros, talhada em casca de árvore ou escavada a fogo.

Araguaia: Aldeia Canuanã, próxima ao município de Formoso do Araguaia, e Aldeia Boto Velho, a 60 km da Lagoa da Confusão. A família de Goiás está em terra própria, entre os municípios de Minaçu e Colinas do Sul.

Separados há mais de um século, os Avá-Canoeiro do Tocantins e do Araguaia desenvolveram histórias distintas e diferenças culturais consideráveis (Borges, 2006). Em 1988, a FUNAI tentou promover a união dos grupos, mas fracassou devido à falta de recursos e ao isolamento do Posto Indígena Avá-Canoeiro, se comparado à movimentada aldeia de Canuanã, onde vive a família do Araguaia.

Esse texto permeará discussões sobre a família que vive na Terra Indígena Avá-Canoeiro² em Goiás. A Terra Indígena Avá-Canoeiro está situada precisamente nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul – no extremo norte do estado de Goiás, pertencendo à mesorregião do Norte goiano e à microrregião de Porangatu –, a 510 km de Goiânia (via Nerópolis) e 445 km de Brasília (via Barro Alto), como mostra a Figura 1.

A área da Terra Indígena Avá-Canoeiro, que ainda está em processo de homologação³, é de 38 mil hectares ao longo do córrego Pirapitinga, na margem esquerda do rio Tocantins, 14 km à jusante da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa (administrada por FURNAS Centrais Elétricas) e a 10 km da Usina Hidrelétrica de Cana Brava (administrada pelo grupo Tractebel Suez).

Atualmente, vivem na Terra Indígena Avá-Canoeiro seis índios: Matxa, Nakwatxa, Iawi, Tuia e os filhos desta com Iawi: Jatulika e Niwatima, como mostra a Figura 2.

² De acordo com a Constituição Federal de 1988, estas terras são da União e de posse permanente e inalienável dos povos indígenas.

³ Cabe ao presidente da República a homologação da Terra indígena. Após a homologação, o registro das terras deve ser efetuado em 30 dias no cartório de imóveis da comarca onde se localizam as terras e no SPU (Serviço de Patrimônio da União).

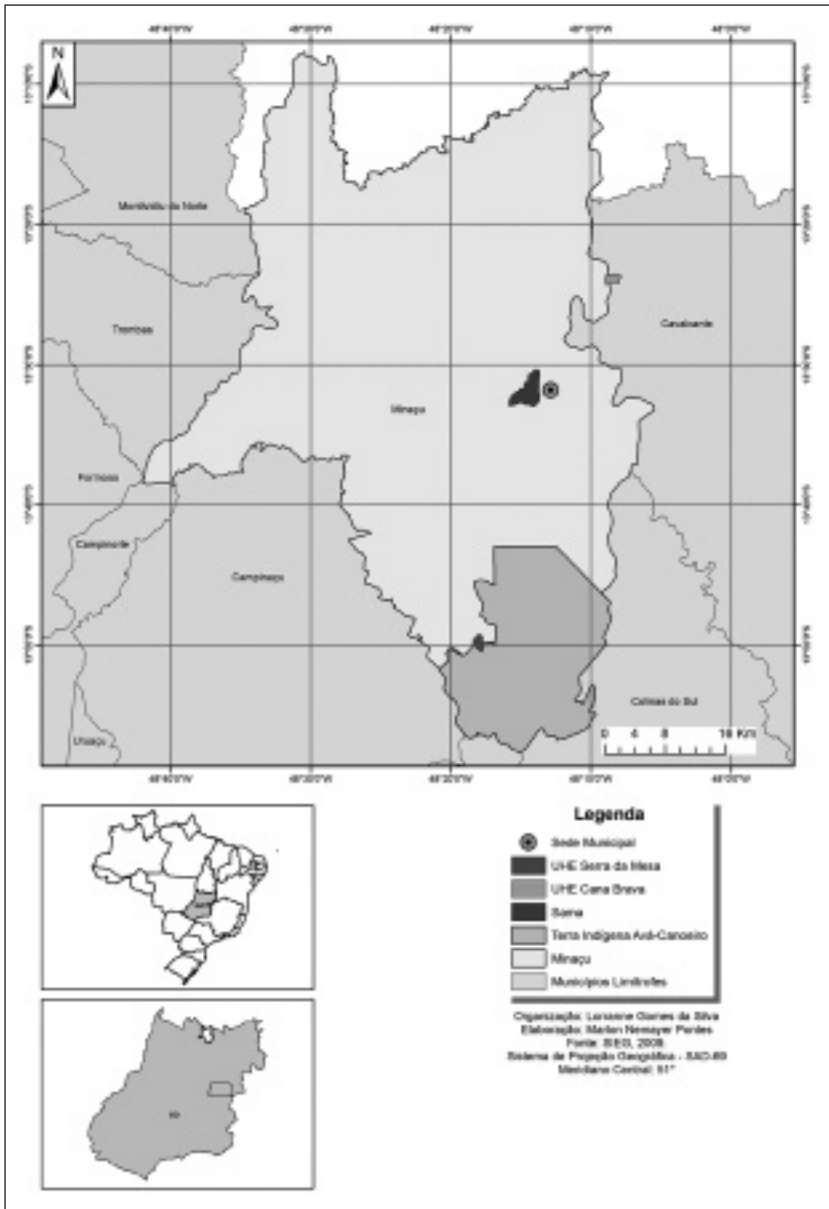


Figura 1 - Localização da Terra Indígena Avá-Canoeiro de Goiás

Fonte: SIEG, 2009.



Figura 2 -
Os Avá-
Canoeiro: da
direita para
esquerda:
Niwatima,
Nakwatxa,
Jatulika, Iawi,
Tuia e Matxa.

Autora: SILVA,
Lorraine Gomes da.
Fonte: Trabalho de
campo, março, 2009.

Os Avá-Canoeiro vivem em um território permeado por atores e interesses de várias ordens presentes no Cerrado do Norte goiano, sobretudo pelo hidronegócio⁴ bem representado pelas Usinas Hidrelétricas de Cana Brava e Serra da Mesa.

No entanto, os dois grandes atores de conflitos que envolvem os Avá-Canoeiro são a Usina de Serra da Mesa, responsável pela “invasão” (inundação) no Território Indígena, e a FUNAI, que cumpre o papel de proteção dos direitos dessa família. A FUNAI administra as negociações referentes aos Avá-Canoeiro e, ao mesmo tempo, em nome do constante controle, promove um isolamento que os tem deixado “confinados” na imensa reserva. Esses atores são considerados principais, pois incidem sobre a Terra Indígena; pressionam, protegem; reconfiguram o território e a paisagem local, e promovem disputas e conflitos.

Apesar dos conflitos que incidem sobre o território Avá-Canoeiro, esse texto faz referência ao lugar ou aos lugares nos quais per-

⁴ O negócio da água. O processo de apropriação da base material da vida, que é a água, e da sua incorporação ao processo de acumulação de capital.

meiam as trajetórias dessa família que passou grande parte do tempo fugindo para sobreviver. É o lugar que envolve a vida, a resistência, o cotidiano desses sujeitos.

Avá-Canoeiro: a vida e o(s) lugar(es)

Numa análise mais ampla, a terra na visão capitalista tem sentido voltado ao lucro, à valorização monetária, ao suposto “desenvolvimento”. Para grande parte dos povos indígenas a terra é sagrada; nela viveram seus ancestrais e habitam suas tradições, por isso representa também seus sentimentos. Para Albagli (2004, p. 26):

Nas sociedades indígenas, o fundamental é o sentimento de identidade com a Terra-Mãe, sentimento esse baseado no conhecimento, no patrimônio cultural e nas relações sociais e religiosas que esses povos guardam com aquela parcela geográfica.

Os costumes, as crenças, as relações com o “sobrenatural” apenas são visíveis e concretas pela presença do povo naquele lugar. É como que uma simbiose entre homem e terra, num sentido telúrico e panteísta. Ramos (1986, p. 13) destaca:

Para os povos indígenas, a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural – é tão importante quanto este – é um recurso sócio-cultural.

A terra para o índio vai além da retirada dos recursos naturais para sua sobrevivência; é uma ligação e significação que transcende ao utilitarismo, porque sem a terra as relações sociais deixam de existir. Desse modo, entende-se que para adentrar as particularidades dessa cultura, dos costumes, das significações de pertencimento é preciso compreender o lugar, que representa suas vivências, suas lembranças, sua história.

O lugar remonta a maneira de ser e viver Avá-Canoeiro, reafirmando o que ressalta Santos (1997, p. 252): “Cada lugar é, à sua

maneira, o mundo”. Diante dessa afirmativa, é importante ressaltar que os conceitos de local e lugar são distintos. Enquanto o local é uma referência física de dimensão pontual, o lugar remete à reflexão da relação com o mundo vivido, com a existência.

O lugar ultrapassa o sentido do local de apenas uma referência cartográfica, quadrícula assinalada por latitudes e longitudes; referências geodésicas; o lugar é o movimento social, histórico, cultural que afirma a relação sociedade/natureza no local. Devido a tal circunstância, é próprio do lugar envolver as tramas do modo de produção, dos meios de produção, dos objetos técnicos, da cultura, da subjetividade, da significação e da percepção. A subjetividade, a identidade e o sentimento de pertencimento são as categorias indicadoras para compor um lugar.

Nessa perspectiva, afirma Tuan (1982, p. 149) que: “os lugares humanos variam grandemente em tamanho. Uma poltrona perto da lareira é um lugar, mas também é um Estado-nação. Pequenos lugares podem ser conhecidos por intermédio da experiência direta, incluindo o sentido íntimo de cheirar e tocar”.

De um lado, o lugar se singulariza a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas, a exemplo do sentimento topofílico (experiências felizes) ao qual se refere Yu-Fu Tuan (1975). De outro, o lugar pode ser lido por meio do conceito de geograficidade, termo que, segundo Relph (1979), encerra todas as respostas e experiências que temos de ambientes na qual vivemos, antes de analisarmos e atribuímos conceitos a essas experiências.

Segundo estudos de Milton Santos (1996), o lugar pode também ser trabalhado na perspectiva de um mundo vivido que seja possível levar em conta outras dimensões do espaço geográfico. Para o autor, o lugar expressa relações de ordem objetiva em articulação com relações subjetivas, relações verticais resultado do poder hegemônico, imbricadas com relações horizontais de coexistência e resistência.

Desse modo emerge a força do lugar no contexto atual da Geografia e desse conceito para compreender os sujeitos em questão. Compreender o lugar nesse contexto implica a consciência da existência da família Avá-Canoeiro que estabelece relações necessárias para fazer de um local um lugar.

Para Damiani (1999, p. 164), “(...) a história pode começar no lugar. Mais apropriadamente, e a esse respeito, a profunda especialização dos lugares, com a mundialidade, retira do lugar sua historicidade complexa e ele tende a ser o simulacro da história”.

Entre os contextos vividos pelos Avá-Canoeiro, é justamente sua história no e com o lugar que refletirá as marcas e pistas que dizem sobre esta família. Em cada lugar que viveram por um tempo é que eles testemunharam os massacres de suas famílias e povo; correram e fugiram sem destino por meio das matas; foram espoliados pelos fazendeiros, políticos e não índios. Vivenciaram situações de extermínio tantas vezes.

Os lugares que permeiam os deslocamentos históricos dessa família se relacionam. De acordo com Chaveiro (2005, p. 58):

Nascemos num lugar dentro do corpo da mãe; a mãe está num lugar dentro de uma casa ou de um hospital; esse está num lugar na cidade ou no campo que, por vez, está num lugar dentro do Estado, de um país, de um continente. Mas, há outros lugares – os de dentro, os que não se enxergam, não se pisam, não se tocam... O meu lugar no olho daquele que me vê; o lugar do estranho na sensação do meu espanto; os tricirinhos da alma, cada coisa sentida, cada afeto recebido, cada desejo não cumprido. Ou mesmo os rios das paixões desacertadas, os mares transbordantes do medo que quiseram se transformar em dores... Sempre perguntamos “qual é o meu lugar?”
O Lugar do meu nome na língua...

Diante da afirmação de Chaveiro para além do seu sentido concreto, os lugares se relacionam e estão vivos – na imaginação – no inconsciente – nas lembranças de cada Avá-Canoeiro. A família Avá-Canoeiro guarda muitos traumas por ter visto seu povo morrer nos massacres. Matxa, a mais velha, mostra marcas dos tiros e descreve detalhadamente o barulho das balas e dos familiares gritando. São marcas de horror de um tempo marcado por profundas disputas por terras.

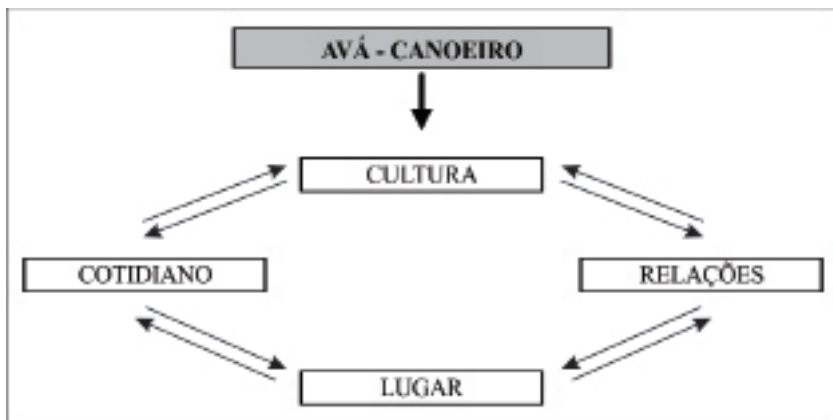
Em meio a tantas fugas, os lugares os quais percorreram ou em que permaneceram por algum período são para eles símbolos de sua existência, uma conexão de acontecimentos e períodos. Para

os Avá-Canoeiro ou para qualquer povo é no(s) lugar(es) que estão seus conhecimentos, suas vivências, sua história, onde a vida, ao se reproduzir no espaço, ultrapassa as práticas cotidianas pois requer o tempo da memória, o qual, por sua vez, requer contatos, resistências – um lugar.

Reafirma-se dessa forma o que Carlos (1996, p. 26) exprime: “O lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos”. Além do sentido de uso, o lugar representa para os Avá-Canoeiro as significações de sua existência. Existe um sentimento de pertencimento, de valores construídos ao longo do tempo e momentos vivenciados ao longo da vida. Nesse sentido, afirma Carlos (1996, p. 20) que: “O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar”.

Dessa forma, a organização social, os costumes, os sentidos se moldam num tempo que resiste às disputas, aos massacres, aos conflitos. É no lugar, no cotidiano da vida dos Avá-Canoeiro, que se estabelece um conjunto de relações para a produção da vida, envolvendo o ato de morar, trabalhar, caçar, comer, caminhar, os objetos, a natureza e são essas relações que envolvem a cultura desse povo. É o que mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Relações do lugar Avá-Canoeiro



Organização: SILVA, Lorraine Gomes da.

Fonte: Trabalho de campo, março, 2009.

Dessa relação entre lugar, cultura e cotidiano pode-se afirmar que não há ação e nem narrativas sem um lugar. O cotidiano servirá para pensar e entender o lugar, buscando uma melhor compreensão da leitura do espaço geográfico. Para Santos (1996, p. 258):

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

O cotidiano é uma das bases para entender as relações com o lugar; ele muda e remonta a história do povo Avá-Canoeiro considerando os deslocamentos. O texto segue e identifica a significação e a representação do lugar de vivência, em que serão abordados alguns componentes do lugar ligados ao cotidiano da família.

A significação e a representação do lugar de vivência dos Avá-Canoeiro

A significação e a representação do lugar de vivência dos Avá-Canoeiro ao se formar produzem no cotidiano táticas de vida. A cultura é vista e discutida como expressão do lugar que potencializa a existência desses sujeitos e define diferentes significações.

A redução da família que vive na Terra Indígena Avá-Canoeiro em Goiás, além de comprometer o futuro do grupo, provocou modificações profundas no modo de vida, como: a organização do trabalho, alteração dos objetos, alimentação, moradia, as lideranças, os rituais, entre outros aspectos que serão e analisados e apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Componentes do lugar dos Avá-Canoeiro.



Autora: SILVA, Lorraine Gomes da.

Fonte: Trabalho de campo, março, 2009.

Os componentes escolhidos para análise foram evidenciados no cotidiano⁵, nas narrativas e na importância desses para a vida dos Avá-Canoeiro. É possível notar como aos poucos esses componentes estão incorporados na formação do lugar.

Moradia – um direito?

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o direito à moradia adequada tornou-se um direito humano universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas. O artigo 25, parágrafo 1º, afirma que

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

⁵ De acordo com a estadia da autora na aldeia, as observações e anotações realizadas em trabalhos de campo.

A importância da moradia adequada para todos indivíduos, famílias e comunidades é óbvia. A moradia e as questões a ela ligadas são de interesse de todos e estão constantemente no centro das atenções públicas. Apesar disso, bilhões de pessoas vivem em condições inadequadas de moradia no mundo, inclusive nos países ricos.

A falta de moradia, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos, é um dos sintomas mais visíveis e graves do não usufruto do direito à moradia adequada, fator preponderante em muitos casos para a crescente violência nos grandes centros urbanos. No Brasil, esse direito é bastante violado. No que se refere aos povos indígenas, o problema também é evidenciado de forma acentuada, pois está presente o vínculo do índio com a terra.

Os Avá-Canoeiro são privilegiados nesse ponto, já que vivem numa extensão de terra considerável para seis índios. O modo como são escolhidos os locais e o material para a construção de novas casas, a abertura de roçados, o que plantar, o tempo que ficarão no local ⁶ são os Avá-Canoeiro que decidem.

Em 2004, de acordo com Silva (2005), a FUNAI tentou interferir nessas escolhas e construiu na reserva três casas de alvenaria, com intuito de abrigá-los melhor. Os Avá-Canoeiro rejeitaram as casas de alvenaria porque para eles a aldeia, a simples oca⁷ de palha representa o local que escolheram para estar em ligação com a terra, com o mundo, realizando suas atividades. O local é escolhido como ideal para ficarem um longo ou curto tempo.

De acordo com o depoimento de Iawi, Jatúlika e Niwatima, a oca, por ser coberta de folhas de buriti, tem ótima temperatura e a distribuição do espaço interno é necessária à organização de seus pertences, à manutenção de um contato mais próximo uns com os outros e à melhor visão do espaço de movimentação.

Diante do apresentado, nota-se que o direito à moradia descrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos vigora na aldeia, ape-

⁶ Considerando o conhecimento que tem sobre deteriorização da oca, produtividade da roça e outras necessidades.

⁷ É a mais comum habitação indígena, principalmente entre os índios da família tupi-guarani. Consiste em uma grande cabana feita com troncos de árvores e cobertas com palha ou tranco de palmeira. Na oca, podem viver várias famílias de uma mesma etnia.

sar de algumas imposições da FUNAI; a família resiste à escolha de onde querem morar, mesmo que por um tempo, o que faz a questão da moradia não ser um problema para eles.

Diferentemente do que se poderia supor, o regime de intenso nomadismo dessa família é uma contingência histórica que atingiu os Avá-Canoeiro em diversas épocas e com resultados também diferentes. Desse modo, pode-se afirmar que eles são como um estereótipo do grupo com uma cultura plenamente adaptada a essa condição nômade, já que por um determinismo histórico foram obrigados a tal ação para a própria sobrevivência.

Ao contrário, tudo leva a crer que se trata de formas de subsistência – com uma agricultura combinada com caça e coleta – indicando um nomadismo sazonal, muito distante do regime de contínuos deslocamentos ocorridos nos últimos cem anos. Como afirma Pedroso:

No final do século XIX, os Avá-Canoeiro se encontravam dispersos em grupos menores nos territórios imemoriais e, também, em outras áreas de movimentação de outros povos indígenas já exterminados ou aldeados. Em fuga constante os Avá-Canoeiro seguiam os cursos d'água atingindo suas cabeceiras e assim tinham acesso a regiões antes desconhecidas. Os índios buscavam áreas em que, efetivamente, não havia o colonizador (1994, p. 105).

Dois fatos podem explicar esse tipo de nomadismo: o primeiro é devido à perseguição dos fazendeiros da região, que os acusavam de roubo e invasões domiciliares; eles viviam em constantes fugas, o que fez com que fossem chamados de “Povo Invisível” por Dulce Pedroso (1992). Para não serem pegos e como estratégias de sobrevivência não permaneciam muito tempo em um mesmo lugar; o segundo fator que, acredita-se, os teriam “levado ao nomadismo” seria pelas vicissitudes do contato interétnico.

Portanto, devido a debilitações físicas de Matxa nos últimos anos o grupo foi orientado pela FUNAI a morar em locais com maiores facilidades de acesso. Em caso de emergências os funcionários terão acesso à aldeia mais rápido, já que demoravam horas a pé para chegar onde moravam anteriormente.

Cultura – Objetos: símbolos da vida

Cada povo tem sua habilidade e forma de expressar em objetos as necessidades do dia a dia ou dos rituais. Pendurados num canto qualquer, é possível avistar, mesmo que de uma maneira confusa, vários objetos na oca dos Avá-Canoeiro, tudo muito misturado aos olhos do observador.

O espaço da oca é bem ocupado por todos. Embora a maioria dos objetos se disponha em forma de uso coletivo, os de Nakwatxa são apenas dela. No chão no canto direito estão os pertences de Nakwatxa⁸ e o lugar onde costuma ficar e preparar separadamente seu alimento. As redes são bem distribuídas dentro da oca, não obedecem a nenhuma hierarquia, cada um tem a sua.

Entre os objetos de dentro da oca encontram-se: panelas de alumínio, garrafas plásticas, martelo, facões, pratos, canecas, pregos, chapéus, cabaças, galões de plásticos, copos, chinelos, sapatos, malas, roupas guardadas dentro de cabaças, sacolas de plástico, de pano e mochilas, colchões, cobertas, tênis, fitas cassetes, um gravador portátil⁹, revistas, cadernos, facas, talheres, folhas de jornal, pilhas, caixa de fósforos, velas, baldes, canetas e lápis de cor, fôgão a lenha e lenhas empilhadas no chão.

Fora da oca, encontram-se objetos de caça/pesca/coleta e da roça como: foices, machados, enxadas, facões, carrinho de mão, matracas, lanças, flechas, estilingue. A FUNAI não dispõe desses instrumentos; os objetos que eles utilizam são ganhados de fazendeiros que ainda estão na reserva. Há, também, uma pequena plantação de fumo que é consumido pelos mais velhos. O grupo sempre gostou de criar animais e atualmente criam dois periquitos, dois pombos, um cachorro e o burro de Nakwatxa, que vivem amarrados¹⁰.

⁸ Ela faz sua comida separadamente porque não tem dentes e não usa dentadura, por isso, tem necessidade de preparar alimentos que consegue comer, tem suas próprias vasilhas e rede - ninguém mexe em seus pertences.

⁹ lawi é o que mais o utiliza; adora ouvir músicas sertanejas – é o único eletrodoméstico que existe na reserva e funciona a pilha, pois não há energia elétrica.

¹⁰ Conta Niwatima que os animais vivem amarrados para não ser comidos por outros animais nem fugirem dali. Em outros lugares que viveram havia indícios de muitas onças; a partir daí eles começaram a prender os animais para evitar a sua morte.

Porém, os Avá-Canoeiro abandonaram as atividades de cestaria, de cerâmica, a música com flautas e uma série de itens da sua cultura. As pinturas corporais e a plumária praticamente desapareceram entre estes índios, o que é lamentável. A importância dessas manifestações na vida dos Avá-Canoeiro se dá porque a extinção delas atinge consideravelmente a cultura dessa família.

Segundo o Dicionário do Artesanato Indígena de Berta G. Ribeiro (1988), cestaria é o conjunto de objetos do trabalho manual como: cestos-recipientes, cestos-coadores, cestos-cargueiros, armadilhas de pesca e outros, obtidos pelo trançado de elementos vegetais flexíveis ou semirrígidos usados para transporte de carga, armazenagem, receptáculo, tamis ou coador.

Os povos indígenas no Brasil são detentores das mais variadas técnicas de confecção de trançados, utilizando-se delas para a confecção de cestos, que estão entre os objetos mais usados, vez que associados a vários fins. A cestaria diz respeito ao conhecimento tecnológico, à adaptação ecológica e à cosmologia, forma de concepção do mundo desses povos, ampliando a dimensão de suas próprias linguagens. A cestaria produzida e utilizada por um determinado povo indígena está associada à sua cultura. A cultura de um povo é como um código simbólico compartilhado por todos os homens, mulheres e crianças do mesmo grupo social.

É por meio da cultura que todas as pessoas atribuem significado ao mundo e às suas vidas, pensam suas experiências diárias e projetam seu futuro. É, portanto, um código dinâmico que se transforma ao longo do tempo e através do espaço, dando sentido à própria vida, do nascimento até a morte do povo.

Os Avá-Canoeiro, atualmente, estão convivendo com a ausência das cestarias, das pinturas corporais e da arte plumária. A carência desses costumes, cada vez mais esquecidos pela família, provoca tristeza e sofrimento principalmente entre os mais velhos que observam a derrocada de um mundo, na visão de tudo, pouco a pouco desaparecer.

A explicação que se tem para a não realização dessas manifestações é a redução do número de pessoas que acabam desmotivando o grupo, bem como as debilitações de Matxa, a matriarca, assim como a dolorosa e amarga lembrança de um mundo dizimado, representado, sobretudo, nesses rituais.

Um dos rituais mais frequentes dos Avá-Canoeiro era a cachimbação. Eles cachimbavam em círculo, dançando ao ritmo do maracá¹¹, de uma forma bem restrita, entre os mais velhos. Esse ritual objetiva promover contatos com antepassados mortos. Atualmente, eles não mais o realizam, apenas fumam cachimbos. A utilização de instrumentos e ferramentas de metal que eram tradicionais no grupo vem dando lugar a objetos de não índios.

Os Avá-Canoeiro são extremamente reservados com relação aos rituais e não prestam informações aprofundadas a respeito deles. Atualmente existe um amplo acesso com relação a músicas de não índios. Com o tempo e a incorporação de objetos, instrumentos, músicas, costumes, organizações de não índios os Avá-Canoeiro, frisa-se, foram deixando suas atividades tradicionais como o trabalho de cestarias e muitos outros rituais que realizavam, ampliando o sentido de que o tempo na aldeia se tornasse cada vez mais ocioso, desiludido, sem referenciais que outrora faziam parte de um cotidiano de tantos outros, na mesma comunidade.

O conjunto de objetos incorporados à vivência dos Avá-Canoeiro expressa concretamente significados e concepções dessa família, bem como a representa e a identifica. A cultura, nesse sentido, tem um papel fundamental na proteção dessas práticas que são milenares e refletem as características e identidade desse povo. Nesse estudo, a cultura reflete a ameaça de extinção dessa etnia.

Trabalho: uma construção do cotidiano

O trabalho é um componente muito presente na vida dos Avá-Canoeiro. É ele que preenche a maioria do tempo, principalmente de Iawi. O trabalho entre o grupo, apesar de bem distribuído, não tem um tempo preciso para ser realizado. Em outras palavras, eles não têm um tempo específico, determinado, um horário para arrumar a oca (vez ou outra Tuia ou Nakwatxa varrem debaixo das redes), os objetos, nem para se alimentar.

¹¹ Maracá ou chocalho é um instrumento musical usado para acompanhar o canto. Para fazer o instrumento, os índios pegam uma cabaça e colocam dentro dela pequenas pedras e sementes. Depois fecham o buraco, encaixando no chocalho um cabo de madeira e o enfeitando com penas.

São as roças dos Avá-Canoeiro que constituem um espaço mais representativo de sua organização social, justamente pelas noções de sobrevivência nômade de seus ancestrais. Nota-se o cuidado com o plantio de milho, arroz, mandioca, feijão, fumo, abóbora, melancia etc. e as escolhas do que plantar.

É perceptível a divisão do trabalho entre eles: Iawi e Jatúlika se ocupam dos roçados, derrubada de árvores e do transporte dos produtos para roça. Tuia e Nakwatxa ficam com a coleta, transporte de lenha e água. Niwatima é quem mais cozinha, apesar de todos sabermos cozinhar.

O (re)ordenamento do território por meio da (re)existência do trabalho significa o primeiro passo ao enfrentamento do estranhamento (Mendonça, 2004). Os Avá-Canoeiro em nome da sobrevivência criaram e criam mecanismos para o trabalho na aldeia. A FUNAI não interfere no trabalho do grupo; eles se organizam da maneira que compreendem necessária.

Assim, o trabalho preenche a vida desse povo que aprendeu criar e recriar maneiras para sobreviver, o que chama-se nesse estudo de ‘táticas da vida’. É por intermédio do trabalho que o tempo do índio vai sendo moldado pelas horas, minutos, segundos do cotidiano. Para Santos (1997, p. 88) “O homem é ativo. A ação que realiza sobre o meio que o rodeia para suprir as condições necessárias à manutenção da espécie chama-se ação humana. Toda ação humana é trabalho e todo trabalho é trabalho geográfico”.

Embora a FUNAI lhes proporcione melhores condições de sobrevivência o trabalho ainda é fundamental para a dinamização da vida, do modo de ser Avá-Canoeiro.

Estrada – caminhos e natureza

Por razão das diversas experiências que os Avá-Canoeiro tiveram com outros locais no alto rio Tocantins, é relativa para eles a percepção de distância (perto ou longe), apesar de disporem de uma interação ancestral com o lugar e um conhecimento preciso acerca de trilhas, estradas e suas respectivas direções e tempos de viagem.

Além da indicação de estradas, trilhas atuais e antigas e suas destinações, Iawi indica locais de passagens e alimentação de animais de caça, como cotias, veados, pacas e antas, além de locais onde teria abtido bois, e aponta pássaros, insetos e árvores. Assim, percebe-se que os locais vão se tornando significativos e relembram em cada um dos familiares as mortes, as perseguições, o massacre, os amigos, a fome, os rituais.

O conhecimento do ambiente social e natural é de dentro e de fora da reserva. Iawi sabe, por exemplo, os caminhos que levam às fazendas que ainda estão na Terra Indígena, como também das direções que levam a Goiânia, Gurupi, Palmas, Brasília etc. Pelas serras estabelece rumos. A estrada de asfalto é muito mencionada por Jatúlika e Iawi. Percebe-se que ela exerce certo fascínio sobre ele, que parece fazer dela um instrumento para aprender sobre o mundo dos brancos. Mas ele deixa claro que prefere viajar de avião, carro não. Iawi diz conhecer São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, de avião.

A estrada também simboliza o caminhar. Por entre elas os Avá-Canoeiro descobrem locais e fazem desses um encontro de possibilidades. Iawi todos os dias vai à roça plantar, capinar, cuidar dos alimentos que para eles são sagrados, e Jatúlika, na maioria das vezes, o acompanha.

Caminhadas para coletas¹² e caça são frequentes; eles saem de acordo com a necessidade diária e é comum, principalmente Iawi, Tuia e Nakwatxa carregarem sobre as costas trinta quilos ou mais. Silva (2005, p. 218), ao passar um tempo na Terra Indígena em questão observou que:

(...) caminhadas de coleta pelas trilhas da terra indígena “especializam” a história próxima e “historicizam” o espaço local através de associações metonímicas entre lugares, pessoas e bens. Caminhar suscita lembranças sobre os múltiplos mundos do mato, dos ‘homi’, de furnas (ou grande obra) e da Funai promovendo conexões e compreensões entre estes mesmos mundos do mesmo modo como as trilhas entrecruzam e unem lugares, pessoas e bens espacialmente, tornando-os e tornando-nos como nós de uma mesma rede de histórias compartilhadas.

¹² Nakwatxa, Tuia e Iawi saem diariamente para a coleta de lenha. Mel e cera de abelha são bastante consumidos.

O caminhar passa a ter um sentido de existência. À medida que cada local é descoberto os Avá-Canoeiro demarcam-no com características próprias, singulares e significativas. A cada coleta e caça, outros locais são inseridos em seu conhecimento e, ao se aproximarem, relembram as características nas quais foram configurados pela primeira vez. Segundo Santos (1997, p. 88-89),

A relação do homem com a natureza é progressiva, dinâmica, podemos dizer que é reciprocamente progressiva. A natureza vai registrando, incorporando a ação do homem, dele adquirindo diferentes feições, que correspondem às feições do respectivo momento histórico.

As relações dos Avá-Canoeiro com a natureza são registradas nas narrativas que certamente ficarão registradas naquele momento. Para Iawi, todos os locais parecem perto, chega a caminhar 12 km do asfalto até na aldeia tranquilamente. Ele sobe e desce morros com objetos nas costas e ainda traz na volta alguma caça, madeira ou o que encontra de interessante. Iawi conhece bem as estradas da área, os caminhos para chegar onde deseja. É frequente ele ir visitar a casa de alguns fazendeiros da região que conhecem os Avá-Canoeiro e os recebem bem; mas todas as casas ficam longe da aldeia, o que significa que a caminhada é sempre longa. Às vezes passa o dia fora devido à distância.

O caminhar retrata a relação do índio com a natureza que para eles é sagrada, como disse Iawi: “É do Deus grande”. A vida está na natureza e a natureza está na vida. “Sem o rio, árvores, frutos, floresta, não existe índio”, disse Jatúlika. Nota-se, então, que há uma relação de profundo respeito e carinho pelas coisas naturais, a ponto de considerar como sendo deles o rio a floresta.

Alimentação: o corpo que resiste

A alimentação é essencial para os sujeitos desde o nascimento. É da alimentação que os Avá-Canoeiro retiram os nutrientes necessários ao funcionamento do organismo, ou seja, à vida.

O primeiro depoimento sobre a alimentação indígena é a carta de Pedro Vaz de Caminha, o escrivão da frota de Cabral, há 510 anos.

O capitão da embarcação e também responsável pela descoberta do Brasil, Pedro Álvares Cabral, relata o comportamento dos ameríndios: “deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, mel”.

Os primeiros cronistas que relataram sobre a gênese de nossa formação cultural e culinária foram unânimes em ressaltar com louvor a generosidade da nova terra, a doçura surpreendente de suas águas, a fartura de peixes e outros animais, frutos silvestres e a robustez dos índios, já vistos como “bons para o trabalho braçal”, conforme ressaltou Sérgio Buarque de Holanda, baseando-se nos relatos de Jean de Lèry, um simples sapateiro que fez as primeiras importantes descrições sobre a alimentação do Brasil.

“Não quiseram comer quase nada daquilo; se alguma coisa provaram, logo a lançavam fora”. O mesmo ocorreu com a água e com o vinho, mas apenas a princípio, pois foram se acostumando aos poucos com o que os europeus lhes ofereciam. Barbosa (2008, p. 205) afirma que:

Desde os tempos do Paleolítico (inferior e superior) já ocorria uma preocupação especial com o que comer. Naqueles tempos as formas disponíveis de consumo se acentuavam nos componentes disponíveis na natureza: coleta de frutos de variados gostos e regiões, a pesca, a caça entre outros.

Diante do exposto, a alimentação está relacionada com o meio ambiente e com os recursos disponíveis. Outros fatores que influenciam as escolhas alimentares são a cultura, as crenças, a religião. De acordo com Claval (1995, p. 255),

Alimentar-se, beber e comer: não há terreno de análise mais fascinante para os geógrafos. As relações ecológicas dos homens com seu ambiente exprimem-se diretamente nos consumos alimentares (...) o homem imaginou então uma gama variada de técnicas para produzir abundantemente os gêneros que pudesse ingerir, e transformá-los em apetitosos.

Se as relações ecológicas dos homens com seu ambiente, como afirma Claval, está diretamente relacionada aos costumes alimentares, para a vida dos Avá-Canoeiro o ato de alimentar transformou-se no decorrer dos deslocamentos que sofreram. Sobre a alimentação dos

índios goianos há interessantes estudos do folclorista Bariani Ortêncio em seu livro “A cozinha goiana” e da pesquisadora Divina de Oliveira Pelles em “Antiga e moderna culinária goiana”.

Matxa e Nakwatxa, as mais velhas do grupo, viveram a vida em aldeias. Em um contexto de fugas, casaram, tiveram filhos. Seus filhos e maridos foram mortos, casaram-se novamente, tiveram novos filhos, que não chegaram a nascer em virtude de partos difíceis, tendo outros morrido por causas diversas. Tuia, a única filha de Matxa que sobreviveu, se casou com Iawi que fazia parte de outra família de Avá-Canoeiro, totalmente morta nos massacres.

Em uma fase crítica, os Avá-Canoeiro foram obrigados a buscar refúgio em grutas¹³ e a incorporar novos animais em sua alimentação; além de cavalos, bois e porcos passaram a comer morcegos e roedores. Atualmente, vivendo sob a “proteção” da FUNAI, tendo terra própria e uma realidade totalmente diferente do passado, esse povo vive uma situação em que não se preocupam tanto com a alimentação.

A FUNAI, que acompanha diariamente o grupo, acabou promovendo uma dependência alimentar colaborando com uma cesta básica¹⁴ de alimentos por mês. Os produtos e alimentos ficam guardados em uma das casas de alvenaria e vão sendo repassados aos índios na medida de suas necessidades.

Apesar do “comodismo” imposto pela FUNAI desestimular atividades tradicionais do grupo, os Avá-Canoeiro ainda caçam, pescam e coletam. Não costumam estocar alimentos em grande quantidade. A carne de caça quando obtida é consumida o mais rápido possível.

Os Avá-Canoeiro buscam água em garrafões e baldes no rio Pirapitinga, situado a uns 100 metros da oca; essa água é para cozinhar e beber. O grupo tem uma alimentação diária composta normalmente por duas refeições, almoço e jantar. A alimentação dos índios consiste basicamente em arroz, feijão e carne (de vaca, trazida pela FUNAI, ou de alguma caça realizada pelos Avá-Canoeiro). Ao arroz são misturados legumes como mandioca, abóbora e batata, entre outros, que plantam na roça.

¹³ Foi em uma dessas grutas que o pai de Tuia foi comido por uma onça, uma cena presenciada por Tuia, Iawi e Nakwatxa.

¹⁴ Essa cesta é composta por: arroz, óleo vegetal, sal, açúcar, carne vermelha e outros alimentos, além de produtos de limpeza e higiene.

Quanto ao preparo de animais, alguns são assados e mantidos quase queimados sobre o fogão à lenha. Outros animais, como macacos, eles jogam água quente para retirar os pelos, tiram as tripas e fritam a carne no óleo de soja apenas com sal. Nota-se nesta descrição que associaram o uso de óleo industrial e sal na alimentação, o que tem, com certeza, aumentado os casos de colesterol e hipertensão entre os índios não afeitos historicamente a este preparo alimentar.

Comem esses alimentos raspando a carne, ossos e tutano até o consumo de toda carne do animal. Os mais jovens, no fim das refeições, geralmente lavam as vasilhas. É possível já perceber as panelas industrializadas de alumínio substituindo as anteriores, artesanais e de barro.

Iawi e Nakwatxa são os que mais caçam; Jatúluka está aprendendo. Iawi geralmente leva sua espingarda e Nakwatxa prefere facão, facas e foices. Quando vão pescar levam arco e flechas e quando vão coletar frutos ou legumes na roça levam baldes e capangas de pano. Há muito tempo não abatem caças grandes, como anta, queixada e guariba; segundo Iawi, o transporte do animal é difícil.

O compasso do tempo – o ritmo da vida

Com astronomia própria, os Avá-Canoeiro definem o tempo de colheita, a contagem de dias, meses e anos, a chegada das chuvas. Desenham no céu histórias de mitos, lendas e seus códigos morais, fazendo do firmamento esteio de seu cotidiano.

Os Avá-Canoeiro percebem que atividade de caça, pesca, coleta e lavoura estão sujeitas às flutuações sazonais e procuram desvendar os fascinantes mecanismos que regem esses processos cósmicos para utilizá-los em favor da sobrevivência da família. Mas para eles não basta saber apenas onde e como obter alimentos. É preciso definir, também, a época apropriada para cada uma das atividades de subsistência. Esse calendário é obtido pela leitura do céu, disse Iawi.

O tempo está constantemente presente nas atividades e práticas dos Avá-Canoeiro que passam a maioria das horas na ociosidade dele, a ociosidade que evidencia o tédio, que representa a dimensão social do cotidiano dos Avá-Canoeiro. Relatar a ausência de entusiasmo no

decorrer das horas, dos dias das semanas torna-se difícil com tantas mudanças bruscas no modo de vida Avá-Canoeiro.

Os índios foram deixando de realizar atividades tradicionais do grupo como o trabalho manual – fabricavam roupas, cestos, sacolas, cabaças e tantos rituais que faziam entre os mais velhos. Hoje, só restou a roça, lugar onde Iawi, principalmente, passa grande parte do tempo.

Faz-se importante considerar que os componentes do lugar que foram caracterizados nos itens anteriores, como moradia, objetos, trabalho, estrada, natureza, alimentação e cultura, são regidos pelo tempo dos Avá-Canoeiro que não o concebem de forma mecânica nem cronológica como os não índios, mas como uma marcação simbólica de determinadas atividades presentes no cotidiano.

Segundo Tommasino (2000, p. 192), “cada sociedade elabora sua concepção de tempo e de espaço conforme a sua visão de mundo, a qual também orienta as suas práticas e relações sociais e simbólicas com a natureza e entre si”. O tempo para os Avá-Canoeiro faz do dia um momento de interação social com os não indígenas e da noite um momento deles. Aproximadamente às 18h00min, cada Avá-Canoeiro faz uma fogueira embaixo das redes, todas as noites, para espantar animais e se aquecerem do frio. Também é comum assarem milho.

Aos poucos, o silêncio domina a oca, os sons dos animais são mais presentes, todos permanecem muito quietos, o sono chega rápido até que todos dormem. A caça e a coleta geralmente são feitas no período da manhã quando o sol proporciona uma caminhada mais tranquila. Eles saem bem cedo e não se prendem a horários precisos para voltarem. Os rituais como a cachimbação, quando faziam, eram realizados à noite, de forma bem restrita, como já dito.

Considerações finais

Se hoje existem em Goiás seis índios Avá-Canoeiro para que possamos contar um pouco da história por meio desse texto é porque esses guerreiros lutaram contra o processo histórico que dizimou inúmeras etnias brasileiras. Eles são ícones da força que mantém viva toda uma secular tradição. Eles são o patrimônio de uma civilização que resistiu à barbárie.

Quando se remete ao cotidiano, às trajetórias, ao lugar, aos conflitos territoriais do povo Avá-Canoeiro, está-se adentrando na história que para muitas etnias não foi possível ser contata por terem sido dizimadas por completo. Mesmo com a trágica história e trajetórias por eles vividas, mesmo com a presença de disputas e conflitos pelo Território Indígena Avá-Canoeiro, eles existem.

Entretanto, infelizmente, quando se analisam as práticas culturais dos Avá-Canoeiro – ausência quase completa de ritual, não confecção de quase nenhum tipo de artesanato, inclusive as cestarias, desestímulo à caça, pesca e coleta, já que a FUNAI oferece uma cesta básica mensal, desaparecimento das músicas e das pinturas plumárias e de qualquer outro tipo – evidencia-se a ameaça à cultura deste povo. A língua, de acordo com estudos de Borges (2005), está plenamente ameaçada. Não há qualquer programa de Educação Indígena e o isolamento e a falta de atividades tornam o tempo ocioso e tedioso para os Avá-Canoeiro. Nesse sentido, eles existem, mas estão morrendo aos poucos e junto com eles a cultura e a língua.

Entre os contextos vividos pelos Avá-Canoeiro é justamente sua história no e com o lugar que reflete as marcas e pistas que dizem sobre este grupo. São marcas muito fortes e que lançam raízes profundas na história goiana em todos os tempos. Além do seu sentido de uso, os lugares representam as significações de sua existência; os lugares se relacionam e estão vivos na imaginação – no subconsciente – nos traumas – nas lembranças de cada Avá-Canoeiro.

É no lugar, no cotidiano dos Avá-Canoeiro, que se estabelece um conjunto de relações para a produção da vida, envolvendo o ato de morar, trabalhar, caçar, comer e caminhar, os objetos, a natureza e são essas relações que envolvem a cultura desse povo e que devem ser preservadas a todo custo.

Ao proceder à interpretação do lugar construído pelas relações do povo Avá-Canoeiro, cotidianamente, foi possível descobrir a sua cultura ecológica e o modo como se apropria do Cerrado; a sua tática de vida, a sua temporalidade, o uso de seus objetos, seus sonhos e, especialmente, o nível de colaboração entre os membros do grupo. Percebeu-se que a construção do lugar é, junto, a construção da vida. A existência do grupo se estampa no movimento do lugar. Este expressa aquele movimento.

Em suma, adentrar na história dos Avá-Canoeiro é considerar que esse povo carrega em si a resistência além do lugar. É a memória de Goiás ainda diante de nós, apresentando-se em vozes, cores, cheiros e afetos. Mesmo diante de um universo distinto de particularidades com inúmeras entranhas do capital, a cultura respira e resiste na pele do lugar. Um grupo distinto, que compõe experiências permeadas de práticas, narrativas, cenas do cotidiano, lembranças, desejos, traumas, representações de um passado que nunca deixa de existir no agora.

Referências

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinícius Nobre. (Orgs.) *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Relume Dumará Editora, 2004.

BARBOSA, Romero Ribeiro. Saberes, sabores e sentidos: a gastronomia no contexto da geografia cultural. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Orgs.). *Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares*. Goiânia: Vieira, 2008. p. 204-221.

BORGES, Mônica Veloso. O estudo do Avá: relato e reflexões sobre a análise de uma língua ameaçada de extinção. *Rev. Liames*, Campinas: Unicamp, n. 2, p. 85-104, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CLAVAL, Paul. *La géographie culturelle*. Paris: Nathan, 1995.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Símbolos das paisagens do Cerrado Goiano. In: ALMEIDA, M. G. de (Org.). *Tantos Cerrados*. Goiânia: Vieira, 2005. p. 47-62.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 161-172.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em 15 dez, 2009.

MENDONÇA, M. R. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano*. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Presidente Prudente, 2004.

MOURA, Marlene Castro Ossami de (Coord.). *Índios de Goiás: uma perspectiva Histórico-Cultural*. Goiânia: UCG/Vieira/Kelps, 2006.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. *Avá-Canoeiro: A história do povo invisível – Séculos XVIII e XIX*. Dissertação de mestrado em História das Sociedades Agrárias. Goiânia: Instituto de Ciências Humanas e Letras/UFG, 1992.

_____. *O Povo Invisível: a história dos Avá-Canoeiro nos séculos XVIII e XIX*. Goiânia: UCG/FURNAS Centrais Elétricas SA, 1994.

RAMOS, Alcita Rita. *Sociedades Indígenas*. São Paulo: Ática, 1986. p. 13-23.

RELPH, Edward C. *As bases fenomenológicas da geografia*. v. 4. Abril 1979. n. 7.

RIBEIRO, Berta G, & MALHANO, Hamilton Botelho. *Dicionário do Artesanato Indígena*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A natureza do espaço Técnica e Tempo-Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Cristian Teófilo. *Cativando Maira – A sobrevivência Avá-Canoeiro no Alto Rio Tocantins*. Tese de doutorado. Brasília. Faculdade de Antropologia Social/UNB. 2005.

TOMMASINO, Kimiye. Território e territorialidade Kaingang. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva & TOMMASINO, Kimiye (Org.). *Uri e Wāxi–Estudos Interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: UEL, 2000. p. 192-226.

TORAL, André Amaral. *Situação e perspectiva de sobrevivência dos Avá-Canoeiro*. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, outubro de 1984.

_____. Os índios negros ou os Carijó de Goiás: a história dos Avá-Canoeiro. *Revista de Antropologia*. Volumes XXVII/XXVIII. São Paulo: USP, 1985.

TUAN, Yi-Fu. Space and Place: Humanistic Perspective. *Progress in Geography*. VI, n. 06, 1975.

_____. Geografia Humanista. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

OS AUTORES

Antonio Fernandes dos Anjos

Geógrafo da Secretaria das Cidades do Estado de Goiás onde atua junto a equipe técnica do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Bacharel e Mestre em Geografia pela UFG. E-mail: fernandes_anjos@yahoo.com.br

Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira

Professora Associada do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, integrante da Associação dos Geógrafos Brasileiros e Coordenadora de Educação à Distância da Secretaria de Educação do Estado de Goiás. E-mail: celene.barreira@uol.com.br

Denis Castilho

Professor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Doutorando em Geografia pela UFG, integrante do Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar “Teoria, Práxis e Sociedade” e do “Centro Integrado de Pesquisa em Gestão e Ordenamento Territorial”. Desenvolve pesquisas e estudos sobre *Modernização, Dinâmicas Territoriais no Cerrado e Formação Territorial de Goiás*. E-mail: deniscastilho@hotmail.com

Eguimar Felício Chaveiro

Professor Associado do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros, da Academia de Letras e Artes de Trindade – ATLECA e Coordenador do Grupo de Pesquisas e Estudos “Espaço, sujeito e existência”. E-mail: eguimar@hotmail.com

Elaine Barbosa da Silva

Servidora pública da Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Anápolis-GO. Graduada em Geografia pela UEG-Anápolis, Especialista em Geoprocessamento pela Faculdade de Goiás e Doutoranda em Geografia pela UFG. Integrante dos grupos de pesquisa do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (LAPIG) na área de desmatamento e dinâmica de ocupação do bioma Cerrado. E-mail: elaine_ambiente@yahoo.com.br

Lorraine Gomes da Silva

Professora do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Quirinópolis. Graduada em Geografia pela UEG–Unidade Cora Coralina, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e pesquisadora em “Políticas Públicas e Gestão da Biodiversidade pelos Povos Tapuío” por meio do projeto BIOTEK/IRD/IESA. E-mail: lorrannegomes@gmail.com.

Marcelo Rodrigues Mendonça

Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. Doutor em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente/SP, membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM/UFG), diretor da AGB-Seção Catalão e coordenador da Rede Goiana de Pesquisa em Agroecologia. Pesquisa temas como *Povos Cerradeiros*, *Agroecologia e Movimentos Sociais*. E-mail: mendoncaufg@gmail.com

Márcia Pelá

Professora em cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade Alfredo Nasser. Pedagoga pela PUC-Goiás e Mestre em Geografia pela UFG. É Presidente da ONG “Cultura, Cidade e Arte”, tesoureira da SBPC-Goiás e pesquisadora do Laboratório de Estudos e Dinâmicas Territoriais (LABOTER/UFG) onde desenvolve estudos sobre as dinâmicas territoriais e socioculturais no Cerrado. E-mail: marcia.pela@gmail.com

Maria Geralda de Almeida

Professora titular do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da UFG. Possui Pós-Doutorado em Geografia Cultural pela Sorbonne (França), Université Laval (Canadá) e Università Degli Studi Di Genova (Itália). É presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE 2009-2011), coordenadora do LABOTER - “Laboratório de Estudos e Dinâmicas Territoriais” e do projeto “Biotecnologias e a Gestão Participativa da Biodiversidade: estudos de caso de Instituições, Conhecimento Popular e Saberes Locais no Cerrado Brasileiro” - BIOTEK, desenvolvido em parceria com o Institut de Recherche Pour le Développement - IRD (França). E-mail: mgdecalmeida@gmail.com

Romualdo Pessoa Campos Filho

Professor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Mestre em História e Doutorando em Geografia pela UFG. Secretário Regional da SBPC-Goiás, coordenador do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Geopolítica (NUPEG) e do Núcleo de Estudos “O Capital” (NECAPI).

Sélvia Carneiro de Lima

Gestora no Núcleo de Desenvolvimento Curricular da Superintendência de Educação Básica (SEDUC-GO) e Professora da Rede Municipal de Educação de Goiânia. É Mestre em Geografia pela UFG, integrante do grupo de Estudos e Pesquisas “Geografia, Sujeito e Existência” e pesquisadora em “Políticas Públicas e Gestão da Biodiversidade pelos Povos Tapuio” por meio do projeto BIOTEK/IRD/IESA. E-mail: selvia_lima@yahoo.com.br



Esta Edição foi produzida em
outubro de 2010, em Goiânia.
Composto na fonte Aldine401 BT.
Miolo Papel Pólen 80 g/m²
e Capa Cartão Supremo 250 g/m².

Av. Universitária, 754, sala 9
Setor Universitário - CEP: 74.605-010
Goiânia - Goiás
Fone/Fax: 62 3218-6292
E-mail: gev@grupovicira.com.br

Gráfica e Editora Vieira

Antonio Fernandes dos Anjos
Celene Cunha Monteiro Antunes Barreiro
Denis Castilho (Org.)
Eguimar Felício Chaveiro
Elaine Barbosa da Silva
Lorraine Gomes da Silva
Marcelo Rodrigues Mendonça
Márcia Pelá (Org.)
Maria Geralda de Almeida
Romualdo Pessoa Campos Filho
Sérvia Carneiro de Lima

ISBN 978-85-89779-86-5



Mais que constatar que o Cerrado é formado por diferentes paisagens naturais que, por sua vez, desembocam numa rica biodiversidade, este livro apresenta outra acepção: uma multiplicidade de sujeitos – organizados como territorialidades, vinculados a dispositivos sociais e culturais de diferentes matizes – também formam os Cerrados. Por conseguinte, Cerrado não é apenas vegetação. Além de ser um ambiente natural formado por um conjunto de fatores como clima, solo, água, relevo, fauna, flora etc., ele também é um produto histórico – um território apropriado e disputado por atores sociais que o fazem a partir de suas escalas de poder, bem como de suas dinâmicas socioespaciais.

Os organizadores.

APOIO:



BRASIL
GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Sociedade Brasileira
para o Progresso da Ciência

PROJETO
diência
explicando
Ciência

SBPC - REGIONAL GOLÁS